

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA DO BRASIL

VÍVIAM CATHALINE DE SOUSA FERREIRA

**DE SOCIEDADE EMPREENDEDORA A BAIRRO: O SOCOPO E A EXPANSÃO
URBANA DE TERESINA NO SENTIDO LESTE DURANTE A SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XX**

TERESINA – PI
2020

VÍVIAM CATHALINE DE SOUSA FERREIRA

**DE SOCIEDADE EMPREENDEDORA A BAIRRO: O SOCOPO E A EXPANSÃO
URBANA DE TERESINA NO SENTIDO LESTE DURANTE A SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XX**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em História do Brasil.

Orientadora: Prof. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles

TERESINA- PI
2020

VÍVIAM CATHALINE DE SOUSA FERREIRA

**DE SOCIEDADE EMPREENDEDORA A BAIRRO: O SOCOPO E A EXPANSÃO
URBANA DE TERESINA NO SENTIDO LESTE DURANTE A SEGUNDA METADE DO
SÉCULO XX**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, como requisito para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, elaborada sob orientação da Prof^a Dr. Cláudia Cristina da Silva Fontineles.

Aprovada em: 29/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Cláudia Cristina da Silva Fontineles (Orientadora)
Universidade Federal do Piauí

Prof^a Dra. Joseanne Zingleara Soares Marinho
Universidade Estadual do Piauí (Examinadora externo)

Prof^o. Dr. Marcelo de Sousa Neto
Universidade Estadual do Piauí (Examinador interno)

Prof^o. Dr. Francisco Alcides do Nascimento
Universidade Federal do Piauí (Examinador interno)

A tod@s que me permitem me sentir amada e acreditar na força do amor. Em especial à Vilani, Ana Thuiza, Catarina e Ana Catarine.

AGRADECIMENTOS

À Deus, meu Deus, que é insistentemente fiel ao amor e a felicidade.

À minha família, conduzida por Catarina e Vilani, pessoas cujos nomes são também sinônimos de força, ternura, cuidado e amor. Obrigada por tudo e por tanto, tanto que não sou capaz de mensurar aqui.

À minha querida irmã, Ana Thuiza, que com sua sensatez diária insiste e ir contra o estereótipo de que são “as mais velhas” que ensinam as mais novas.

À minhas amigas, Alana, Kézia, Milana, Luana, Thais, Juliana e Pabline, exemplos de respeito e união.

À querida amiga e companheira de profissão Samia Sampaio, pelos olhos e ouvidos que ela me disponibilizou e pelo cuidado com que sempre me tratou durante os dois anos em que estive mestranda.

Aos mais que queridos e especiais “amigos de uma vida toda”, Elisson, Tatiany, Isnara, Francisco e Railson. Eu sinto, ainda que à distância, as boas energias que emanam de vocês.

A todos os meus companheiros Thiago, Simoni, Júlio Eduardo, Keliel, Miura e Gisely e a todos os demais integrantes da 15ª turma de mestrado do PPGHB-UFPI.

Ao Gabriel, pessoa que diariamente me ensina o que é ponderação, sensatez e equilíbrio. E que numa escala de sabores, é o doce e o amargo numa medida ideal. Em você, eu me encontro e sou feliz.

Ao Instituto Dom Barreto, instituição de ensino que me acolheu como educadora e, diariamente me impulsiona a procurar ser a minha melhor versão, não só profissional, mas, humana.

Aos funcionários que me auxiliaram na pesquisa de fontes primárias, tanto do Arquivo Público do Piauí, quanto do Arquivo da Arquidiocese de Teresina e da Câmara Municipal de Teresina.

A todos os entrevistados (as) que me permitiram entrar em suas casas e também “vasculhar” as suas memórias no e sobre o bairro Socopo.

À professora Socorro Rangel, que me ensina com poesia.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil – UFPI, em destaque, aos professores Marcelo Sousa Neto, pela leitura atenta e criteriosa do meu texto de qualificação e Francisco Alcides do Nascimento, educador presente, dedicado, profissional e humano, ao qual sou profundamente grata por todas as suas orientações, os empréstimos de livros e aos ensinamentos sobre a sua, a nossa amada Teresina.

À Cláudia Cristina da Silva Fontineles, a professora mais inquieta, astuta e disposta a mudar o mundo que conheço. Das que a gente admira logo no primeiro dia de aula, e que não abandona mais. Ao longo de mais de cinco anos como minha única professora orientadora, só consigo agradecer por me ensinar a ver a beleza do significado de ensinar. Gratidão, gratidão e gratidão!

A cidade está em cena. A cidade é a cena. Cobiçada, almejada, ultrajada e rejeitada ao mesmo tempo, a cidade é, na verdade, um enorme objeto de desejo. A cidade espetaculariza a vida cotidiana, dá sentido visual ao mundo das pessoas, das coisas, das trocas. Cidade dos encontros e desencontros. Olhares diferenciados constroem imagens e representações em infinitas composições. Permite também em escalas e níveis distintos concentrar em pontos espacialmente localizados, atividades díspares que revelam mundos próximos e distantes. Ela aproxima e difunde cultura e conhecimento, desnuda e permite segredos. A cidade firma-se como espaço privilegiado.

(SILVA, apud FAÇANHA, 2004, p.171)

RESUMO

A presente pesquisa analisa o crescimento urbano de Teresina em direção à sua zona Leste e destaca os processos políticos, econômicos e sociais que levaram o povoado Socopo a se tornar bairro pertencente a esta zona da cidade. O recorte da segunda metade do século XX se justifica por neste período se verificar efetivas mudanças na ocupação do lugar em análise. Metodologicamente se adotou a pesquisa de campo guiada pelos preceitos defendidos pela metodologia da história oral, que se voltam à analisar as memórias de sujeitos que vivenciaram o passado e que, por meio da oralidade, elaboram fontes orais a respeito do tema em estudo, bem como se utilizou também a pesquisa e análise documental, que foi realizada a partir de um cabedal de diferentes tipos de fontes, a citar: os jornais *O Dia*, *Jornal do Piauí*, *Diário de Notícias* e *Correio do Nordeste*, as revistas *O Cruzeiro*, *A Noite Ilustrada* e *Almanaque do Cariri*, os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as fotografias temáticas que registraram o cotidiano dos moradores do bairro, as leis instituídas a nível nacional (Lei nº 4 380/64, Lei 5.107/67) e municipal (Lei nº 1932/88, Lei nº 1933/88, Lei nº 1934/88) no que tange a legislação urbana e a regulamentação do solo no Brasil e em Teresina e mapas da cidade. Para realização deste estudo, se lançou mão da análise das categorias história e memória, desenvolvidas por Marc Bloch (2001), Pierre Nora (1984), Paul Ricœur (2007) e os conceitos de cidade, urbanização e bairro, defendidos por Ana Fani Alessandri Carlos (2001 e 2018), Antônio Risério (2013), Kingsley Davis (1972), Milton Santos (2018) e Pierre Mayol (1996). Em virtude disso, o estudo revela histórias e memórias do bairro Socopo a partir dos diferentes discursos construídos pelas fontes oficiais e pelos relatos orais. O bairro, então, é apresentado em suas particularidades históricas, o que o coloca em lugar de destaque perante os demais bairros que se formaram em seus arredores na zona leste de Teresina.

Palavras-Chaves: História. Memória. Cidade. Bairro.

ABSTRACT

This research addresses the urban growth of Teresina towards its East zone and highlights the political, economic and social processes that led the Socopo village to rise to the category of neighborhood belonging to this area of the city. The selection of the period between the 1950s and 1980s is justified by the fact that during this period there are effective changes in the occupation of the place in analysis. Methodologically, field research was adopted, guided by the precepts advocated by the methodology of oral history, which focus on the investigation of the memories of subjects who experienced the past and who, through orality, develop oral sources on the subject under study, as well as documentary research and analysis was also used, which was carried out from a variety of different types of sources, to quote: the newspapers O Dia, Jornal do Piauí, Diário de Notícias and Correio do Nordeste, the magazines O Cruzeiro, A Noite Ilustrada and Almanaque do Cariri, the demographic censuses of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), thematic photographs that recorded the daily lives of the residents of the neighborhood and the laws instituted at national level (Law No. 4 380/64, Law 5,107 / 67) and municipal (Law nº 1932/88, Law nº 1933/88, Lei nº 1934/88) regarding urban legislation and soil regulation in Brazil and Teresina and city maps. To carry out this study, we used the analysis of the categories history and memory, developed by Marc Bloch (2001), Pierre Nora (1984), Paul Ricœur (2007) and the concepts of city, urbanization and neighborhood, defended by Ana Fani Alessandri Carlos (2001 and 2018), Antônio Risério (2013), Kingsley Davis (1972), Milton Santos (2018) and Pierre Mayol (1996). As a result, the study reveals stories and memories of the Socopo neighborhood from the different speeches constructed by official sources and oral reports. The neighborhood, then, is presented in its historical particularities, which places it in a prominent place before the other neighborhoods that were formed in its surroundings in the eastern zone of Teresina.

Keywords: History. Memory. City. Neighborhood.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Material publicitário do primeiro empreendimento imobiliário da zona Leste de Teresina.	33
Figura 2 - Material publicitário do primeiro empreendimento imobiliário da zona Leste de Teresina.	36
Figura 3 - Lei nº 1030, de 25 de junho de 1965, que reconhece a EASAR como uma obra de utilidade pública localizada no município de Teresina.	79
Figura 4 - Visão Panorâmica das instalações atuais da EASAR.	92
Figura 5 - Visão panorâmica da comunidade do bairro Socopo que se formou às margens da EASAR.	92
Figura 6 - Charge sobre Migração interna no Piauí.	128

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Comemoração do centenário de Teresina no Balneário Socopo.	39
Fotografia 2 - Desfile na Praça Pedro II em homenagem a passagem do primeiro centenário de Teresina.	41
Fotografia 3 - Desfile de tratores pelo passeio da praça Pedro II, em homenagem a Teresina, a capital centenária.	41
Fotografia 4 - Visão aérea do Sanatório Meduna.	45
Fotografia 5 - Teresinenses refrescando-se em piscina do Balneário Socopo.	57
Fotografia 6 - Vista Panorâmica do salão de festas do Balneário Socopo.	57
Fotografia 7 - Condomínio Verana.	59
Fotografia 8 - Condomínio de casas de luxo Aldebaran Ville.	59
Fotografia 9 - Solenidade da entrega oficial do Colégio aos jesuítas em 13 de março de 1960.	77
Fotografia 10 - Os primeiros padres Jesuítas que dirigiram o colégio Diocesano.	78
Fotografia 11 - Vista aérea da EASAR em meados da década de 1960.	85
Fotografia 12 - Irmão Afonso Montieiro e um funcionário da escola.	90
Fotografia 13 - Estudantes e um orientador durante as aulas de horticultura oferecidas nas aulas-oficinas da EASAR.	96
Fotografia 14 - Estudantes em fila para receberem o lanche na merendeira da escola.	97
Fotografia 15 - Um dos galpões construídos para sediar as aulas oficinas de serralharia e marcenaria.	99
Fotografia 16 - Alunas da EASAR durante aula de corte e costura.	100
Fotografia 17 - Estudantes se alongando durante uma aula de Educação Física na EASAR.	102
Fotografia 18 - Estudantes chegando na EASAR, para mais um dia de aula.	139
Fotografia 19 - Banda de músicos da Prefeitura toca no pátio da escola, em 1979.	140
Fotografia 20 - Missa realizada no pátio central da escola.	141
Fotografia 21 - Igreja Matriz e capelas da Paróquia Divino Espírito Santo.	143
Fotografia 22 - Capelas que compunham a Paróquia do Divino Espírito Santo.	144

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do bairro Socopo na zona leste.	17
Mapa 2 - Planta baixa de Teresina construída em 1855.	25
Mapa 3 - Espaço urbano de Teresina até o ano de 1950.	46
Mapa 4 - Crescimento urbano de Teresina (1800-1970).	121
Mapa 5 - Evolução do sitio urbano de Teresina (1800-1995).	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Crescimento Populacional no Brasil/ Piauí/ Teresina durante a década de 1950. .26	
Quadro 2 - Relação dos Padres diretores da escola e suas principais ações.....	103
Quadro 3 - Número de habitantes do município de Teresina nos Recenseamentos Gerais (1872 - 1980).	111
Quadro 4 - Relação dos bairros de Teresina e suas respectivas zonas após o decreto lei nº 1933/88.	131

LISTA DE ABREVIATURAS

AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí S/A
AGRINPISA – Agroindústrias do Piauí S/A
BNH – Banco Nacional de Habitação
BEP - Banco do Estado do Piauí S/A
CEPISA - Centrais Elétricas do Piauí S/A
CODESE - Comissão de Desenvolvimento do Estado
DER - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EASAR - Escola Santo Afonso Rodriguez
FAFI - Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
FRIPISA - Frigorífico do Piauí S/A
FUNACI – Fundação Padre Antonio Dante Civeiro
HGV – Hospital Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IAEE - Instituto de Águas e Energia Elétrica
JAC - Juventude Agrária Católica
JOC - Juventude Operária Católica
MEB - Movimento de Educação de Base
PDLI - Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PET I – Plano Estrutural de Teresina I
PET II – Plano Estrutural de Teresina II
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SOCOPO – Sociedade Construtora do Poti
TELEPISA - Telefones do Piauí S/A

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2. UMA APOSTA EMPREENDEDORA E O CENTENÁRIO DE TERESINA	24
2.1. O centenário da “cidade-verde” e a inauguração de uma “cidade-jardim”	29
2.2 Retratos sobre o processo de urbanização na Teresina centenária	42
2.3 Uma ousada aposta empreendedora	54
3. CRESCIMENTO ESPACIAL E URBANIZAÇÃO EM TERESINA: A IMPLANTAÇÃO DA EASAR E SUAS RESSONÂNCIAS	68
3.1 Cidade de veraneio ou povoado de migrantes?	70
3.2 A presença jesuíta em Teresina e sua atuação no povoado SOCOPO (1960-1970)	74
3.3 Ao lado da nossa casa tinha uma escola: lembranças de moradores e ex-estudantes da EASAR na década de 1970	93
4. TRANSFORMANDO A MALHA URBANA DA CIDADE: O II PET E O BAIRRO SOCOPO	109
4.1 A cidade de Teresina entre os anos de 1970 e 1980	110
4.2 Socopo: de sociedade empreendedora a bairro	133
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “HABITAR É NARRATIVIZAR”	148
REFERÊNCIAS	151

1 INTRODUÇÃO

Quem é rico mora na praia,
 mas quem trabalha nem tem onde morar.
 Quem não chora, dorme com fome,
 mas quem tem nome, joga prata no ar.
 Ô tempo duro no ambiente,
 Ô tempo escuro na memória.
 O tempo é quente
 E o dragão é voraz.
 Vamos embora de repente.
 Vamos embora sem demora.
 Vamos pra frente que pra trás não dá mais
 pra ser feliz num lugar
 pra sorrir e cantar.
 Tanta coisa a gente inventa,
 mas no dia que a poesia se arrebenta
 É que as pedras vão cantar.
 (FAGNER, 1991)

O espaço que se convencionou chamar de Brasil foi invadido e ocupado por colonizadores portugueses há mais de cinco séculos. Desde então, essa ocupação estabeleceu uma organização espaço-territorial que distinguia aqueles que tinham ou não acesso à propriedade privada, e tal organização caracterizou-se, inicialmente, pelas atividades econômicas e sociais implantadas nas terras às margens do litoral.

A história da constituição dos territórios das primeiras cidades fundadas no litoral do nosso país, bem como dos contrastes sociais e econômicos que afetam o cotidiano brasileiro desde o processo da colonização é, a partir da nossa leitura e interpretação, minimamente contada através dos versos da canção “Pedras que cantam” que foram escolhidos para abrir este texto. A seleção dessa letra é proposital, assim como todas as outras escolhas feitas em um trabalho de História. Expliquemo-nos. Trataremos no texto dissertativo a seguir os estudos voltados para a compreensão da cidade sob o ponto de vista historiográfico, e nada mais oportuno que uma obra musical para nos ajudar a introduzir parte da complexidade de saberes e temas que envolvem a formação das cidades brasileiras e as disputas de poder estabelecidas entre a minoria quantitativa e social constituída pelos ricos, que têm boa casa para morar, e os pobres¹, que em grande número viveram e ainda hoje vivem no país sem o direito de posse da terra.

¹ Mensurar quem são as pessoas pobres a que nos referimos, academicamente, costuma-se se estabelecer através de duas medidas: a monetária e a não monetária. Dito de outra forma, os cientistas que enveredam por este tipo de análise habituaram-se a mensurar quem são os pobres em uma sociedade através do acesso à renda e bens de consumo ou por fatores que não envolvem o acesso à riqueza de caráter material individualizada, mas sim ao conjunto de serviços que atendam às necessidades básicas de uma população. Dessa maneira, todas as vezes que nos referirmos às pessoas pobres nesta pesquisa, estaremos fazendo menção àqueles que não possuem suas necessidades básicas alcançadas com satisfação. Poderíamos, se nossos dados nos permitissem, o que não foi o

Nas últimas quatro décadas, no Brasil, os estudos sobre cidades foram remodelados de forma significativa e se expandido junto às “transformações por que vem passando a história nos últimos tempos” (MATOS, 2003, p. 21). Algumas delas são tendências que, primeiro, entendem a cidade como espaço vivenciado de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, e que, portanto, pode ser explicada por meio das memórias dos diferentes sujeitos que constituem a sociedade (o rico que mora na praia e o pobre que não tem onde morar e muitas vezes dorme com fome. Vivem na mesma cidade, mas esta lhes oferece diferentes experiências, a começar pelas distinções do lugar onde moram). Segundo, por tendências que aludem às transformações da paisagem urbana como profícuos documentos a serem lidos e decifrados pelos historiadores (nesse caso, são “as pedras que cantam”, ou seja, os registros físicos que dão espacialidade às cidades, como as ruas que se abrem, os prédios que são erguidos, os lugares de lazer das pessoas, os novos bairros que surgem) (MATOS, 2003).

Os aspectos das duas tendências mencionadas serão abordados no texto que segue, pois nossa intenção, além de validar o conhecimento que vem sendo construído entre os estudiosos das cidades brasileiras ao longo dos últimos anos, é também compreender a cidade aqui em análise, Teresina, sob o viés de diferentes áreas do saber, como a Geografia, a Arquitetura, a Sociologia e a Antropologia. Dessa forma, consideramos que será possível falarmos de uma cidade visível, fazendo referência a materialidade dos espaços urbanos que compõem Teresina, e de uma cidade invisível, aquela que se compõe, muitas vezes, por gestos e relatos (re) produzidos no cotidiano pelos sujeitos que nela habitam. (CALVINO, 1990; CERTEAU e GIARD, 1997).

Historicamente, as discussões acerca da categoria “cidade” se apresentam como um tema já investigado por um grande número de estudiosos dispostos a entender a complexidade que envolve a formação de cidades e em busca de responder a seguinte questão: o que é uma cidade? O cientista social e urbanista Antonio Risério a definiu como “toda iniciativa habitacional humana – por mais precária e provisória que seja, limitando-se a introduzir modificações mínimas no meio ambiente, a apenas arranhar de leve o mundo natural (...), é também signo da presença humana” (RISÉRIO, 2013, p.175) e a geógrafa Ana Fani A. Carlos, informa que o conceito de cidade, para além dos espaços que a constituem, como o prédio, a casa, a rua e a praça, é fruto de um trabalho materializado por seus habitantes, que se organiza

caso, adotar apenas medidas mensuráveis, como a Linha de Indigência e a Linha da Pobreza, entretanto, como nosso recorte perpassa por um longo período de tempo, escolhemos, em benefício dos próprios leitores e da excessiva discussão que isso nos traria ao longo do texto, por não as adotar, utilizando, no geral, o conceito já mencionado. (LOPES, MACEDO, MACHADO, 2003, p.7)

numa heterogeneidade observada entre os modos de viver, as formas de morar, os usos dos terrenos e as atividades econômicas exercidas (CARLOS, 2018). Desse modo, reafirmamos que a cidade é sempre um produto humano inacabado, que é percebido/modificado em sua morfologia urbana, no ‘tempo da vida na cidade’, expressão adotada por Ana Fani para expressar as ações humanas que não necessariamente se dirigem para atuar na estrutura física do espaço, e, que são percebidas por meio dos planos sociais e técnicos previamente elaborados por seus governantes (CARLOS, 2001).

Sabendo disso e em sintonia com aqueles que nos precederam, informamos que qualquer estudo sobre cidade tem em si uma condenação inapelável: ele sempre se edificará a partir da relação homem-tempo-espaço, que se constitui, por sua vez, por conceitos próprios do saber histórico, afinal, não é possível fazer história sem espaço, nem tampouco sem os homens de um tempo².

Nesta pesquisa de história, queremos evidenciar nossa convicção de que para se estudar uma cidade é necessário, ao menos, tentar conhecê-la e entendê-la através dos diversos aspectos e saberes, conforme apontados anteriormente. Desse modo, neste estudo pretendemos responder ao seguinte problema: em que medida o lançamento do empreendimento Socopo realizado nos anos 1950 em Teresina, bem como as transformações ocorridas neste espaço após esta empreitada foram fatores fundamentais para a expansão espacial da cidade no sentido leste?

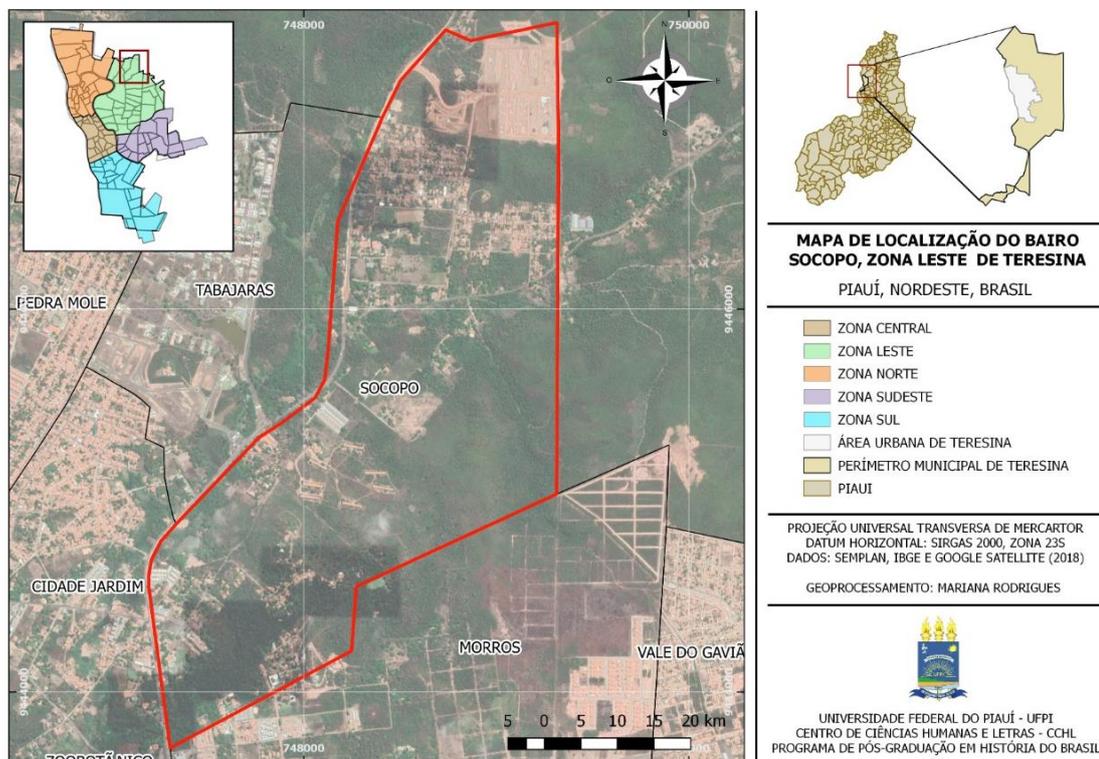
Temporalmente estabelecemos o período da segunda metade do século XX. A escolha por longo recorte cronológico se fez porque como nosso intuito é buscar respostas para a hipótese levantada acima, isso, de acordo com nossas fontes e lugar de produção, só é possível de se efetivar se compreendêssemos as bases políticas, econômicas e sociais gestadas ao longo desse período que levaram à expansão da urbe teresinense no sentido leste, e conseqüentemente transformaram aquela que era uma área rural em novo bairro da cidade. Esta nossa escolha nos leva a uma abordagem denominada pela historiografia recente de história do tempo presente, que seria toda produção de saber histórico guiada pelo objetivo e desejo de se escrever “sob o olhar dos atores e cuja vocação desabrochará no balanço das temerosas especificidades do século XX” (RIOX, 1999, p. 43). Ou seja, os estudos realizados por este viés fazem sempre

² Neste texto, a história não pode se restringir a ser apenas uma ciência do passado. Afinal, “como, sem uma decantação prévia, poderíamos fazer, de fenômenos que não têm outra característica comum a não ser não terem sido contemporâneos, matéria de um conhecimento racional? (BLOCH, 2001, p.52) A história que nos cabe contar/narrar é aquela em que há “diversos atos do homem” (BLOCH, 2001, p.53) que são realizados ao sabor das necessidades do tempo em que estes viveram. Portanto, história é a ciência “dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p.55), porque, é necessário reiterar, “difícilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo” (BLOCH, 2001, p.55), pois o tempo é o lugar em que os fenômenos humanos se realizam, assim, a história só tem sua inteligibilidade garantida quando o tempo, espaço e os homens forem definidos.

uma história que recusa o efêmero e se constrói a partir de argumentos voltados à fidelidade histórica, evitando que as novas gerações leiam o mundo pelo imediatismo propagado nas mídias em geral, que tanto predominam no mundo atual.

Dessa maneira, intencionamos que esta pesquisa se materialize em um narrativa histórica analítica, que organiza fios explicativos a respeito da relevância histórica do bairro Socopo para a ocupação da zona leste de Teresina, este que, antes de tudo, foi um povoado que se firmou nos arredores de uma fazenda pertencente a Julvêncio Alves de Carvalho, localizada na gleba nomeada de Centro, no vale do rio Poty, que teria sido comprado por dois jovens teresinenses interessados em investir no ramo imobiliário, os quais teriam ultrapassado os fazeres de apenas vender lotes de terra e, para além disso, organizaram também no local a construção de um requintado balneário, espaço de lazer a ser oferecido aos teresinenses interessados por novos tipos de diversão na cidade que, na época, estava a comemorar o seu primeiro centenário. O mapa atual do território do bairro Socopo, nos ajuda a imaginar melhor a localização do espaço geográfico em estudo nesta pesquisa.

Mapa 1 - Localização do bairro Socopo na zona leste.



Fonte: SANTOS, 2020.

Além disso, as fontes nos evidenciaram um outro fator importante a ser destacado e analisado no que diz respeito a intervenção humana nessa área, que foi a construção e instalação

de um colégio agrícola no povoado durante o início da década de 1960, assim, um dos fios argumentativos que construiremos para apresentar como o povoado Socopo teria favorecido a expansão urbana para a zona leste será tratar da implantação e atuação da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez (EASAR) na localidade.

Por fim, o último eixo explicativo que estabelecemos se refere aos diversos processos de intervenção urbana realizados pelo poder municipal na superfície do dado espaço geográfico em estudo. De maneira que, nossa argumentação se direciona à compreensão de que todas as transformações ocorridas no espaço urbano teresinense ao longo da segunda metade do século XX em direção à zona leste foram carregadas de princípios moral-religiosos, de interesses privados e também estatais sobre o solo urbano e sobre a sociedade teresinense. Assim, depois de um longo percurso de mudanças estruturais e modernização do espaço, o local em estudo será oficialmente elevado à categoria de bairro da cidade de Teresina.

Um ousado recorte temporal como esse nos impõe diversos cuidados. Um deles foi o cuidado em organizar cronologicamente o tempo ao longo dos capítulos, de maneira que a leitura se tornasse a mais compreensível possível. Não que consideremos o tempo como um elemento linear, porém, esta foi a maneira que encontramos para sistematizá-lo o mais inteligível possível, de maneira que conseguíssemos ir narrando as permanências e mudanças significativas que ocorreram ao longo das últimas décadas do século XX na história de Teresina.

A partir do problema central, desenvolvemos outros questionamentos secundários, mas essenciais à construção dessa narrativa, sendo eles: quais foram as transformações físicas e sociais que atingiram o povoado Socopo a partir de meados do século XX que contribuíram para o crescimento espacial da cidade de Teresina em direção à zona leste do município? Como e quais interesses motivaram os proprietários da empresa SOCOPO a ocupar uma área rural do município de Teresina, no início da década de 1950, e neste local empreender em lotes privados destinados às classes de alto poder aquisitivo? Que pessoas passaram a viver no empreendimento Socopo desde a sua inauguração na década de 1950? De que maneira a implantação e atuação da EASAR neste povoado, durante as décadas de 1960 e 1970, repercutiu na transformação das relações sociais e econômicas das pessoas que habitavam neste espaço? Que processos políticos, econômicos e sociais levaram à elevação do povoado SOCOPO à categoria de bairro de Teresina? Por fim, quais as leis de estruturação urbana foram responsáveis pela ampliação do espaço urbano de Teresina e, conseqüentemente, pela efetivação da transformação do povoado em bairro no período compreendido nos anos 1980?

Perguntando com o olhar ainda mais sensibilizado e interessado: Seria este um bairro onde residiu e/ou reside *quem tem nome e joga prata pro ar*? Ou de gente que *trabalha e nem*

tem onde morar? O que as *pedras* deste bairro têm a nos contar? Todo o conjunto de questionamentos apresentados nos levaram a discorrer sobre a relação existente entre mercado imobiliário em Teresina, projetos educacionais e a força estatal, enquanto fatores essenciais para a transformação da paisagem urbana da cidade e, conseqüentemente, para o seu alargamento. O bairro Socopo, instituído oficialmente em 1988, a partir da implantação do Programa Estrutural de Teresina II - PET II, será o espaço privilegiado da cidade de Teresina nesta pesquisa, entretanto, mesmo por ele ser um dos cenários principais das histórias que aqui serão narradas, não deixaremos de fazer explanações sobre outros territórios da cidade, e sim, lançaremos mão de uma leitura contextualizada da história local, de modo que o Socopo só poderá ser entendido a partir da sua conexão com os espaços geográficos mais amplos que o abarcam.

Por isso, é imprescindível identificarmos que um bairro é o lugar de vivência de diversos sujeitos que dividem entre si as particularidades de um delimitado espaço da cidade que, por sua vez, é constituído a partir dos processos políticos, econômicos, educacionais e, no campo do cotidiano, pelos projetos de vida estabelecidos por cada um dos seus residentes.

A construção dessa narrativa histórica sobre o povoado que se transformou no bairro Socopo e sobre as ressonâncias da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, doravante EASAR, será feita a partir da compreensão de que um bairro é “um domínio do ambiente social, pois ele constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido” (MAYOL, 1996, p.40). Assim, para além de ser um lugar definido, um bairro é sempre um espaço geográfico vivenciado de maneira particularizada, o que o torna único na cidade, assim como as práticas cotidianas que se formam nele.

Por ser “um pedaço da cidade atravessado por um limite” (MAYOL, 1996, p.40) que distingue o que é espaço privado (casas, comércio, instituições) e espaço público, bem como pelo próprio limite espacial definido pelos planejadores da cidade, o bairro se apresenta, comumente, como o primeiro lugar no qual o seu usuário se enxerga pertencente à cidade. Neste caso, como são os moradores do bairro os sujeitos que o significam, e como “o espaço urbano é produzido a partir dos atos banais do cotidiano, por meio dos usos que fazemos dos lugares” e que “cada temporalidade irá refletir nos usos que fazemos desses” (CARLOS, 2001, p. 46), nos cabe ir em busca dos indivíduos que, em suas atitudes banais, edificaram o bairro Socopo e nele se constituíram atores da sua história na temporalidade recortada. Então, sabendo disso, o que fizemos? E como fizemos?

Fomos em busca do que a memória desses sujeitos era capaz de elaborar sobre o passado recente do espaço onde moram, considerando que o historiador “não se dedica apenas a ressuscitar viventes de outrora, que não existem mais, mas que existiram; ele se dedica a re-apresentar ações e paixões” (RICCEUR, 2007, p. 396), estivemos durante a pesquisa de campo realizada com os moradores, adotando não a postura de coletores de uma matéria-prima, mas de ouvintes das sutis reelaborações do passado realizadas por meio da memória. Pois somos convictos de que o papel da memória, analisada por meio da oralidade, não é o de ressuscitar fatos, mas de reformular as representações que são feitas sobre o passado.

É certo que a experiência humana de estar cotidianamente se relacionando com um espaço físico onde se fixou é pautada pela extrema necessidade de criar/inventar meios que a possibilite sobreviver, como é reiterado nos versos que dizem que “para ser feliz num lugar, pra sorrir e cantar, tanta coisa a gente inventa”. Portanto, as memórias apresentadas e analisadas nesta pesquisa tratarão das invenções dos primeiros habitantes do Socopo e cumprirão sua função social de ativar no presente evocações sobre aquele que já foi um dia o presente. Seguindo os ensinamentos de Ecleia Bosi, a memória dos velhos moradores do bairro Socopo desempenhará uma função primordial no feitiço desse trabalho, considerando que as lembranças de velhos têm riqueza suficiente para isso, afinal, para ela é nessa fase da vida que a pessoa velha “nos aborrece com o excesso de experiências que quer aconselhar, providenciar, prever” (BOSI, 2017, p.24), e no jogo das funções sociais que ocupa na sociedade, se não for através das suas memórias, visando recuperar aquilo que um dia ela já foi, essa pessoa acaba perdendo a sua função de guardião do tempo e termina sendo esquecida perante a coletividade que faz parte.

Nesse sentido, foram ouvidas pessoas idosas, em grande parte migrantes que vieram residir no povoado Socopo entre as décadas de 1960 e 1980. Entretanto, não só as memórias dos velhos nos interessaram na pesquisa. Como em muitas entrevistas as lembranças dos mais velhos remontavam a atuação da EASAR, fomos então, indo em busca das memórias de ex-estudantes da escola, em geral, filhos desses homens e mulheres idosos. Afinal os ex-estudantes foram crianças nos anos que pesquisamos, assim, pudemos então conhecer memórias de sujeitos que tiveram suas vidas, em diferentes fases, afetadas pelo impacto provocado pela expansão e transformação do espaço urbano de Teresina e pela atuação da EASAR. De tal modo que, parafraseando o que foi escrito pelos historiadores Claudia Cristina da Silva Fontineles e Marcelo de Sousa Neto, em estudo realizado sobre o bairro Dirceu Arcoverde na cidade de Teresina, esta pesquisa ganha sentido social e acadêmico, na medida em que coloca os moradores do bairro Socopo como protagonistas centrais do estudo, tendo em vista que o bairro

se significa a partir das vidas e histórias que nele se desenvolvem (FONTINELES; SOUSA NETO, 2017, p.24).

Consideramos, então, que este escrito está preocupado em trazer a politização do cotidiano no presente, como informa Maria Izilda Santos de Matos:

A politização do cotidiano pressupõe uma comunicação entre o pesquisador e os testemunhos, que provém de um questionamento a partir da inserção no mundo contemporâneo. Envolve a interação do sujeito com o objeto, sem uma neutralidade fixada, criando uma verdadeira sintonia entre o historiador e o objeto de seu estudo. [...] O personagem histórico universal cede lugar a uma pluralidade de protagonistas, e o método único e racional do conhecimento histórico foi substituído pela multiplicidade de histórias (MATOS, 2002, p. 27-28).

Guiamos-nos por esses preceitos, de que a história não é um saber neutro, e de que o historiador estabelece seus questionamentos a partir do seu presente. Por isso, investimos no uso da metodologia da história oral, pois consideramos que a principal empreitada está em construir fontes a partir das memórias de diversos personagens dessa narrativa e dar a esses sujeitos visibilidade e protagonismo na história da cidade em que vivem. Visto que, acreditamos que as memórias de diversos protagonistas evidenciam a pluralidade da história que escolhemos questionar a partir da nossa “inserção no mundo contemporâneo”.

Para que as entrevistas realizadas sejam fontes históricas, os estudos em torno da metodologia da história oral vêm, desde os anos 1970, elucidando o caminho para se capturar e investigar esse tipo de material, desde a invenção dos gravadores de som até aos mais modernos aparelhos que capturam áudio. Enfim, uma gama de historiadores vem assumindo a metodologia da História Oral como uma aliada na elaboração de narrativas históricas politizadas e com diversas finalidades sociais.

Tal como Ítalo Calvino já argumentou, “para fazer funcionar de novo minha fábrica de palavras [...] devo extrair novo combustível dos poços do não-escrito” (CALVINO, 2006, p.142). Por isso, assumimos também uma postura que reconhece a memória exposta pela oralidade como uma evidência representativa de um tempo e de um lugar, podendo ser ela uma memória boa de relembrar, ou uma que represente um “tempo escuro na memória”.³

O ato de narrar uma história implica a existência de um passado que merece e se faz útil em ser lembrado, caso contrário não haveria sentido em tentar “revê-lo”. Quando este passado remete a uma história contemporânea, cujos sujeitos históricos que lhe pertenceram têm lucidez

³ Neste outro trecho da letra de “Pedras que choram”, reconhecemos que o “escuro na memória” faça referência aos momentos difíceis por que passam grande parte dos moradores pobres que vivem no nosso país, os quais, sem acesso a bons trabalhos e privados do direito à terra, são levados a viverem situações de falta extrema de recursos físicos e financeiros, entendemos, portanto, que o tempo escuro na memória remete ao tempo que se quer esquecer, aquele que se remete às dificuldades que não se querem mais vivenciar.

para através da sua memória transformar um acontecimento ou uma situação vivida em testemunho oral, estamos nos referindo às possibilidades de construção histórica dadas pela metodologia da História Oral.

O testemunho oral tem sido amplamente discutido como fonte de informação sobre eventos históricos. Ele pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história (PORTELLI, 1993, p.41).

Tal como propôs Alessandro Portelli, concordamos com os historiadores que nas últimas décadas do século XX, começaram a entender que os testemunhos orais ao serem submetidos a uma análise dos aspectos históricos e das ações dos seus narradores podem contribuir amplamente para a escrita da história, principalmente, aquela que se propõe a tratar das subjetividades que cada indivíduo carrega e investe em suas narrativas. As reminiscências, suscitadas pelos sujeitos entrevistados, são múltiplas, variadas e singulares, ou seja, cada indivíduo desperta e recria inúmeras formas de rememorar o vivido e, com isso, constroem suas versões sobre os acontecimentos, ampliando assim as informações sobre o tempo em estudo. E mais que isso, quando confrontadas as versões recriadas pelos entrevistados de maneira que os acontecimentos narrados ganham sentido e se imobilizam em imagens que “nos informam sobre a realidade”, aí está a força das narrativas orais, pois nos “permitem que haja uma ampliação do conhecimento” (ALBERTI, 2004, p.84) em análise.

Além dos relatos orais, o presente estudo foi construído por meio da leitura de trabalhos bibliográficos anteriormente produzidos sobre os temas abordados, da análise de Leis municipais sobre a (re) estruturação do espaço urbano, da leitura e compreensão de mapas da cidade, da análise e interpretação de registros fotográficos e de notícias e propagandas em jornais e revistas, tanto locais como nacionais. Quanto aos critérios adotados para a investigação e catalogação das três últimas fontes mencionadas, informamos que, devido ao longo recorte temporal, para viabilizar a pesquisa, utilizamos o método de análise de matérias e registros fotográficos que tinham relação com o tema proposto, por isso, os jornais e revistas analisados foram os mais diversos possíveis e as fotografias coletadas também tiveram origens das mais diversificadas.

Destarte, a pesquisa se organiza em três capítulos, o primeiro intitulado *Uma aposta empreendedora e o centenário de Teresina*, no qual discutimos a ampliação do espaço urbano de Teresina, cidade cujo crescimento espacial, assim como ocorreu com a maioria das cidades brasileiras, esteve relacionado ao processo de urbanização que se acentuou na capital piauiense a partir da década de 1950. Para tanto, analisamos o lançamento do primeiro empreendimento

imobiliário horizontalizado construído à margem do espaço urbano teresinense denominado ‘SOCOPO- Cidade Jardim’, ocorrido em 1952, ano em que a cidade completava seu primeiro centenário. Dessa maneira, ainda neste capítulo, apontamos que a iniciativa privada de vender lotes de terras em áreas afastadas do núcleo urbano de Teresina, já naquele período, exemplificava um incipiente processo de especulação imobiliária, que desde então, visava o espraiamento da malha urbana da cidade para a direção leste.

No segundo capítulo, *Crescimento espacial e Urbanização em Teresina nas décadas de 1960-70: a implantação da EASAR e suas ressonâncias*, analisamos o processo de implantação da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez (EASAR) no Povoado Socopo, em 1963, enquanto um fator primordial para entendermos como o empreendimento Socopo mobilizou transformações espaciais e teria atraído os religiosos jesuítas ao local. Também ressaltamos que durante suas duas primeiras décadas de funcionamento, a instituição alterou a dinâmica dos projetos de vida dos sujeitos que viviam na localidade do povoado Socopo e que foram envolvidos nesta pesquisa como personagens essenciais da história da formação e ocupação do bairro Socopo, afinal, como no período de implantação da escola, a área onde ela foi instalada fazia parte do perímetro rural de Teresina, ressaltamos os aspectos que tornaram a EASAR um fator que contribuiu para atrair migrantes para viver em seus arredores e que oportunizou que estes se fixassem no povoado, contribuindo assim para o início da transformação daquele espaço em bairro da capital. A escola será percebida como um lugar de memória da comunidade, não apenas enquanto espaço fixo da paisagem, mas porque levaremos em consideração que há nela “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo” (NORA, 1984, p.14), registrados nas narrativas orais produzidas pelos sujeitos que estiveram diretamente envolvidos no processo de instalação e atuação da escola no povoado. Pois, compreendemos que a escola é, “antes de tudo, restos” (NORA, 1984, p.14) que ainda sobrevivem na consciência coletiva desses antigos estudantes e trabalhadores.

E no terceiro capítulo, cujo título é *Transformando a malha urbana de Teresina: o II PET e o bairro Socopo*, destacamos a implantação do Plano Estrutural de Teresina II (II PET), em 1988, enquanto uma ação impositiva do Estado, na qual este cria leis que definiam e/ou inibiam a apropriação de espaços da cidade de acordo com seus interesses. Finalizamos, então, dissertando sobre a ideia de que o espaço urbano de Teresina não é apenas um produto gerado pelos interesses privados da vida cotidiana, ou mesmo que é apenas moldado de acordo com a divisão social e de trabalho, mas sim, resultado da articulação de todos esses motores de transformação espacial juntos.

2. UMA APOSTA EMPREENDEDORA E O CENTENÁRIO DE TERESINA

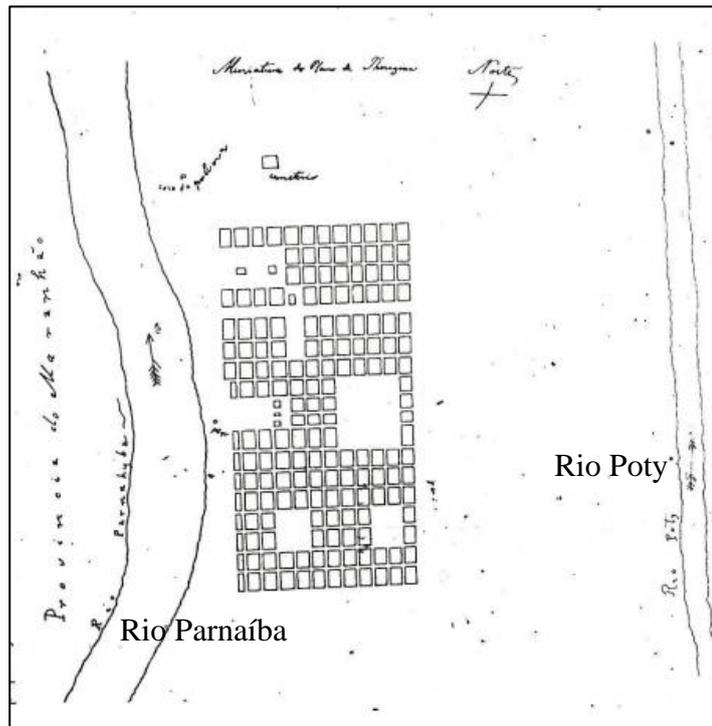
Em cada rua que se abre muitos sonhos e histórias são iniciados. A mágica de habitar os lugares e se fixar neles remonta há milênios. Desde então, as experiências de fixação na terra se assemelham. Na cidade de Teresina, abrir uma rua, no ano de 1852, foi uma atitude idealizada e envolta do imaginário de se estar “criando do nada”⁴ uma cidade moderna (CHAVES, 1998, p.25), que se opusesse ao modelo colonial em que foi erguida a primeira capital da Província do Piauí: Oeiras. Cada rua alinhada e larga aberta iria não apenas ser mais uma rua, mas lugar de realização. Realização comercial, sobretudo.⁵

Para concretizar o desejo de fundar uma cidade moderna, o mestre de obras encarregado da construção da nova capital, João Isidoro da Silva França, planejou o traçado que originaria o caminho para ser trilhado pela nova sociedade, a teresinense. Esse projeto estrutural, que remete ao formato de um tabuleiro de xadrez, contemplava aquele que se tornaria o núcleo urbano de Teresina. Desde então, o espaço urbano da cidade planejada não cessaria seu crescimento e novas ruas não paravam de ser abertas.

⁴ Expressão parafrazeada da obra de Monsenhor Chaves, na qual o autor explica que a construção de Teresina foi planejada na administração provincial de José Antônio Saraiva, e que este foi o presidente provincial responsável por construir a nova capital da Província do Piauí sobre a Chapada do Corisco, lugar que antes da construção tratava-se apenas de uma fazenda de gado, que não possuía nenhuma estrutura básica para a fundação de uma cidade ali.

⁵ Quando da efetivação da transferência da capital uma das principais razões defendidas por Saraiva ao escolher a Chapada do Corisco para instalar a nova sede do Governo devia-se ao fato de esta estar localizada próxima ao Rio Parnaíba e da cidade de Caxias, o que oportunizaria o “desenvolvimento da navegação e gozar(ia) a capital de grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de civilização do Império”. (CHAVES, 1998, p. 25)

Mapa 2 - Planta baixa de Teresina construída em 1855.



Fonte:(CHAVES, 1992, p.9).

A construção de Teresina, na segunda metade do século XIX, é uma situação histórica que demonstra o apoio do Estado Imperial na investida pela urbanização da Província do Piauí. Transferir a capital da isolada Oeiras para as margens do Rio Parnaíba, numa região centro-norte da província, visava ampliar a área urbana e as relações econômicas desenvolvidas na Província.

Remontamos a história da fundação da capital piauiense porque consideramos salutar que estabeleçamos um comparativo entre os investimentos voltados para a urbanização da Província do Piauí no período imperial e os que foram realizados no recorte cronológico deste capítulo, a década de 1950. Assim, demonstraremos que houve uma intervenção estatal, na sua fundação, que delimitava como e para onde a cidade se estabeleceria. Após cem anos, a cidade, que comemorava seu primeiro centenário, vivenciou a intensificação do processo de urbanização movido por interesses tanto estatais como privados.

Entendemos por ampliação do processo de urbanização o período em que os investimentos e intervenções realizados nos espaços físicos da capital passaram a ser arranjos tanto pela ação do Estado, como por empresários do ramo imobiliário, que, inseridos na dinâmica de mercado do capital, que se alargaria para além do seu núcleo fundador.

Em vista disso, é necessário explicar o que compreendemos por processo de urbanização de Teresina. Neste estudo, o termo ‘urbanização’ será entendido tal como propõe Kingsley Davis:

Ele será considerado como a proporção da população concentrada em estabelecimentos urbanos ou como um crescimento dessa proporção. Muitas vezes pensa-se em urbanização simplesmente como o crescimento das cidades. Isso é um engano, uma vez que a população em sua totalidade é composta tanto pela população urbana como pela população rural e, portanto, a “proporção urbana” é função de ambas. Assim, as cidades podem crescer sem nenhuma urbanização, desde que a população rural cresça pelo menos na mesma proporção. (DAVIS, 1972, p. 15).

Ao longo da narrativa verificamos que foi durante a década em que Teresina comemorava seu centenário que houve um aumento do número da população urbana da capital. O que seria explicado por diversos fatores, principalmente pela migração interna que se processava no período em todo país.

Para apresentar melhor esse processo especificamente no Brasil, dialogamos com o geógrafo Milton Santos (2018, p. 33), o qual aponta que foi após a década de 1940 que se verificou no país um intenso crescimento demográfico, sobretudo nas áreas urbanas, provocado pela natalidade elevada e a mortalidade em decréscimo, explicados pelos progressos sanitários e pela melhoria nos padrões de vida próprios dos espaços urbanizados. Esses processos incharam as cidades brasileiras, que, desde então, foram apenas intensificando o aumento da concentração populacional nos espaços urbanos. O crescimento populacional ocorrido durante toda a década de 1950 no Brasil, no Piauí, e em Teresina, são dados que auxiliam na compreensão da urbanização do país nesse contexto.

Quadro 1 - Crescimento Populacional no Brasil/ Piauí/ Teresina durante a década de 1950.

Ano	1951	1960
Brasil	53.212.000 habitantes	65.743.000 habitantes
Piauí	1.064.438 habitantes	1.343.000 habitantes
Teresina	93.352 habitantes	144.799 habitantes

Fonte: (IBGE, 1950, 1951, 1960). Tabela organizada por FERREIRA, 2020.

Os estudiosos costumam considerar que uma cidade com mais de 100 mil habitantes já possa ser considerada urbanizada, levando-se em consideração que dificilmente a população rural ultrapassará esse número. Considerando então os dados apresentados no quadro, foi ao longo da década de 1950 que a cidade de Teresina conseguiu alcançar este status. Os dados do anuário estatístico de 1951 do IBGE informam também que naquele ano apenas cinco cidades

brasileiras possuíam mais de 100 mil habitantes, ou seja, uma clara demonstração de que no território nacional o fenômeno da urbanização nos anos 1950 foi percebido por poucos.

Em pesquisa realizada pelo economista Felipe Mendes, este destacou que no Brasil a população urbana só superou a rural no ano de 1965, enquanto que no Nordeste e no Piauí, respectivamente, isto só ocorreu nos anos de 1980 e 1989, dados que nos permitem concluir o atraso do nosso estado com relação aos demais da nação no que tange ao processo de urbanização (MENDES, 2003).

Entretanto, ainda que a “passos lentos”, podemos verificar também que o crescimento populacional de Teresina, com relação ao Piauí, durante o período mensurado na tabela, foi proporcionalmente maior. Essa considerável diferença indica que a capital Teresina estava crescendo e, conseqüentemente, se transformando em diversos setores mais rápido que as demais cidades do Estado. Neste ponto, então, é preciso compreender, como ensina Milton Santos, que o processo de Urbanização que se fez perceber na capital nesse contexto será tanto do território, como da sociedade, em outras palavras, o processo da Urbanização pode ser percebido no campo das mudanças estruturais do espaço e das relações sociais, econômicas e políticas, o qual adotou “um modelo geográfico de crescimento espraiado, com um tamanho desmesurado que é causa e efeito da especulação”. (SANTOS, 2018, p. 9-10). Os fatores que explicam tal fenômeno são diversos e ao longo deste capítulo os explanaremos com mais ênfase.

O cenário político no país neste contexto elucida também o poder que o Estado tinha e tem para proporcionar mudanças numa sociedade. O que deve ser lido como um fator decisivo para que o processo de urbanização se destacasse no período em estudo. O retorno ao poder de Getúlio Vargas por meio da eleição democrática de 1950 foi marcado por uma política nacionalista, que se voltava para o crescimento e fortalecimento da industrialização do país. Isso proporcionou que ao longo do seu mandato Getúlio representasse tanto os interesses de uma burguesia industrial crescente como da classe operária. Ele era conhecido então como o “pai dos pobres” e a “mãe dos ricos”, visto que, ora ele cedia aos interesses de uns, ora beneficiava a outros (ARAÚJO, 1996).

Em relação ao Piauí, e em especial ao estudo que estamos explanando, podemos destacar um exemplo de claro incentivo do governo Vargas à produção no Estado. Isto a partir da Lei sancionada por ele que autorizava

Art. 1º (...) a Sociedade Construtora Poty Limitada (SOCOPO) a pesquisar água mineral em terrenos de sua propriedade situados na localidade de Socopo, antigo Centro, distrito e município de Teresina, Estado do Piauí, numa área de trinta hectares (30 ha) delimitada por um retângulo que tem um vértice a trezentos e sessenta metros (360m), no rumo magnético de trinta e um graus sudoeste (31° SW); do canto sudoeste (SW), da sede da fazenda do Centro, e os lados divergentes dêsse vértice, os seguintes

comprimentos e rumos magnéticos: quinhentos metros (500m), trinta e seis graus cinquenta e cinco minutos sudoeste (36° 55' SW); seiscentos metros (600m), cinquenta e três graus cinco minutos noroeste (53° 05' NW).
 Art. 2º O título da autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de trezentos cruzeiros (Cr\$300,00) e será transcrito no livro próprio da divisão de Fomento da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.
 Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário⁶. (BRASIL, 1952, s/p)

O documento corrente, além de deixar autorizada a pesquisa e a coleta da água mineral a ser feita pela Sociedade Construtora do Poti, infere também sobre a geografia do lugar, retomando, o que já havíamos mencionado, que a localidade Socopo estava localizada numa área que no passado havia sido denominada Fazenda Centro, zona rural do Município de Teresina.

Então, elucidamos que foi em meio a essas circunstâncias históricas, políticas e econômicas que Teresina intensificou seu processo de urbanização. Nesse período, a empresa em destaque na lei mencionada anteriormente foi também a primeira da capital a lançar um empreendimento imobiliário de grande porte a ser vendido em áreas fora do perímetro urbano da cidade. A SOCOPO Ltda será analisada neste capítulo, a fim de que possamos compreender de que maneira ela contribuiu com o seu “ponta pé” inicial no processo de crescimento urbano de Teresina para o sentido leste.

A Revista *A Noite Ilustrada*⁷, no dia 12 de fevereiro de 1952, dedicou duas páginas para tratar desse empreendimento, as quais informavam que tal iniciativa era administrada “graças ao esforço bem intencionado de dois moços, Drs. João de Deus Fonseca Filho⁸ e Elói do Egito Coelho⁹” (COSTA, 1952, p. 32), jovens empresários que adquiriram a gleba ‘Centro’, que pertencia ao fazendeiro Juvêncio Alves de Carvalho, localizada no vale do Rio Poti, em direção ao lado leste da cidade (ver imagem 01).

Neste capítulo, então, abordamos como esse empreendimento se configurou como uma pretensa¹⁰ área de crescimento espacial da capital piauiense, que se urbanizava em meados da década de 1950. Para tanto, serão analisadas as ações que levaram este empreendimento a ser

⁷ Desde o final do Estado Novo, a revista carioca de variedades que pertencia aos proprietários do Jornal *A Noite* foi arrendada ao patrimônio da União, tendo assim permanecido até 1957, quando chegou ao fim suas tiragens. Durante esse período, a revista tinha a função de tecer elogios às instituições governamentais. (LEITE, 2019)

⁸ Bacharel em direito e empresário.

⁹ Nasceu na cidade de Loreto, no Maranhão em 01-01.1923. Formou-se em Engenharia no Rio de Janeiro. De onde veio morar na cidade de Teresina, onde casou-se com sua prima Ana Costa de Almendra Freitas, filha do ex-governador Pedro de Almendra Freitas (FERREIRA, 2020).

¹⁰ Ao utilizarmos o termo ‘pretensa’, procuramos estabelecer relação com nosso problema de pesquisa, que se direciona a entender como a instalação desse empreendimento no local teria representado, por meio do desejo dos empreendedores, a primeira tomada de iniciativa que direcionava a expansão da cidade para a sua zona leste, ou seja, levantamos novamente o problema: será que o negócio pretendia ser muito mais do que de fato ele foi?

inserido na lista de espaço que oferecia não somente lotes de terra para vender, mas também lazer aos teresinenses de classe alta, pois no empreendimento fora construído um balneário durante o período em destaque, que além de ser um fator importante para atrair possíveis compradores ao local, fora também espaço que sediou uma das festas comemorativas do centenário da cidade em 1952.

É importante dizer que o primeiro empreendimento imobiliário lançado na cidade, estava pondo à venda lotes de terras numa localidade a cerca de 14km de distância do centro da capital. Portanto, mesmo que tal empreitada não tenha, vias de fato, ampliado o espaço urbano de Teresina no contexto em que foi lançada, pois fora à época construída numa área rural do município, esta iniciativa, em nosso entendimento, reflete a ousadia de parte do empresariado teresinense em abrir caminho entre as terras que ficavam entre o centro de Teresina e a área que compreendia o empreendimento SOCOPO.

Em suma, este texto aborda também os investimentos estatais (ou a ausência destes) empregados na capital e, desse modo, infere que tanto o Estado quanto o empresariado foram os principais agentes responsáveis pela mudança da paisagem urbana de Teresina e os detentores do poder no que se refere a maneira como a cidade vivenciou o processo de urbanização.

Para este feito, nos fundamentamos em excertos jornalísticos retirados dos jornais *O Dia* (1951,1952), *Jornal do Piauí* (1951, 1956), *Diário de Notícias* (1952) e *Correio do Nordeste* (195?) e das revistas *O Cruzeiro* (1952) e *A Noite Ilustrada* (1952) e do Almanaque do Cariri (1952), dispositivos nos quais foi possível localizar os materiais publicitários e artigos referentes ao empreendimento em análise. Além de usarmos também fotografias do período, e a metodologia da história oral para a produção de fontes da época.

2.1. O centenário da “cidade-verde” e a inauguração de uma “cidade-jardim”.

Nas páginas dos jornais teresinenses, nos dias e meses que antecederam as comemorações do centenário de Teresina, os leitores tinham acesso a uma profusão de anúncios publicitários que vendiam, essencialmente, produtos industrializados como máquinas de costura, refrigeradores, tratores, rádios, bicicletas, móveis e eletrodomésticos em geral, e até mesmo, geradores de energia, que prometiam iluminar “qualquer povoação, por mais distante que esteja” (JORNAL DO PIAUÍ, 1956, p.4) do centro da cidade. Todos os bens postos nesses anúncios, demonstravam que Teresina já estava inserida na dinâmica do mercado nacional de impulso ao consumo de bens industrializados, a qual só se intensificaria no decorrer de toda

década de 1950, principalmente com a chegada ao poder nacional do Governo do presidente Juscelino Kubitschek (1955-1960)¹¹.

É essencial evidenciarmos que era privilégio da população mais abastada da capital e das demais cidades do Piauí, ter o acesso à leitura dos jornais produzidos na capital, afinal, eram as pessoas que tinham condições materiais para comprá-los e o interesse em ficar informadas com as principais novidades, pois, nesses impressos estariam expostas as principais notícias da cidade, do Brasil e do mundo, e, sobretudo, onde se podiam encontrar inúmeras páginas de anúncios de diversas mercadorias que eram verdadeiros “sonhos de consumo” para todos esses leitores.

Para Milton Santos (2018), analisando o caráter de ocupação do território brasileiro, foi em meados do século XX que se iniciou no Brasil um processo diferenciado em relação a sua história pregressa, pois houve, a partir de então, uma integração do mercado nacional por meio da abertura de estradas de ferro e, logo em seguida, pela substituição destas pelas rodovias. Além disso, foi também nesse período que foram criadas condições para que o país procurasse substituir as importações pela produção industrial nacional.

Esse momento histórico em que o espaço da nação será (re)construído através das novas tecnologias e recursos científicos, o geógrafo nomeia de *meio técnico-científico*, ou seja, teria sido nesse contexto entre as décadas de 1950 e 1960 que a sociedade brasileira estabeleceria uma consolidada relação do país com o capitalismo maduro, oriundo do chamado processo de modernidade nascente na Europa.¹²

Esse meio técnico-científico (melhor será chamá-lo de meio técnico-científico-informacional) é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas, que necessitam desse novo meio geográfico para sua realização. A informação, em todas as suas formas, é o motor fundamental do processo social e o território é, também, equipado para facilitar a sua circulação (SANTOS, 2018, p. 38).

¹¹ Desde o governo de Vargas, a preocupação em tornar o país industrializado era a grande pauta da vez. Entretanto, a forte tendência desse governo ao nacionalismo desagradava aos opositores do governo constituída por uma burguesia que criticava a forte intervenção do Estado na vida econômica e que se voltava, sobretudo, para a abertura da economia ao grande capital estrangeiro, com destaque para os Estados Unidos, que representava o maior poder interessado, no contexto de Guerra Fria, em assegurar que o Brasil se aliasse aos seus interesses e se tornasse um mercado consumidor. Com a chegada de JK ao governo muitas empresas estrangeiras se estabeleceram no país, até mesmo porque empresas brasileiras juntaram seus capitais aos dessas companhias, o que possibilitou que as multinacionais pudessem dominar a economia brasileira, ou seja, o governo JK provocou a desnacionalização da economia brasileira. Exemplos de companhias a ser citados são as grandes empresas automobilísticas Mercedes Benz, Volkswagen, Ford e General Motors, todas fortes presenças nos anúncios dos jornais referidos.

¹² Neste momento, o que chamamos de processo de modernidade está para além do que um estilo de vida e organização social que emergiu na Europa a partir do século XIX. Para nós, tal como aborda Anthony Giddens, a modernidade deve ser analisada pelas implicações dúbias que ela provocou e ainda provoca sobre a humanidade, dentre elas, as inúmeras descontinuidades com o mundo pré-moderno e as intensas transformações econômicas e, sobretudo, sociais que nunca antes na história da humanidade haviam sido provocadas e, muito menos, em tão pouco espaço de tempo (GIDDENS, 1991).

Foram sobre essas circunstâncias que caracterizam o chamado meio técnico-científico que desde a segunda metade do século XX se remodelaram os espaços rural e urbano do nosso país, numa busca por equipá-lo para a livre circulação de bens e serviços. Por conseguinte, os anúncios dos jornais piauienses, informados anteriormente, exemplificam como a mídia impressa era um veículo propício para a circulação de informações que regulavam e favoreciam o funcionamento do mercado regido pelo capital. Por isso, os jornais são fontes históricas de imenso valor para aqueles que se enveredam em pesquisas que tratam da formação das cidades modernas, no final, ele foi por muitos anos do século XX, o principal meio de comunicação que melhor transmitia e estampava os moldes modernos, tendo perdido espaço somente após a invenção de outros meios técnicos mais sofisticados de análise e regulação do mercado.

Teresina, em meados do século XX, não se diferenciava das demais cidades do mundo e do Brasil no período quanto ao desejo de se estabelecer de acordo com os padrões de modernidade da época. Mesmo que precisem ser feitas as devidas distinções entre uma cidade encravada no sertão nordestino, e as demais cidades mais antigas e modernizadas do país e do mundo à época. A capital, por ser também a maior cidade do Piauí, era o espaço privilegiado onde eram estabelecidas as principais relações comerciais e realizadas as decisões administrativas. Seus jornais, então, eram vitrines dos desejos de consumo daquela sociedade, bem como espaços onde os políticos costumavam se manifestar a respeito das decisões tomadas ou a serem tomadas. Nesta pesquisa, os jornais locais que foram analisados e que serão postos em evidência em diversos momentos do texto foram o Jornal O Dia e o Jornal do Piauí. Sendo esses, respectivamente, jornal de oposição ao governo local, representado por Pedro Freitas do PSD, e jornal da posição dirigido por pessoas que faziam parte não somente do grupo político do PSD, como também eram integrantes da família do governador (CARVALHO, 2013).

O primeiro centenário de Teresina, no ano de 1952, foi um excelente motivo para que alguns teresinenses de notório poder político e econômico se empenhassem em não somente comemorar a data, mas em pensar o futuro da cidade aniversariante. No ano do centenário, os teresinenses já sabiam de uma iniciativa privada, dirigida por jovens empresários interessados em fazer fortuna com a apropriação do solo e a rentabilidade que esta poderia oferecer aos que se enveredassem em caminhos ainda a serem trilhados no solo teresinense, pois desde o ano anterior já havia sido anunciado tal aposta imobiliária em jornal da cidade (O DIA, 29 de julho de 1951). Contudo, foi com a chegada do ano emblemático que realizaram, vias de fato, a inauguração oficial do empreendimento com a abertura do Balneário Socopo, espaço de lazer com áreas arborizadas e piscinas, destinado aos associados do empreendimento.

Entendemos que, o ato de pôr à venda lotes de terra ainda não explorados do município de Teresina e criar um balneário restrito aos compradores do empreendimento é um exemplo notório da incorporação de capital à natureza, característica própria do mercado capitalista a que se referia Santos. Dessa maneira, a empresa teresinense, de forma pioneira, representaria uma adequação ao mercado nacional, no qual eram, principalmente, os interesses financeiros que regiam e criavam condições de uso e apropriação de um espaço geográfico¹³ até então pouco inexplorado, localizado no perímetro rural do município¹⁴ de Teresina.

Era início de março de 1952, o jornal O Dia publicava em suas páginas um anúncio, no mínimo atrativo, sobre a venda de lotes de terras em uma área afastada do núcleo central da capital. É necessário que se diga, tal como argumenta Gilberto Velho, que “qualquer amador em propaganda sabe que um de seus princípios é que ela nada inventa, ela explora potencialidades” (VELHO, 2002, p. 24). Desta feita, o anúncio mencionado foi claramente produzido/inventado para demonstrar as potencialidades da área à venda pela construtora que tinha o mesmo nome do seu empreendimento: SOCOPO. Na propaganda, foram ressaltados os benefícios oferecidos aos que por ventura adquirissem um lote de terras no empreendimento Socopo, na qual, os serviços parecem ser incorporados ao valor e a rentabilidade do negócio, como é possível observar a seguir:

¹³Esta categoria será utilizada na pesquisa de acordo com a conceituação geográfica de Ana Fani A. Carlos, que infere que é o homem quem está no centro da discussão sobre o espaço, e que este é sempre “humano, porque o homem o produz e não, simplesmente, porque nele habita. A sociedade produz o espaço a partir da contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Portanto, o espaço se reproduz, reproduzindo conflitos” (CARLOS, 2018,p.34). No caso do espaço geográfico em que se insere o empreendimento Socopo, ele será produzido pela apropriação privada, em primeiro momento, mas no decorrer deste escrito, veremos que a sociedade que o habitará, em segundo momento, também estará envolvida na constituição do local e, portanto, reproduzirá nele seus conflitos de classe.

¹⁴ O Município corresponde a uma divisão do Estado que tem autonomia administrativa. No Brasil, ele é composto pela prefeitura e pela Câmara Municipal. No município, o poder executivo é representado pelo prefeito, pelo vice-prefeito e pelos seus secretários municipais. O poder legislativo fica a cargo dos vereadores municipais. O município compreende uma cidade sede e a uma área rural.

Figura 1 - Material publicitário do primeiro empreendimento imobiliário da zona Leste de Teresina.



Fonte: O DIA de 02 de março de 1952.

No imagem vemos que foram anunciados desde espaço para prática de esportes em um clube social (balneário), até a disponibilidade de luz elétrica. Esta última, sendo uma oferta muito ousada para aquele período, nem mesmo todos os bairros da malha urbana de Teresina por aquela época eram beneficiados com tal serviço. Afinal de contas, num exercício de comparação possível, o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI) produzido mais de 10 anos depois do anúncio do jornal comentado, nos mostra que mesmo em meados da década de 1960, Teresina não possuía uma rede de energia elétrica que atingisse um grande número de moradores. O documento afirma que “do conjunto de casas cujas famílias foram entrevistadas, 44,6% não possuía energia elétrica”, o que nos faz inferir que recuando para a década de 1950, este número possivelmente era ainda maior (TERESINA.1969, s/p).

Oferecer energia elétrica para atender uma área a cerca de 14 km de distância do centro da cidade é apenas um ponto inicial dentre os vários questionamentos que a fonte publicitária foi capaz de suscitar. É bem provável que a eletricidade propagada fosse produzida por geradores elétricos, como os anunciados no Jornal do Piauí, mencionado neste escrito. Se nem mesmo a área urbana era abastecida regularmente pela companhia de energia da cidade, era improvável que fosse na área rural, exceto se apresentasse singularidades derivadas dos investimentos neste setor.

Outra análise que o anúncio do jornal nos permite fazer é a respeito do nome do empreendimento, que nos remete a uma possível apropriação do termo Cidade Jardim (‘garden-cities’), que fora desenvolvido por Ebenezer Howard como “uma proposta urbanística de uma cidade autônoma, de dimensões controladas, e forte vínculo com a natureza, que se oporia à

perda de escala e de humanidade identificada na grande metrópole industrial que Londres já era” (WOLFF, 2017, p.221) no final do século XIX.

Essa teoria, aliada a algumas outras que também foram publicadas neste contexto, é considerada utópica¹⁵ porque propõe a formulação de um espaço em que houvesse relação entre o campo e a cidade. De acordo com os escritos do seu fundador, para melhorar a qualidade de vida das pessoas que estavam nas cidades em condição de precariedade, era necessário que parte dessa população se deslocasse para uma nova “cidade” construída com baixo custo na zona rural (em seu livro, ele desenvolve o desenho dessa cidade e como deveria haver seu funcionamento e manutenção), desde que essas novas “cidades” passassem por um projeto de urbanização planejada. Para Howard, não deveria haver apenas as possibilidades “cidade” e “campo”, mas a mescla do que há de melhor nessas duas modalidades, surgindo então uma terceira opção, que é a “cidade-jardim”. Expressão apropriada pelo empreendimento de forma que ele é divulgado antecedido pelo artigo “a”, o que indica que o local seria um protótipo desse modelo de “cidade”. De acordo com Alessandra Rosa da Silva, estudiosa sobre o tema, propõe esta teoria:

Howard não se deteve a ideia de remover a população do convívio urbano, mas pensou em um espaço que pudesse suprir as necessidades urbanas da sociedade daquela época, aliando a isso a possibilidade de uma vida mais saudável quando em contato com a natureza e o ar puro das longas caminhadas e contemplação da paisagem pitoresca (SILVA, 2014, p.31).

Quando Howard elaborou o seu projeto urbanístico, assim o fez com a pretensão de “desafogar” a cidade de Londres, bem como pretendia oferecer melhores condições de habitação à população empobrecida, que naquele contexto, era constituída por trabalhadores fabris que viviam em péssimas condições de habitação. Diante disso, a sua teoria utópica, ganhou adeptos em todo o mundo, inclusive no Brasil. Contudo, a forma como este projeto urbanístico foi concretizado, apenas considerava aos pressupostos da paisagem que foram desenvolvidos na teoria. Na maioria das vezes, no mundo e no Brasil, o que se verificou foi a apropriação de um conjunto das suas ideias por parte de empresários visionários, exemplo de alguns paulistanos, que no início do século XX ousaram em construir bairros-jardins (Jardim América, Pacaembu e Alto da Lapa) na capital que mais crescia e se urbanizava no país naquele período.

¹⁵ Neste caso, de acordo com o conceito de utopia criado por Thomas Morus (humanista inglês, 1477-1535), seria um sistema sociopolítico ideal, criado até então no nível da imaginação.

A pronta aceitação desse tipo de urbanização foi intensa e ampliou-se em toda parte ao longo do século XX. Em momento de crescimento das cidades e de carências habitacionais muito grandes, foi modelo para loteamentos suburbanos, vilas ligadas a indústrias e novas urbanizações dedicadas ao turismo em diferentes países. Em São Paulo, esse modelo inovador de paisagem urbana foi atraente para a nova empresa, Cia. City, que alterou o projeto de urbanização da área, já iniciado, e o adequou ao padrão *gardencity*. O padrão sofreu adaptações à realidade local pelas mãos de Barry Parker. Sediado em São Paulo por dois anos, entre 1917 e 1919, o britânico trabalhou para concretizar jardins semipúblicos, modelos de casas e segmentos de ruas arborizadas a fim de atrair os compradores para os terrenos de seus contratantes. (WOLFF, 2017, p.223)

Como visto, fica fácil de entender, que o modelo urbanístico que criou as bases para a construção desses bairros-jardins teve que sofrer algumas remodelações de acordo com os interesses dos compradores e mesmo da empresa que estava disposta a construí-los. E o urbanista contratado diretamente da Inglaterra para gerir as obras teve que se adequar à realidade local e aos interesses dos compradores do empreendimento, que eram parte da elite paulistana que desejava morar em áreas mais tranquilas e com aspectos que negassem o cenário urbanizado que já se inseria naquela capital. Naquele período, efetivou-se, então, o chamado urbanismo Garden-City, “exclusivista, segregador, dos bairros ricos” (RISÉRIO, 2013, p. 209) e tal feito realizado na cidade que mais crescia no país desde o início do século XX teria ressonância no restante do Brasil, imaginamos.

Assim sendo, acreditamos que os propósitos dos empresários da Socopo ao divulgarem nos jornais a venda de lotes de terra afastados do centro da cidade nos remetem, primeiro, aos bairros-jardins construídos em São Paulo no início do século XX, e não necessariamente, a teoria original proposta pelo urbanista europeu Howard. Ainda assim, a seu modo, e com suas ressalvas, era uma apropriação da ideia utópica, quando ainda no título do anúncio eles adotam, além do nome da empresa, a expressão “Cidade Jardim”.

Como já dito, essa influência exercida pelo modelo de Howard é encontrada no mundo inteiro e não foi diferente no Brasil, “muito se fez sob a égide de cidade-jardim, mas algumas das novas propostas afastam-se bastante da ideia original, carregando apenas poucos traços da cidade jardim. Por vezes, esse título é meramente um status a ser agregado ao empreendimento” (SILVA, 2014, p.31), tanto que se tomarmos os exemplos dos espaços construídos no Brasil sob essa referência veremos que, em sua maioria, dizem respeito a espaços privados, a exemplo dos condomínios de luxo que são construídos bem afastados do conturbado e movimentado centro das cidades e que são consumidos por famílias pertencentes às classes sociais mais abastadas.

Não apenas o nome do empreendimento, mas também duas outras características fazem o Socopo - Cidade-Jardim aproximar-se dos bairros-jardins paulistanos e da própria teoria original de Howard. Primeiro, pela localização afastada dos aglomerados populacionais; segundo, pela composição de uma paisagem que se constituísse mais com elementos naturais. A arquiteta Silvia Wolff apresenta as condições em que esses empreendimentos são comumente construídos:

Uma paisagem que entremeava construções soltas e distanciadas dos alinhamentos dos lotes, com amplas áreas ajardinadas; que negava o adensamento edificado das metrópoles; que recusava a monotonia previsível de ruas de traçado retilíneo em tabuleiro de xadrez; que previa extensas áreas ajardinadas. Um desenho que se referenciava nas formas orgânicas da natureza e assim buscava aproximar as características do ambiente produzido pelo homem do meio físico natural. (2017, p. 223)

Os registros publicitários sobre o empreendimento Socopo nos levam a considerá-lo como um exemplo de negócio imobiliário semelhante ao definido por Wolff. A negação do traçado retilíneo em tabuleiro de xadrez e a aproximação do homem às características dos ambientes naturais foram evidenciadas em propagandas como a que segue:

Figura 2 - Material publicitário do primeiro empreendimento imobiliário da zona Leste de Teresina.



Fonte: O DIA de 02 de março de 1952 (Croquis do Loteamento)

Nessa imagem, é possível observar que o investimento no empreendimento pelos compradores fosse impulsionado pelas potencialidades que o local tinha a oferecer. Ao garantir

que o empreendimento teria “luz noite e dia”, “água mineral”, “vacaria”, “lagoa” e “balneário”, o anunciante pretendia atrair compradores para os lotes pela estrutura de serviços oferecidos à região.

Mas que sujeitos eram esses que possivelmente se interessariam em adquirir terrenos no empreendimento Socopo- Cidade Jardim? Como se constituía o cenário urbano teresinense no contexto em que o empreendimento era posto à venda nos jornais da capital? Teria o poder estatal algum interesse com a projeção desse empreendimento? Por fim, que relação podemos estabelecer entre o centenário de Teresina, que foi comemorado por todo o ano de 1952 e a inauguração do empreendimento Socopo, bem como de uma área balneária nesse estabelecimento?

Duas fontes são essenciais para resolvermos o primeiro dos questionamentos realizados. A primeira é localizada na revista *O Cruzeiro*¹⁶, de grande circulação nacional no período, nela foram dedicadas algumas páginas da publicação de 20 de setembro de 1952 às informações a respeito de como se procedeu a agenda oficial de comemoração da primeira centúria da cidade, ressaltando a relação desta com o empreendimento Socopo.

Reuniram-se na Jovem capital, para o Festival do Centenário da cidade, figuras ilustres do país, especialmente convidados pelo governo e pelo povo do Piauí. O ministro Simões Filho, da pasta da educação e saúde, representante do presidente da República, o senador Assis Chateaubriand, Diretor dos Diários e rádios Associados e Patrono das Comemorações do Centenário de Teresina, por escolha da comissão dos festejos, presidida pelo prefeito da cidade; o professor Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil; os senadores Galloti e Mader, representantes da Câmara Alta do país; os governadores Raul Barbosa, do Ceará, e o Eugênio de Barros, do Maranhão; os senadores Arêa Leão e Matias Olímpio, do Piauí, o Dr. Hugo Napoleão, consultor jurídico do Banco do Brasil; o professor Deolindo Couto; os prefeitos de Fortaleza e São Luís; o general Edgardino de Azevedo Pinto, comandante da Décima região militar; o escritor Luís da Câmara Cascudo; jornalistas de vários Estados do Norte, do Nordeste e do Sul, e muitas outras pessoas de destaque - uma multidão de convidados ilustres que se acotovelvavam nas ruas com os barraqueiros do alto Parnaíba, vindos no lombo do cavalo para vestir perto do Alvorecer do Centenário. (...) Todos se misturam e se deixam conquistar de assalto pela simpatia avassaladora da “Cidade Verde” e de seus amáveis habitantes. Teresina tem uma semana de festas comemorativas e fica transbordante de gente. (...) Nos intervalos das solenidades religiosas, militares e cívicas, esse povaréu todo se diverte à larga, nos bailes de gala quando estará os populares, nas representações típicas do folclore piauiense ou no

¹⁶“Lançada no Rio de Janeiro (RJ) em 10 de novembro de 1928 por Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, *O Cruzeiro* foi uma das mais proeminentes revistas ilustradas da história da imprensa brasileira. Circulando semanalmente em todo o território nacional, foi um dos primeiros órgãos a integrar os Diários Associados, a primeira rede de comunicação brasileira, que, em seu auge, contabilizaria 36 jornais, 18 revistas, 36 rádios e 18 emissoras de televisão, dentre as quais, a TV Tupi. Fundada num período de franca expansão da rede, quando Chateaubriand já mantinha *O Jornal*, a revista foi um dos bastiões dos Associados, tendo revolucionado o mercado editorial brasileiro ao criar e ditar padrões, além de ter influenciado fortemente a opinião pública nacional de acordo com as predileções políticas de seu proprietário. Com a decadência da cadeia após a morte de Chateaubriand, em 1968, o semanário perdeu muito de seu brilho na década de 1970, até fechar definitivamente em 1985” (BRASIL, 2015). Para informações sobre a circulação e alcance desta revista sugerimos também a leitura de: VELASQUES. Musa Clara Chaves. *O Cruzeiro*. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>.

ambiente requintado da Socopo, com a sua elegante piscina e as suas torneiras de água sulfurosa com 32 graus de temperatura normal (O CRUZEIRO, 1952. p.60).

A publicação destacava os sujeitos públicos nacionalmente e localmente influentes que participaram dos eventos de comemoração do aniversário da cidade ou estiveram diretamente envolvidos nos preparativos das comemorações, ressaltando como a elite política da cidade esteve por uma semana recebendo esses “convidados ilustres” durante as várias solenidades realizadas. Também é interessante perceber, que o artigo evidencia, dentre as festas de cunho religioso, militar e civil, aquela ocorrida no balneário Socopo, o que nos permite, inferir sobre a boa relação estabelecida entre os políticos locais e os proprietários do balneário.

Através do Jornal maranhense Correio do Nordeste, pudemos comprovar a ideia de proximidade de interesses entre a administração pública e os empresários do Socopo, por meio de uma crônica registrada na coluna de Zuzu C. Nahuz¹⁷, que ao descrever seu itinerário de viagem de São Luís a Teresina, relata que fez visitas a alguns espaços da capital, no qual teve a oportunidade de ser acompanhado por Elói Coelho do Egito, “genro do governador Pedro Freitas e um dos sócios da SOCOPO” (CORREIO DO NORDESTE, 1954. s/p). Comprovando então, que havia proximidade de caráter familiar entre o governador do Estado e um dos sócios da empresa.

Ressaltamos também que o destaque ao empreendimento Socopo dentre os demais locais mais expressivos da cidade não tenha sido uma escolha aleatória, pois, associar o centenário da capital ao mais novo local de lazer teresinense era uma maneira de propagar que a cidade já contava com um “requintado” balneário e uma maneira de divulgar o empreendimento. Isso era também uma forma de explicitar o grupo privilegiado a quem se voltava e sua relação com os homens e mulheres que gozavam de prestígio político, econômico e social da cidade. Ganhavam assim os dois grupos: os administradores piauienses, desejosos de salientar para o restante do país como a cidade centenária estava em vias de crescimento e modernização dos seus serviços, e os proprietários da Socopo, que tinham nesses artigos a oportunidade de associarem o seu empreendimento ao poderio local político e econômico de Teresina.

Um outro documento que nos envereda nas comemorações realizadas no salão de festas do balneário Socopo-Cidade Jardim trata-se de uma fotografia¹⁸ registrada no local. Essa fonte

¹⁷ O apelido era Zuzu, mas seu verdadeiro nome era Raimundo Nonato Coelho Nahuz, o próprio era o dono do Jornal Correio do Nordeste e nele era o responsável pela coluna Rosa dos Ventos. Nascido em Itapecuru (MA), sua história como jornalista chama atenção, pelo fato dele ser cego desde criança e ainda assim, ter conseguido construir uma carreira bem-sucedida no jornalismo maranhense. (BUZAR, 2013)

¹⁸ Não podemos negar que consideramos o uso das fotografias em nosso trabalho como um recurso visual que torna “mais palatável o entendimento do que está(va) posto nas fontes textuais” (BORGES, 2011, p.23). Entretanto,

nos permite “penetrar na privacidade da memória através dos retalhos do cotidiano nele(a) contidos(as)” (MAUAD, 1996, p.11), pois, pela sua qualidade de texto não-verbal, o registro fotográfico é uma mensagem que “se organiza a partir de dois seguimentos: expressão e conteúdo” (MAUAD, 1996, p.10), pelos quais identificamos gestos, vestimentas e ações em geral.

Dessa maneira, a seguinte fotografia nos permite deduzir que, por motivo do distanciamento do local em relação ao núcleo urbano da cidade e as próprias vestimentas evidenciadas na imagem, só puderam mesmo ter acesso a essa festa as pessoas que integravam a elite política e financeira da cidade, já que, para se frequentar lugares privados é de suma importância e de bom tom ter sido convidado para participar do evento, além de ter condições materiais de frequentá-lo.

Fotografia 1 - Comemoração do centenário de Teresina no Balneário Socopo.



Fonte: Acervo pessoal de João de Deus Fonseca Filho¹⁹.

esta não se configura como a sua primeira e única função neste texto, porque precisamos dizer que nos colocamos longe das armadilhas metódicas que levam a crença nas fontes como retratos fiéis do passado, desse modo, aqui as fotografias serão por nós averiguadas não apenas como recurso visual, mas como uma dentre as diversas fontes históricas que funcionam “como mediadoras e não como reflexos de um dado universo sociocultural” (BORGES, 2011, p.18). Ou seja, as fotos analisadas não serão apenas bengalas que servem para sustentar um argumento já levantado por outra fonte documental, ela será uma fonte primária que nos permitirá ir em busca de entendimentos que tragam respostas para os nossos questionamentos de pesquisa.

¹⁹ Esta fotografia foi concedida pelo senhor João de Deus Fonseca Filho no dia 28 de junho de 2016, na oportunidade as pesquisadoras Cláudia Cristina da Silva Fontineles e Víviam Cathaline de Sousa Ferreira, estiveram na casa do empresário para realizar entrevista oral sobre sua história de vida. Durante este momento,

Como é possível analisar na foto, há a presença maciça do linho branco nas vestimentas dos políticos e empresários. Eles pareciam estar bebendo junto a uma das figuras mais importantes e reconhecidas no movimento cultural brasileiro da época, o cantor Luiz Gonzaga, que fora o convidado de honra daquela noite. Isso nos indica, novamente, a proximidade de interesses e da partilha de poder econômico e social entre os administradores da cidade e os empresários da Sociedade Construtora do Poty Ltda.

Enquanto que o balneário Socopo servia de cenário e vitrine de uma festa noturna de Teresina que se engabelava por ser uma cidade centenária, próximo daquele evento ocorreram também solenidades cívicas em espaços públicos da cidade. Uma das festas mais notórias, da qual há um dos poucos registros fotográficos de uma paisagem urbana de Teresina na década de 1950²⁰, foi a realizada na Praça Pedro II.

Na oportunidade, as fotografias registram 1) as decorações dispostas na praça, como faixas, bandeiras e monumento construído especialmente para a festividade do centenário, 2) os melhoramentos urbanos contidos no referido espaço (há postes de energia elétrica e pavimentação do logradouro), 3) que o espaço sediava uma vida cultural, já que ao seu redor é possível ver o Teatro 4 de Setembro e o Cine Rex, 4) os desfiles de tratores e a pé, que respectivamente, parecem ter sido conduzidos por homens e por jovens moças e rapazes trajados com boa roupa, o que indica possuírem certo poder aquisitivo e prestígio social e 5) o povo passivo, retratado nas fotografias sempre em segundo plano, atentos aos desfiles sem de fato os protagonizarem.

então, nos foi permitida a reprodução da fotografia, no entanto o mesmo não ocorreu a respeito da divulgação da sua entrevista. Na fotografia, além do cantor Luís Gonzaga, no centro, identificamos também o Governador Pedro Freitas, ultimo sentado ao lado esquerdo do cantor.

²⁰ A respeito da baixa nos registros fotográficos de Teresina que ocorreu entre os anos 1940, período em que o governo estadonovista utilizavam as fotografias como recursos propagandísticos dos seus feitos urbanísticos nas cidades, e os anos 1950, período de retorno a democracia no país, propomos a leitura de SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. **Guilherme Muller e a invenção do visual de Teresina**. Teresina: Livraria e Editora Nova Aliança, 2017.

Fotografia 2 - Desfile na Praça Pedro II em homenagem a passagem do primeiro centenário de Teresina.



Fonte: SOUZA, 2017, p.67.

Fotografia 3 - Desfile de tratores pelo passeio da praça Pedro II, em homenagem a Teresina, a capital centenária.



Fonte: SOUZA, 2017, p. 68.

Assim como é possível identificar no conjunto de fotografias expostas, em contraposição à adequação da elite ao mundo do capital e as conveniências políticas realizadas numa data cívica como essa, Teresina, em meados da década de 1950, convivía com as agruras das cidades reais. Abarrotada de migrantes que fugiram da pobreza e da seca, a cidade passava por um crescente aumento populacional, que em nada combinava com a imagem que propagava os jornais e revistas nacionais que foram contratados para divulgarem as comemorações do centenário da capital. A cidade era um cenário de contradições políticas, sociais e econômicas, e é sobre suas múltiplas faces que trataremos adiante.

2.2 Retratos sobre o processo de urbanização na Teresina centenária

À estrada Rio-Bahia coube um destino singularmente irônico. Planejada e executada com o objetivo de possibilitar maior intercâmbio entre o norte e o sul do país, estreitando as relações econômicas. Entre os dois centros populacionais vem a grande rodovia desempenhando doloroso papel na vida brasileira, pois descem por ela, em busca de melhor padrão de existência, centenas de milhares de nordestinos, em direção às lavouras paranaenses e paulistas. O senhor João Cleofas calculou em 300 mil os emigrantes que se serviram desta estrada em procura do Sul, e o governador Lucas Garcez estima em 1500, diariamente, o número de nordestinos que entra em São Paulo.

Não temos elementos para subscrever ou contestar as cifras referidas pelo titular da Agricultura e pelo chefe do executivo bandeirante. O que os nossos olhos presenciaram, porém, durante quase 72 horas em que trabalhamos pela Rio-Bahia, foi algo de estarrecedor, dando-nos a impressão de que estávamos diante de um dos grandes movimentos migratórios da história. Cento e setenta e nove (179) caminhões, carregados de nordestinos, sobretudo jovens, tivemos a desdita de anotar, para espanto de nossos companheiros de excursão.

Chegamos a pensar que a velha fibra nordestina, tantas vezes comprovada, tinha cedido diante do sofrimento e do abandono e procurava, fugindo ao meio, menos assinalar o seu protesto diante da inconsciência dos governos, do que encontrar solução que oferecesse menor dose de sofrimento e de privações.

Ao fim de cinco dias de viagem, chegamos a Teresina, a pequena capital do Piauí, que se engalana para comemorar o centenário de sua fundação, levada a efeito pelo Conselheiro José Antônio Saraiva, eminente estadista do segundo Reinado, campeão da política do Prata, instituidor do sufrágio direto e prócer da Abolição.

Mesmo os preparativos para as festas do Centenário da cidade não conseguem disfarçar a preocupação e a ansiedade com que o piauiense encara o destino de sua terra. Desde 1930, a produção do Estado, quase toda extrativa, permanece estacionária, oscilando entre 20 e 30 mil toneladas anualmente. A euforia produzida entre 1942 e 1947, pela alta da cera de carnaúba e do babaçu, desapareceu por inteiro com a derrocada de tais produtos.

[...] Em que pese a crise em que se debate o Estado, podemos observar, nas novas gerações, o ardente desejo de, pelos seus próprios meios, enfrentar os problemas da terra natal. Existe uma aguda consciência política na juventude piauiense, decidida a arrancar sua terra do marasmo em que se encontra, a resgatar os anos do passado e a reivindicar para o Piauí e suas angustiantes questões a atenção e o respeito do Brasil. Outro ponto que faz com que a sombria atualidade piauiense não nos cause desânimo é a permanência da iniciativa particular no meio da maior inquietação econômica: queda da cera de carnaúba, do babaçu, derrocada da pecuária, suspensão das obras federais e atraso de pagamentos. No entanto, no meio de tantas dificuldades, a iniciativa privada realiza alguma coisa, enquanto o governo estadual sucumbe diante dos compromissos que o erário é compelido a enfrentar, dispensando 90% das rendas com o funcionalismo.

A iniciativa privada deve Teresina duas grandes realizações, nos últimos tempos: o Sanatório Meduna e a cidade de veraneio Socopo. O Sanatório Meduna, que custou alguns milhões de cruzeiros, é o mais moderno no Brasil para o tratamento das doenças mentais. Erguido às margens do Rio Poti desfrutando de clima privilegiado, o Meduna é um atestado vibrante do que é capaz de empreender, mesmo nas épocas de desdita, o homem nordestino. Clidenor Freitas Santos, seu construtor, colocou-se, com esta obra, ao lado dos mais arrojados piauienses de todos os tempos, a exemplo do engenheiro Sampaio.

Quanto à Socopo, embora de natureza suntuária, não nos aventuramos a criticá-la. Se não merece aplausos calorosos, não é possível negar que se trata de uma grande realização com piscina, campos de esporte, jardins e numerosas obras urbanísticas, o que pode conduzir a mocidade piauiense a dedicar aos esportes e ao aperfeiçoamento um pouco do seu tempo.

As crises servem muitas vezes para demonstrar o que são capazes os homens e os povos. De volta do Nordeste, ressequido, empobrecido, abandonado, sem recursos para evitar que milhares de seus filhos pereçam de fome e de desastre nas intermináveis estradas do sul, sentimo-nos possuídos da convicção de que a gente nordestina não perdeu a coragem e a firmeza de caráter e, com seus próprios recursos, será capaz de vencer as ingentes dificuldades que se antepõem no caminho do seu progresso e da sua grandeza. (REGO, José Fernandes do. NORDESTE RESSEQUIDO E DESAJUDADO, Diário de Notícias, 4. Mai.1952, p.7)

A longa descrição da viagem realizada por José Fernandes do Rego, cronista do jornal carioca Diário de Notícias²¹, à cidade de Teresina, elucida diversas informações sobre o período em análise neste estudo, e mais que isso, consegue trazer um testemunho, imbuído de posicionamento político, sobre as agruras que atingiam ao homem e a mulher do nordeste brasileiro, no início da década de 1950, o que por si só, justifica nossa escolha em abrir o seguinte texto utilizando-a.

A extensa notícia demonstra um posicionamento crítico por parte do jornal ao Governo Federal da época, administrado pelo então presidente Getúlio Vargas. A crítica fica evidente já pelo título da crônica: ‘Nordeste ressequido e desajudado’. Ao longo do texto, isso só se comprova, o cronista cita claras demonstrações de que a região que convivia com os problemas ocasionados pelo seu clima não contava com o auxílio e amparo do Governo Federal. Em consequência disso, ainda que os seus habitantes sejam conhecidos pelo estereótipo de homens fortes e de fibra, são apresentados no texto como pessoas abandonadas e em sofrimento, devido as grandes secas que atingiam suas terras e à falta de políticas públicas que intervissem no problema. Como “solução” para o descaso, o cronista menciona que mais de 179 caminhões foram contabilizados carregando jovens nordestinos para estados do sul do país pela rodovia Rio-Bahia.

²¹ Jornal fundado em 12 de junho de 1930 por Orlando Ribeiro Dantas. Saiu de circulação em 1974. Tendo circulado por mais de quatro décadas, o jornal, a partir da sua fundação, foi oposição à República Velha e, com a tomada ao poder de Getúlio Vargas também a este declarou oposição. Nos anos de redemocratização, foi contrário à candidatura vitoriosa de Juscelino Kubitschek e favorável a candidatura de Jânio Quadros. Com a renúncia do último, apoiaram João Goulart. Entretanto, com o golpe-militar, o jornal se afastou das forças janguistas para apoiar os militares (FERREIRA, 2019).

O cronista informa ter viajado para conhecer Teresina que estava, na ocasião, comemorando seu primeiro centenário. Após descrever que havia chegado à jovem e pequena capital nordestina, não poupou elogios à cidade, a começar, pelo que foi proferido a respeito do seu fundador José Antônio Saraiva. Em seguida, foi a vez de jovens empresários teresinenses receberem consagrações, pois, segundo o autor, a juventude local, representada pelo senhor Clidenor de Freitas Santos²² e pelos sócios do empreendimento Socopo, tinha o ‘ardente desejo’ de estabelecer em sua terra natal alternativas eficientes para os problemas econômicos e políticos que a cidade enfrentava (com certa destreza, o autor construiu um argumento claro e convincente da então situação de pobreza econômica em que se encontrava o estado do Piauí).

Mais uma fonte associa o empreendimento Socopo ao centenário da cidade. Nessa fonte, o autor explica que embora o local informasse que era destinado exclusivamente à elite local, não se podia deixar de reconhecer que se tratava de uma realização que beneficiaria os jovens teresinenses interessados na prática de esportes. O texto também comenta a respeito da inauguração do Sanatório Meduna²³, outra grande obra fundada na década de 1950, em Teresina, que também foi responsável por ocupar uma área do município cuja paisagem urbana foi sendo alterada após a sua construção.

²² Nascido em Miguel Alves, no ano de 1913, formou-se em Medicina na Faculdade de Medicina do Recife em 1936, na qual especializou-se em psiquiatria. No campo profissional, além de ser o diretor fundados do Sanatório Meduna, atuou também como professor de filosofia no Colégio Estadual do Piauí; diretor do Hospital de Psiquiatria de Teresina, PI, médico Sanitarista do Ministério da Saúde e deputado (a) Federal do Piauí (1959-1963) pelo PTB. Faleceu em 02.04.2000 (CAMARA DOS DEPUTADOS, 2020)

²³ Inaugurado, em 21 de abril de 1954, o Sanatório Meduna inovou o tratamento psiquiátrico no Nordeste. O hospital foi construído pelo médico Clidenor de Freitas Santos, um revolucionário da psiquiatria no Piauí. O Meduna recebeu este nome em homenagem a Ladislau Von Meduna, médico húngaro que descobriu o tratamento da loucura pelo cardiazol. O Sanatório foi construído durante dez anos, com oito pavilhões, dois pátios, um edifício com dois andares e 120 leitos. Fechado em maio de 2010, por decisão do próprio hospital (IBGE, 2020).

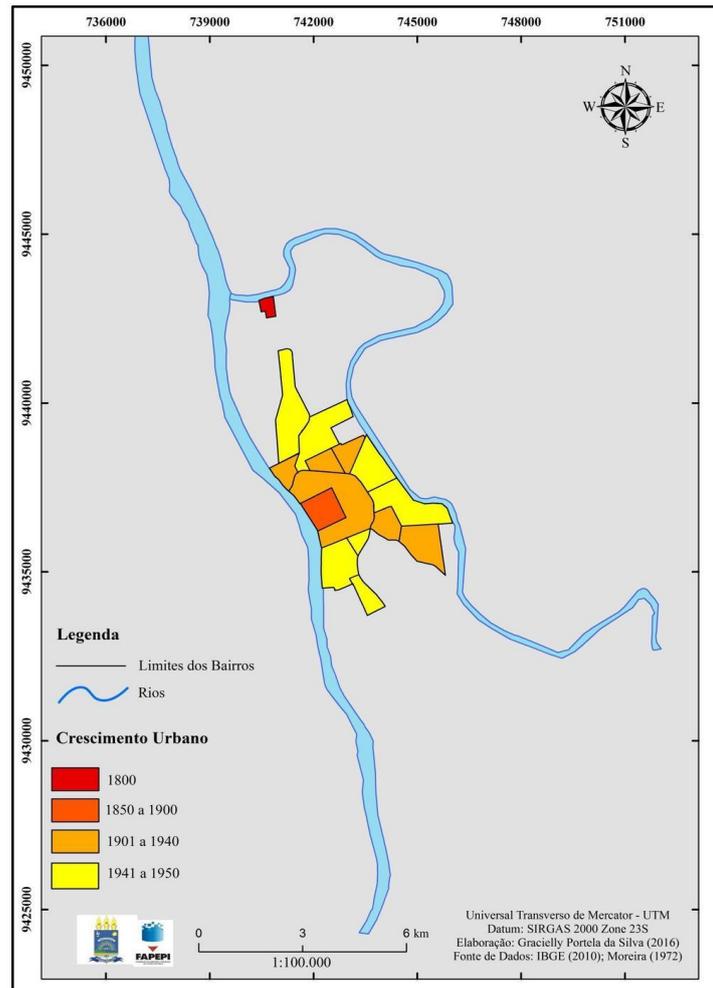
Fotografia 4 - Visão aérea do Sanatório Meduna.



Fonte: FACEBOOK, 2020.

Rego visitou Teresina em um ano emblemático para sua história. Possivelmente teve a oportunidade de passear por suas principais ruas comerciais, localizadas no centro da cidade e até mesmo possa ter conhecido um dos elegantes bangalôs construídos na Avenida Getúlio Vargas, atual Frei Serafim. Ainda que a matéria não informe sobre isso, é possível imaginarmos que algo parecido tenha acontecido. Afinal de contas, o núcleo urbano de Teresina por essa época se restringia a um espaço entre o Rio Parnaíba e o Rio Poti e alguns bairros dispostos na direção norte e sul dessa área. Como é possível observar no mapa seguinte:

Mapa 3 - Espaço urbano de Teresina até o ano de 1950.



Fonte: Organizado e disponível em SILVA, 2017, p.4

O modelo cartográfico apresentado ilustra como ocorreu o crescimento da área urbana de Teresina entre os anos de sua fundação e a década de 1950, ficando evidente que a cidade foi crescendo primeiro em torno do centro (área destacada com o tom laranja escuro) e, posteriormente, para as zonas norte e sul (áreas destacadas no mapa com o tom amarelo queimado), até ocupar as margens do Rio Poti (áreas destacadas de amarelo claro).

Bem perto do Rio Poti, por exemplo, qualquer pedestre que caminhasse pela cidade iria visualizar a Av. Frei Serafim, artéria que ligava o centro ao rio. Possivelmente, na cidade que o cronista Rego visitou, seria possível perceber também que

Na zona norte, o crescimento se deu em direção aos bairros Mafuá, Vila Operária, Vila Militar, Feira de Amostra e Matadouro. Nas proximidades da área central da cidade, o crescimento ocorria nos bairros Cabral e Ilhotas, enquanto na zona Sul, a expansão acontecia em direção aos bairros Piçarra, Vermelha, São Pedro e Tabuleta, seguindo os espaços entre os rios Poti e Parnaíba (FAÇANHA, 2004, p.180)

Ou seja, o tal cronista, para chegar às conclusões que estabeleceu em seu texto, provavelmente teve, no mínimo, uma visão panorâmica da cidade de Teresina na década de 1950, e a ele coube conhecê-la em uma década que “pode ser considerada um ‘divisor de águas’ quanto às mudanças na sua organização interna” (FAÇANHA, 2004, p.182).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população de Teresina registrada em números absolutos na década de 1940 era de 67.641 habitantes. e passou a ser, em 1950, de 90.723 hab. e no início de 1960 totalizava 144.799 habitantes (BRASIL, 1944,1950,1960). Esses dados nos permitem avaliar que durante a passagem de duas décadas foi intensificado o processo de crescimento populacional e, conseqüentemente, da urbanização da capital. Milton Santos colabora ao explicar que para se estudar o processo de urbanização do Brasil é necessário analisar a realidade de cada cidade, “o nível de urbanização, o desenho urbano e as manifestações das carências da população” (SANTOS, 2018, p.11) em estudo. Ou seja, é importante fiarmos teias que nos ajudem a compreender o desenho urbano de Teresina no período, bem como abordarmos as carências da população.

Em concordância com Milton Santos, portanto, não poderemos atribuir à Teresina as mesmas características que explicam o processo de urbanização dos grandes centros brasileiros localizados no sudeste do país. Como cidade de pequeno a médio porte durante a década de 1950, o início da sua urbanização vai se operar de acordo com os processos econômicos, políticos e socioculturais que se estabeleciam por volta do recorte em estudo.

A população de Teresina que, de acordo com os dados do IBGE, cresceu consideravelmente entre as décadas de 1950 e 1960, vivia em quais condições físicas, econômicas e políticas? Em busca da resposta a esse questionamento, diversos outros escritos acadêmicos abordaram problemáticas historiográficas referentes à temporalidade informada²⁴. E a grande maioria desses trabalhos lançaram luz para uma das principais questões sociais que a cidade tinha que enfrentar naquele contexto: a chegada de inúmeros migrantes fugidos da seca que chegavam à capital em situação de grande pobreza, o que contribuiu para elevar os níveis de miséria da sociedade teresinense e para aumentar o número de pessoas que viviam na cidade em condição de mendicância.

²⁴Sugerimos as seguintes obras: NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Imprensa e imagens: a construção de representações do Piauí e Teresina através de jornais diários na década de 1970**. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), V.281, p.1-26, 2010. SANTOS, Maurício Feitosa dos. **Comemoração, pobreza e cultura letrada no centenário de Teresina (1952)**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. SANTOS, Maurício Feitosa dos. **Seca, migrações e pobreza no centenário de Teresina: narrativas e crítica social sob o olhar da imprensa**. **Revista Tempos Históricos**. Paraná, v.21, n.1, 2017.

Assim, os números da pesquisa demográfica teriam aumentado bastante entre as décadas de 1940 e 1960, não apenas pelos fatores básicos que explicam o crescimento populacional, como a diminuição da mortalidade e aumento da natalidade, mas, sobretudo, pelo intenso movimento migratório de pessoas que estavam abandonando o campo e indo para a capital em busca de melhores oportunidades, tal como os milhares de sertanejos que viajavam em pau de arara, descritos na abertura desta sessão.

Os jornais teresinenses, evidentemente, não se restringiam aos anúncios de comemoração do centenário, coube a eles noticiar também as dificuldades que assolavam a vida dos migrantes que chegavam a Teresina nessa época.

A Teresina já chegaram para mais de seis mil sertanejos, provindos, quase todos, dos sertões cearenses. Não lhes dá o governo do seu Estado o menor auxílio e nem em nossas terras recebem outra assistência que não a que lhes oferece a caridade pública. Entendem-se por aí promiscuamente, família inteiras, famintas e doentes, atestados vivos do abandono a que são votadas. (OS PROBLEMAS DA SECA. Jornal O Piauí, 30.jun 1951, p.4)

A esta altura da narrativa, podemos afirmar que “há um aparente conflito nos enunciados jornalísticos (teresinenses): textos condenando a falta de lazer, ao lado de outros que remetem às novas manifestações e arranjos sociais” (CARVALHO, 2013, p.55). Esta contradição se explica pelo fato dos jornais, aquela época, serem um dos principais meios de comunicação da sociedade e, portanto, terem de informar, lado a lado, em suas reportagens, ocorridos que demonstravam os contrastes sociais e econômicos que afligiam a sociedade na época. O que, refutamos, não é nada incomum quando se trata de cidades reais que se constroem a partir de configurações sociais e sentimentos plurais, ou seja, Teresina era “para seus habitantes, várias cidades ao mesmo tempo (CARVALHO, 2013, p. 55)”. É necessário reiterarmos também que, como mencionado na matéria, a chegada à capital de muitos migrantes fugindo da seca no estado do Ceará²⁵, também se deu por sujeitos oriundos do próprio campo piauiense, afinal, foi por volta de meados da década de 1950 e início da década de 1960 que se intensificou o processo de deterioração das condições de vida também no próprio campo piauiense.

O esfacelamento da estrutura econômica e social do campo piauiense nesse momento foi motivado, de acordo com Bacellar e Lima (1990), principalmente por três condições; a) o declínio da exploração do extrativismo carnaubeiro e babaçueiro, b) a fragilidade econômica que caracterizava a maior parte das atividades rurais realizadas no Piauí (extrativismo, pecuária e agricultura de subsistência) e c) ao fato de que essas atividades, em especial o extrativismo, não teriam promovido grandes benefícios para o campo, sendo perceptível que os maiores

²⁵ A respeito da temática, sugerimos a leitura de SANTOS, Maurício Feitosa dos. **Comemoração, pobreza e cultura letrada no centenário de Teresina (1952)**. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

lucros e investimentos gerados pelo extrativismo foram empregados para dinamizar os centros urbanos localizados no centro-norte piauiense, em cidades como Parnaíba, Campo Maior e Teresina. Assim, ainda que o extrativismo vegetal tenha sido por muitos anos uma atividade econômica que inseriu o Piauí na economia mundial, como afirma Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (1998) em outra pesquisa, com o início do seu declínio, o campo piauiense foi o que mais sofreu com tamanha perda, pois, em quase nada havia, de fato, se beneficiado com essa atividade.

Em decorrência disso, a vida no campo piauiense permanecia em plena fase de intensificação da inserção do Brasil ao mercado capitalista comercial, com a mesma estrutura social e econômica que lhe fora montada desde o período colonial. Mesmo o extrativismo, que foi uma atividade que inseriu o estado na dinâmica comercial nacional e internacional, por volta das primeiras décadas do século XX, estava em fase de declínio e não havia conseguido alterar profundamente a estrutura social e econômica do campo local.

Em contrapartida a essa crise extrativista, o espaço urbano piauiense, por meio do Estado nacional, foi aos poucos se inserindo ao processo de desenvolvimento capitalista brasileiro. Sobre esse processo no Estado, Antonio Cardoso Façanha comenta com propriedade:

O Piauí, como os demais estados da federação, foram atingidos pelas ações do Estado desenvolvimentista brasileiro que se caracterizou como financiador para promover o nascimento e a consolidação da estrutura industrial. O Estado brasileiro exerceu, ainda, as funções de provedor de externalidades através da implantação de infraestrutura, de produtor, a exemplo das estatais, de patrocinador da acumulação privada, através da geração de demandas no mercado e, por fim, de articulador da aliança das forças do Estado, das empresas nacionais e do capital internacional (MELLO, 1994, p.11) O rearranjo de forças provenientes do modelo desenvolvimentista do estado brasileiro resultou em um reordenamento das atividades produtivas na rede urbana piauiense. Vale ressaltar os seguintes aspectos novos dessa reorganização: a) a densificação da rede de transportes rodoviários e do setor de comunicação; b) a construção da barragem de Boa Esperança, c) o crescimento dos setores administrativos, financeiro e creditício; d) o aumento do comércio varejista (FAÇANHA, 2004, p.181).

Diante disso, fica fácil compreender o porquê dos jornais teresinenses analisados para esta pesquisa estarem abarrotados de anúncios de diversas lojas varejistas sediadas no centro da cidade, bem como compreender que o momento por qual passava a economia nacional era favorável à construção de rodovias, e no Piauí não foi diferente. Seriam essas novas rodovias, muitas vezes a caráter de promessa política, que ligariam o espaço urbano teresinense ao empreendimento SOCOPO-Cidade Jardim. Esse empreendimento, inclusive, aparece em fontes jornalísticas como um possível indutor responsável pela construção de melhorias urbanísticas para a região do município onde estava instalado no final da referida década, como nos mostra o trecho seguinte, retirado do jornal Correio da Manhã.

Segundo telegramas endereçados ao governador do Estado pelos deputados Vitorino Correia e Hugo Napoleão, o presidente da república autorizou a liberação de algumas verbas destinadas ao prosseguimento de obras inadiáveis no Estado. Dando aplicação a algumas destas verbas, o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, iniciou na semana passada, o asfaltamento de uma rodovia estadual, para isto destinando uma dotação de cinco milhões de cruzeiros. A rodovia em apreço liga Teresina a futura cidade de Jardim, denominada “Socopo”, numa extensão de vinte quilômetros. (CORREIO DA MANHA, 19 Jul. 1957, p. 4)

Essa notícia demonstra como os interesses estaduais ali representados pelos deputados federais Vitorino Correia e Hugo Napoleão em conseguir junto ao governo federal liberação de verbas para o asfaltamento de uma rodovia estadual estavam diretamente relacionados ao audacioso projeto de Cidade Jardim, que naquele ano de 1957, já estava em pleno funcionamento há cerca de cinco anos. Evidenciar que a rodovia asfaltada ligaria Teresina ao empreendimento demonstra o alinhamento de interesses entre o governo e os empresários. O apelo em remeter-se ao local evidencia que o beneficiamento de tal obra se voltava ao acesso da elite ao empreendimento de lazer. É possível então, inferirmos que alguns dos passos dados naqueles anos para a modernização da cidade foram destinados inicialmente para suprir os interesses dos mais abastados. O que realça o caráter excludente e segregador da modernização que se processou no Piauí.

E foi neste contexto de modernização da capital, como verificaram Bacellar e Lima em seu texto, que as duas principais classes que residiam no campo piauiense: a dos grandes proprietários e a de pequenos produtores e/ou trabalhadores sem-terra, ao perceberem o visível crescimento e modernização do principal centro urbano do estado, transferiram-se para Teresina em busca de condições favoráveis, o que também contribuiu para a urbanização da capital. Cada um desses grupos, logicamente, fez a migração de acordo com seus próprios interesses e condições, ou seja, “parte da antiga aristocracia rural transferiu sua residência para os centros urbanos, praticamente, desvinculando-se da atividade rural (BACELLAR; LIMA, 1990, p.54)” e iniciaram investimentos em atividades próprias da economia urbana. Já em maior número, a parte constituída pelo conjunto de trabalhadores pobres, que “sem mais condições de permanência no meio rural, passa (*ou*) a alimentar a ideia de emigrar do campo de forma mais definitiva do que sazonal, (...) em busca de maiores condições de trabalho e de sobrevivência nas zonas urbanas” (BACELLAR; LIMA 1990, p.67).

Viver na cidade implicaria a mudança no modo de viver para a grande maioria desses migrantes que desde a década de 1950 intensificaram o movimento campo-cidade. Nesse caso, então, é necessário entender que cidade era essa que atraía tantas pessoas, que motivações

impulsionavam estes indivíduos a procurarem moradia em Teresina e quais teriam sido as implicações dessa experiência na vida desses sujeitos, assim como no cotidiano da cidade.

Num exercício que se volta a análise da constituição das cidades, Ana Fani A. Carlos contribui ao desenvolver que

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizada por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2018, p. 26)

Dessa maneira, propomos que a cidade de Teresina deve ser lida como um produto construído dentro de um processo histórico que centraliza a força do trabalho humano, no qual o trabalho é dividido socialmente. Isso acarreta em relações entre pessoas que ocupam lugares sociais distintos, cujos pensamentos ideológicos são diversos, as maneiras de consumir diferenciadas e, a partir desse entendimento da categoria, lemos a Teresina de 1950 como um lócus de pessoas plurais, cujas vidas se relacionavam em todas suas contradições.

Para entender como o crescimento e desenvolvimento das cidades, em destaque a cidade de Teresina, estava se concretizando, nos firmamos no argumento de Jerusa Pires Ferreira, que apresenta que “a cidade atinge o campo, impõe-se, em promessas falhadas e transmitidas boca a boca” (1999. p.47). E é certo que a chegada de inúmeros migrantes em Teresina provocaria uma intensa mudança na paisagem urbana da cidade. Novamente nos baseamos na contribuição da Geografia urbana para esclarecer o que entenderemos aqui como paisagem urbana.

A paisagem urbana aparece como um “instantâneo” registro de um momento determinado, datado no calendário. Enquanto manifestação formal, tende a revelar uma dimensão necessária da produção espacial: aquela do aparente, do imediatamente perceptível, representação, dimensão do real que cabe intuir. (CARLOS, 2018, p. 35)

Em outras palavras, podemos sugerir que a paisagem urbana de Teresina, anteriormente descrita em alguns momentos desta narrativa, é sempre um dado de caráter visual que apresenta e representa dois tipos de elementos fundamentais para a constituição de uma paisagem, primeiro, o “espaço construído, imobilizado nas construções” e, segundo, o “movimento da vida” (CARLOS, 2018, p. 40), que diz respeito às imagens de como as pessoas moram, estudam, trabalham e têm acesso ao conjunto de infraestruturas básicas necessárias à sobrevivência. Esse conceito é muito importante nesta pesquisa, porque nos permite também compreender que a paisagem urbana teresinense revela e guarda, dialeticamente, os elementos que foram e são produzidos ao longo da história pelos grupos sociais que a compõe e refaz cotidianamente.

Imaginamos então que o *movimento da vida* na cidade fosse parte das conversas dos homens e mulheres do campo piauiense e dos demais estados vizinhos que o Piauí faz fronteira. Visualizemos também que entre a promessa de ‘vida nova’ e a vida cotidiana concreta que se

estabelecia na capital naquele período havia um distanciamento, e que isto, provavelmente, seria evidenciado na paisagem urbana da cidade, onde o vai e vem de migrantes miseráveis recém chegados pelas praças recém-modernizadas do centro da cidade²⁶, constituem-se um exemplo claro de que a paisagem urbana de Teresina naquele contexto estava se transformando, cada vez mais, sob um viés segregador²⁷.

Francisco Alcides do Nascimento, em pesquisa desenvolvida a respeito dos discursos construídos pela imprensa na capital nesse momento, elucida que as matérias jornalísticas, ao mesmo tempo em que apareciam nos jornais aliados narrando os eventos relacionados ao centenário e as melhorias realizadas na capital para sediar tais comemorações, eram rebatidas em jornais apoiados e financiados por políticos e intelectuais opositores pela forte denúncia “a carência de serviços básicos na cidade, tais como água potável, energia elétrica, esgoto sanitário, ruas calçadas” (NASCIMENTO, 2010, p. 4), portanto, os jornais configuravam-se como um dos principais espaços de disputas político-ideológicas no Estado. Também são úteis a nós no que diz respeito a construção de imagens que representem a paisagem urbana de Teresina no recorte aqui analisado.

Ou seja, ao tempo em que os governos estadual e municipal, representados pelos mandatos respectivamente de Pedro Freitas²⁸ e João Mendes Olímpio de Melo²⁹, utilizavam-se dos jornais aliados para divulgarem os investimentos realizados para a comemoração de data tão importante para a história da capital, os políticos opositores apresentavam também, por meio dos jornais, as mazelas cotidianas e a falta de serviços básicos que assolavam Teresina, bem como faziam denúncias aos administradores que pareciam se preocupar apenas com os prazeres das comemorações.

A historiografia local aponta que foi somente nos dois seguintes mandatos estaduais guiados por representantes, respectivamente, da posição e oposição a Pedro Freitas, que foram

²⁶ Aqui fazemos uma clara referência às reformas realizadas nas principais praças da cidade durante a década de 1940 que são apontadas em: NASCIMENTO. Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015.

²⁷ Afinal, a “modernização (brasileira) implicou (em suas diversas fases) segregação socioespacial. Intervenção pública seletiva e discriminatória no espaço urbano, privilegiando os privilegiados” (RISÉRIO, 2013, p. 210) e é sobre isto que também trata este escrito.

²⁸ Nasceu em José de Freitas (PI) em 1891 e faleceu em Teresina no ano de 1990. Comerciante, Industrial e exportador de cera de carnaúba e outros produtos. Foi, em sua terra natal, vereador e presidente da câmara legislativa. No ano de 1937, resolveu fixar residência em Teresina para dirigir sua empresa. Em 1946, foi nomeado membro do Conselho Administrativo do Estado. Presidiu também a Associação Comercial do Estado, o Clube dos Diários e o Rotary Clube. Seu cargo político mais importante foi o de Governador do Piauí entre os anos de 1951 e 1955. (GONÇALVES, 2003, p. 191)

²⁹ Nasceu em Tauracá (AC) em 1917 e faleceu em Teresina no ano de 1979. Engenheiro Agrônomo e político. Prefeito de Teresina (1951-1955), também Secretário de Educação e Saúde do Estado, Deputado federal (1963-1967) e primeiro suplente de senador (1955-1959) (GONÇALVES, 2003, p. 252).

realizados melhoramentos na máquina estatal e desenvolvidos projetos mais alinhados com a conjuntura nacional desenvolvimentista e que fossem capazes de atender às necessidades da população. Foram os mandatos de Jacob Manuel Gayoso e Almendra³⁰ (1955-1959) e Francisco das Chagas Rodrigues³¹ (1959-1962). A historiadora Iara Conceição Guerra de Miranda Moura, ressalta algumas dessas medidas.

No Piauí, durante a administração de Jacob Manuel Gayoso e Almendra (1955-1959) também foram efetivadas várias medidas de caráter econômico, como a criação da Comissão de Desenvolvimento do Estado (CODESE), em 1956, e das empresas de economia mista: o Instituto de Águas e Energia Elétrica (IAEE), em 1955, Departamento de Estradas e Rodagem (DER-PI), em 1955, o Frigorífico do Piauí S/A (FRIPISA) em 1957, e o Banco do Estado do Piauí S/A (BEP) em 1958. Além disso, houve a inauguração em 1957 da ponte sobre o rio Poti, em Teresina, que contou com a presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek.(...) No final da década de 1950, na administração do governo Francisco das Chagas Caldas Rodrigues (1959-1962), as ações visando ao desenvolvimento do Estado foram ampliadas com a instalação de quatro empresas de economia mista: Centrais Elétricas do Piauí S/A (CEPISA) em 1959; Agroindústrias do Piauí S/A (AGRINPISA) em 1959; Telefones do Piauí S/A (TELEPISA), em 1960; e Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), em 1962. (MOURA, 2015, p.3)

Não é objetivo deste escrito ressaltar as disputas políticas partidárias existentes no estado e município à época. O que nos convém ao abordarmos tal assunto, para além da apresentação da conjuntura política estadual consolidada na década desse estudo, reside no fato de que havia certa proximidade entre esses homens do poder e os jovens proprietários da Sociedade Construtora do Poti; ao ponto de que o espaço privado recém fundado do Balneário Socopo tenha sido escolhido para sediar uma das festas comemorativas do centenário, basta relembrar a fotografia analisada anteriormente nesse texto. Bem como, demonstrar que ao passo que a elite piauiense buscava se enquadrar ao mercado nacional, empreendendo numa possível expansão imobiliária da elite local, a paisagem urbana de Teresina também seria transformada graças a produção de espaço disposta pelas camadas mais pobres da sociedade, que, naquele período, estavam crescendo em número na capital devido ao processo migratório.

³⁰ Nasceu em Teresina em 03.10.1899 e faleceu na capital em 10.05.1976. Militar, político e historiador. Sua carreira militar iniciou-se no curso secundário do Colégio Pedro II (RJ), em 1914. Foi aspirante a oficial pela escola militar do Realengo (RJ), em 1921. Como militar, comandou, em 1932, tropas piauienses que participaram no vale do rio Paraíba da repressão ao movimento constitucionalista deflagrado em São Paulo naquele mesmo ano. Em 1926, participou do combate às forças rebeldes da Coluna Prestes. No Piauí, exerceu importantes funções militares: chefe de polícia (1924) e comandante da Polícia Militar do Piauí entre os anos de 1932 e 1934. Como político também ocupou diversos cargos: deputado estadual, secretário de Estado da Fazenda, secretário-geral, Governador do Estado (1955-1959) e deputado federal (1963-1967). (GONÇALVES, 2003, p. 31)

³¹ Nasceu em Parnaíba (PI) em 08 de novembro de 1922 e faleceu em 7 de fevereiro de 2009. Formou-se em Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Atuou como professor de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração do Centro Universitário de Brasília. Na política foi Governador do Piauí (1959-1962) e Deputado Federal, quando teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos a partir do ano de 1969, com base no Ato Institucional nº 5. Foi também Senador da República para um mandato de 1987 a 1995. (GONÇALVES, 2003, p. 345)

Ao tempo em que todas as fontes até aqui analisadas foram produzidas (matérias, anúncios jornalísticos e fotografias), vivia-se no Brasil os chamados “Anos Dourados”, uma expressão cunhada sobre a década de 1950 no Brasil que registra como esse período se valeu de transformações políticas e econômicas e como estas estiveram basicamente restritas à elite brasileira. Essas mesmas fontes nos permitem averiguar que no Estado do Piauí, a sua elite também buscava ‘desfrutar’ e se ‘adequar’ aos novos moldes modernos que atingiam nossa nação (SANTOS, 2017). A iniciativa de criar uma empresa responsável pela abertura do primeiro empreendimento de venda de lotes de terra, denominado Socopo- Cidade Jardim, alude à ousadia e primazia dos empresários piauienses em inserir-se nos novos padrões comerciais da época que refletiam diretamente no consumo dos imóveis (LOHN, 2007), bem como demonstrava o interesse desses mesmos empresários em especular as terras que direcionavam para o lado leste do núcleo central de Teresina. Isso é explicitado, sobretudo, com a instalação do Balneário Socopo, espaço de lazer construído para atender a busca por novas diversões que atendessem aos anseios de consumo da elite que residia em Teresina, portanto, um atrativo de acesso ao Socopo.

2.3 Uma ousada aposta empreendedora

A Revista *A Noite Ilustrada* de 12 de fevereiro de 1952 apresentou numa matéria de duas páginas (vale ressaltar a extensão do texto) um texto informativo sobre a Sociedade Construtora do Poti, uma planta cartográfica que representava a divisão do espaço posto à venda pela sociedade e também alguns registros fotográficos que nos permitiram obter um panorama desse empreendimento³².

Nas fotografias, é possível observarmos a beleza da mata inexplorada do local onde o empreendimento foi sediado e muitas pessoas aproveitando a piscina instalada no balneário, que como informa a legenda de umas das fotos “faz (ia) a delícia da população de Teresina” (*A Noite Ilustrada*, 1952, p.33) que tinha acesso aquele espaço de lazer.

Em oposição à cena descrita, a cidade de Teresina, por aquele ano, como relatado, enchia-se de migrantes pobres, que vinham para Teresina com o imaginário e, muito mais, o desejo de que a capital lhes oferecesse meios para mudarem a situação em que viviam. Tratava-se, então, de uma cidade do desejo, do desejo latente de mudança, na qual toda sua sociedade

³²Ver

se via subjugada “às necessidades de reprodução do capital, onde o homem se vê capturado pelas necessidades de consumo e lazer” (CARLOS, 2018, p.12).

Consideramos que os episódios aqui narrados ressaltam como Teresina estava ampliando um processo de consolidação da sua urbanização, pois foi a partir da década seguinte ao recorte analisado neste capítulo a porcentagem da população urbana da capital tornou-se muito maior que a porcentagem rural, assim como o quantitativo de habitantes ultrapassaria o número de 100 mil.

Como o processo de urbanização também pode ser entendido como a transformação de regiões rurais em regiões urbanas, podemos acenar para o fato de que o lançamento do empreendimento SOCOPO- Cidade Jardim pode ser lido como um reflexo da tentativa de expandir os serviços urbanos para áreas afastadas do núcleo central de Teresina, demonstrando que a iniciativa privada foi pioneira e agente no processo de expansão da cidade.

A bibliografia estudada atesta que é comum entre as cidades brasileiras que se viam em processo de urbanização ocorrer algo parecido com o que estava acontecendo em Teresina, pois a partir do momento que as antigas cidades foram se inserindo à dinâmica capitalista, isso levou a um deslocamento de atividades e dos habitantes e a incorporação de novas áreas que foram cada vez mais valorizadas no mercado imobiliário.

No caso das grandes cidades, por exemplo, ocorre geralmente a deterioração do centro e/ou das áreas centrais que passam a ser ocupadas por casas de diversão noturnas, pensões, hotéis de segunda classe, zonas de prostituição. Isso faz com que os chamados “bairros ricos”, localizados perto das áreas centrais, sofram uma mudança de clientela; os antigos moradores “fogem” para áreas privilegiadas mais afastadas, surgindo os bairros-jardins, as chácaras, os condomínios “fechados”. É a moradia como sinônimo de *status* (CARLOS, 2018, p. 35).

O empreendimento Socopo- Cidade Jardim fora pensado, como nos demonstra os anúncios e artigos jornalísticos aqui analisados, seguindo a mesma lógica urbana das grandes cidades brasileiras, como bem ressaltou Ana Fani A. Carlos. A mais remota das publicações que tivemos acesso refere-se, exatamente, à apropriação de zonas mais afastadas do centro da cidade como sendo o principal benefício oferecido no negócio. Um dos cronistas do jornal O Dia assim se referiu ao empreendimento:

Teresina, que é uma cidade onde a vida já se apresenta trepidante, não tinha até pouco tempo, lugares de refúgio para obreiros das riquezas públicas ou privadas. Algum ou outro rico possui a sua granja, a sua casa de campo para o descanso semanal, fora dos barulhos da cidade, embora que em estado empírico, sem o conforto completo para gozar “remansosa paz”. [...] Queremos ressaltar aqui o notável empreendimento que vêm de tomar alguns homens ricos do nosso meio social e comercial, os quais em sociedade adquiriram a gleba “Centro”, no vale do Poty, para estabelecer ali verdadeira zona balneária. O poço artesiano que tem, com mais de 600 metros, jorrado água salubre e medicinal; as matas que circundam o local; boas casas já existentes e uma magnífica rodovia que nos leva de Teresina para lá, tudo isto leva a crer a transformação que teremos de uma vida insípida e cruenta de cidade tropical como a

nossa, para termos dias, semanas e meses do mais puro ar atmosférico e erguesse uma verdadeira e suave vida rural, para as épocas quentes de nossa Capital (O Dia, 1951, s/p).

Essa publicação concentra-se no argumento de que a cidade de Teresina já sofria com problemas relacionados a sua urbanidade. Ressalta também que a aderência ao negócio de jovens homens ricos que faziam parte da sociedade mais abastada da cidade iria proporcionar uma espécie de “fuga” do espaço urbano da capital, entretanto isso se daria com todo um aparato de serviços que garantiriam um conforto capaz de avalizar que nos terrenos do local, bem como na zona balneária, se estabeleceria uma “verdadeira e suave vida rural”, numa clara demonstração de apropriação da ideia que indica que muitas famílias ricas no Brasil, em busca de tranquilidade, se afastariam do núcleo urbano para áreas mais isoladas e lá estabeleceriam residência.

De fato, se estabelecera em torno do Balneário Socopo Cidade Jardim uma nova localidade do município. O Almanaque do Cariri, que fora publicado em 1952 em homenagem ao centenário de Teresina, e que se trata de uma das publicações daquele ano que melhor apresenta um panorama do que os teresinenses vivenciaram naquele contexto, tem mais de cinco páginas dedicadas a explicar com detalhes o que era esse espaço.

Nestas últimas páginas de nossa Revista, dedicadas à inteligência e à cultura piauiense, não podíamos esquecer a “Cidade Jardim”, organização recreativa das mais perfeitas que conhecemos e que vivendo ainda os albores de sua existência, já atingiu o clímax das grandes criações. No momento é o lugar de maior afluência da elite teresinense, onde esta se apraz em passeios diários, divertindo-se com jogos esportivos e gosando o deleite dos banhos de sol e piscina. A sua temperatura climática em verdadeiro contraste com a da Capital, atrai e prende um elevado número de *habituês* que, por sua vez, enchem de alegria, aquele aprazível recanto da mais nova Metrópole do norte do País. (ALMANAQUE DO CARIRI, 1952, p.983)

É preciso compreender os exageros da publicação, Teresina sequer era uma metrópole. Porém, contar com um clube recreativo era uma façanha para a centenária capital. Ao longo da reportagem, além de destacar que o espaço era destinado a diversão da elite local, a revista ainda apresenta os visitantes de renome nacional que frequentaram a piscina nos dias que vieram para comemoração do centenário da cidade. Para destacar ainda mais o “grande feito” foram acrescentadas ao texto fotografias como as seguintes:

Fotografia 5 - Teresinenses refrescando-se em piscina do Balneário Socopo.



Fonte: ALMANAQUE DO CARIRI, 1952, p.981

Fotografia 6 - Vista Panorâmica do salão de festas do Balneário Socopo.



Fonte: ALMANAQUE DO CARIRI, p.982

As imagens que ganharam destaque depois de publicadas, cada uma, em uma página única, exibem os espaços do balneário com grande apreço. As legendas atribuídas às fotografias confirmam essa ideia, principalmente, quando o uso de adjetivos como “maravilhosa”, “agradável”, “grande” e “lindo” são postos nas frases sem nenhuma economia.

Na mesma publicação, foi possível localizar também uma citação transcrita do Jornal “O Imparcial” que informava sobre as condições dos serviços prestados e os valores dos lotes de terrenos que a empresa oferecia.

A “Cidade Jardim”, que fica a dez quilômetros de Teresina, é servida por excelente rodagem construída pelo Governo Federal, havendo serviço de ônibus para transporte dos que desejam para lá se dirigir. Possui também a SoCoPo iluminação dia e noite fornecida pela própria usina de Teresina, havendo também serviço telefônico, de maneira que de lá se pode obter ligação com qualquer telefone da capital. Os lotes de

terrenos vendidos na SoCoPo em condições favorabilíssimas, pois a pessoas interessada em possuí-los paga mensalmente a quantia de Cr\$ 296,00³³ durante alguns anos, além das taxas iniciais de aquisição, entrando, imediatamente em posse e gozo das terras” (ALMANAQUE DO CARIRI, 1952, p.989).

Essa transcrição nos indica muitas informações. Primeiro, o caráter propagandista do Almanaque do Cariri com relação à SoCoPo. Segundo, os vários serviços que eram anunciados para elevar o padrão moderno da localidade, que seriam mais a frente passíveis de questionamento por meio das fontes orais que foram levantadas. Por último, o valor investido por aqueles que fossem adquirir lotes no local. Assim, se o Decreto Lei nº 30.342, de 1951, estabelecia que o salário mínimo no país era de Cr\$ 1.200,00, a mensalidade do terreno equivalia a 24,6 % do salário naquela época, uma quantia que pode ser considerada até razoável para a os padrões da elite, mas o mesmo já não pode ser dito com relação aos pobres trabalhadores, sem escolaridade e que viviam muitas vezes graças ao trabalho informal, representados pelos empregos temporários.

Não nos foi possível fazer o levantamento da aderência a esse negócio. No entanto, somos capazes de fazer algumas inferências sobre ele, tais como: é provável que devido a distância do empreendimento da área urbana de Teresina, muitos dos possíveis compradores não tenham se interessado em “aventurar-se” com uma compra de lotes num local de difícil acesso. Também é possível que a elite tenha, naquele contexto, feito a leitura de que o espaço deveria mesmo manter-se pouco inalterado, para que continuasse a ter o aspecto bucólico e exótico, o que o tornava mais atraente como um novo espaço de lazer de Teresina. E por último, como partimos da observação do presente, também podemos afirmar que o surgimento de outros clubes recreativos na cidade, bem como de outros empreendimentos imobiliários, foram decisivos para que essa empreitada ousada de dois jovens teresinenses tenha entrado para história como algo passageiro, que nas décadas de 1970 e 1980 já teriam ficado apenas como um rastro na memória dos teresinenses, tendo em vista que nessas décadas, o clube já não existiria mais.

Por exemplo, no presente em que nos inserimos, o espaço que foi adquirido pelos jovens empresários compreende a dois bairros de características periféricas do município teresinense que só se formaram como tal após os anos 1980. Entretanto, uma particularidade aponta ao impacto desse empreendimento e da força econômica dos seus proprietários: o nome dos bairros carrega a antiga intencionalidade do negócio, sendo Socopo um bairro que margeia ao outro chamado de Cidade Jardim.

³³ De acordo com atualizações do Fundo Monetário Internacional do mês de janeiro de 2020, as conversões atuais indicam que esse valor representaria atualmente R\$ 10,76.

Na década de 1950, os jovens proprietários da Sociedade Construtora tiveram a ousadia de acreditar e de vender suas ideias a respeito do futuro que aquelas áreas rurais teriam. Tratou-se de uma aposta visionária para o momento. A venda regularizada de lotes e a abertura de um clube aquático no local era uma ação pioneira que está contida na história da cidade.

Os impactos que essa iniciativa privada trouxe para milhares de vidas são um dos temas mais relevantes neste estudo. Não nos interessa pensar a sociedade por ela mesma, mas as consequências provocadas no seu espaço de atuação para inúmeras pessoas. Sobretudo também, porque o presente e o passado recente do bairro Socopo estão diretamente relacionados a essa ação que se iniciou nos anos de 1950. Dado que, ainda nos dias atuais é possível detectar influência do empresário João de Deus na dinâmica econômica do bairro, a partir de outras iniciativas imobiliárias levadas adiante por ele.

Fotografia 7 - Condomínio Verana.



Fonte: FERREIRA, 2020.

Fotografia 8 - Condomínio de casas de luxo Aldebaran Ville.



Fonte: FERREIRA, 2020.

É fato que a localidade do bairro Socopo atualmente é composta por uma população mista no critério econômico³⁴, e que este bairro é constituído também pelo contraste entre moradias de alto padrão e casas de barro. Essas diferenças sociais tão elucidadas na arquitetura social e dos prédios desses bairros são melhor compreendidas a partir do momento em que conhecemos a sua história.

É por isso que neste momento da narrativa entra em cena uma personagem histórica que nos permitirá ir em busca de pormenores que os jornais e as permanências no espaço do bairro não nos permitiram conhecer até então. Trata-se da Senhora Cândida da Silva³⁵, que aqui representará uma trajetória de vida comum a muitas mulheres pobres que viveram durante meados do século XX em Teresina. Nascida em 1936, numa fazenda localizada no município de José de Freitas, a entrevistada nos informou que com 15 anos de idade veio morar em Teresina com os pais. Todavia, enquanto seus pais foram viver na região do Ininga³⁶, ela foi morar no Centro da cidade numa casa pertencente a uma família da elite local, para trabalhar como empregada doméstica.³⁷ Menos de uma década depois, ela relata que com a consagração de seu matrimônio, deixou a casa onde morava no Centro e foi viver com seu marido na região onde já estavam instalados os seus pais. Suas lembranças colaboram para entendermos como era possível chegar a esta área da cidade do outro lado do rio Poti antes da construção da primeira ponte concretada soerguida neste rio, bem como infere sobre o cotidiano de trabalho da sua família no local:

Essa travessia “atravessava” a gente num botezão, com uma vara assim, até o outro lado. Ai fizeram um bote grande que era para atravessar carro, atravessar animal, porque primeiro era só um botezinho, aquela canoa grande, aí fizeram, que era até

³⁴De acordo com o Perfil do Bairro, levantado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEPLAM), no ano de 2010, o bairro apresentava um valor do rendimento nominal mediano mensal de R\$ 1.020,00, o que estava abaixo da média da zona Urbana do município que era de R\$ 1.200,00, o que então colocava o bairro na posição 85ª no ranking dos bairros (TERESINA, 2010.p.5).

³⁵ Cândida da Silva nasceu no município de José de Freitas em 13 de abril de 1936. Trabalhou em diversas profissões como: empregada doméstica, vendedora no Mercado Velho e na produção industrial. Atualmente é aposentada, viúva e reside no Bairro Socopo. Concedeu-nos entrevista do tipo história de vida no dia 22 de maio de 2019.

³⁶ Na época, a Ininga era uma fazenda localizada no perímetro rural da cidade. O proprietário dessas terras era Noé Fortes, sujeito que anos depois, venderia alguns dos seus lotes de terra para a instalação da Universidade Federal do Piauí. Para conhecer melhor a história dessa localidade sugerimos a leitura do trabalho de dissertação de Cristina Cunha de Araújo, denominado Trilhas e estradas: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980) e também a obra O crescimento da zona leste de Teresina - um caso de segregação? Dissertação de Mestrado. Instituto de Geociências da UFRJ. Rio de Janeiro, 1983, produzida pela geógrafa Irlane G. de Abreu.

³⁷ Em Teresina, bem como em outras cidades do país, esta era uma atividade comum realizada por jovens mulheres oriundas das áreas rurais que migravam para a cidade em busca de mudança de vida, mas estas, ao chegarem à cidade, não encontravam condições de trabalho que, por exemplo, as colocasse mesmo na categoria de empregadas domésticas, profissão que só será reconhecida muitos anos depois, mas a partir da experiência concreta que vivenciou nossa personagem, podemos concluir que essas moças eram recebidas nas casas e nem sequer recebiam salários, ou estes eram muitos baixos, já que as famílias alegavam que um teto para morar e comida para comer já seria um bom pagamento para os serviços realizados por essas jovens.

desse dono da Ininga, ele é que comandava lá, Noé Fortes, o meu marido trabalhou muito para ele, fazendo forno para assar tijolo, para assar telha, de tudo ele fazia. (...). Lá tinha olaria de tijolo, eu trabalhei muito carregando tijolo na cabeça (SILVA, 2019).

As declarações de Dona Cândida da Silva remetem a uma fase histórica de ampliação do espaço urbano teresinense. Ela viveu no centro da cidade no início da década de 1950 e, em seguida, foi morar como sitiante em terras da fazenda Ininga. Depois disso, transferiu-se para o povoado Socopo. Esse relato é, sem dúvidas, um exemplo real que, bem analisado, nos capacita a simular uma possível explicação para o crescimento urbano de Teresina. Esse crescimento espacial e urbano ocorreu também, dentre os diversos fatores já mencionados aqui, pelo crescimento e incentivo a novas atividades econômicas na macrorregião de Teresina e seus arredores. Uma das atividades de destaque desse período foi exatamente a “fabricação de telhas e tijolos englobados nos ramos de minerais não-metálicos” (FAÇANHA, 2004, p.183-184), a qual relembrou Dona Cândida ter trabalhado numa destas indústrias e que Façanha destacou como uma atividade que movimentou a economia local no período.

Dona Cândida vivenciou os espaços urbanos do centro da cidade e também os espaços rurais do município teresinense durante os anos 1950. Em sua história de vida, nos permite refletir sobre a estrutura dos espaços rural e urbano da cidade de Teresina durante o período em análise. Afinal, ela nos explicou também que, após alguns anos morando na região da fazenda Ininga, foi obrigada a se mudar com a família para as terras do empreendimento Socopo, pois o dono da fazenda onde moravam a vendera para a transformação do local em lotes que abrigariam futuramente casas da zona leste da cidade. Desse modo então, é possível destacarmos que as configurações históricas de formação do povoado Socopo (área rural de Teresina) estiveram associadas com o crescimento do espaço urbano da cidade e do movimento imobiliário que se expandia em Teresina.

Assim, o empreendimento Socopo representa um elemento que colaborou para a especulação de terras no sentido leste do município de Teresina. Ele abriu os caminhos para essa área da cidade ainda nos anos 1950, nas duas décadas seguintes os espaços que figuravam entre a margem direita do Rio Poti e as terras da “Cidade Jardim”, no processo contínuo de especulação, foram então se constituindo como áreas nobres e muito valorizadas na cidade.

Os documentos analisados até este momento evidenciam que o espaço denominado SOCOPO, fora inicialmente um investimento privado, de uma empresa de mesmo nome e que,

portanto, aquelas eram terras que tinham um proprietário³⁸, senhor de terras, que começou a especulá-las.

Foi possível também averiguar que o proprietário não poupou esforços para que as páginas de jornais da cidade anunciassem os vários benefícios próprios da vida rural que pudessem servir para convencer os teresinenses a comprarem lotes na região. O intuito dos proprietários da Sociedade Construtora do Poti (SOCOPO) era empreender numa região afastada da cidade, mais especificamente na gleba denominada Centro, de maneira que o uso daquele espaço rural fosse ressignificado. Ao olharmos para esse empreendimento proposto em meados do século passado, é válido ressaltarmos o quão arrojado e inovador ele se configurava, tendo em vista que não era apenas uma venda de lote de terras, mas junto a esses existiria um verdadeiro complexo de benfeitorias que viriam juntos.

Todavia, dez anos³⁹ após o lançamento desse projeto e a venda desses terrenos que seriam destinados ao conforto e lazer de famílias abastadas, a região passou a receber e a abrigar também sujeitos desprovidos economicamente, a maioria deles eram oriundos de municípios próximos da capital e trabalhadores do campo. A vinda e a permanência dessas pessoas podem estar relacionadas a diversos fatores, como a oferta de empregos nos sítios que havia na região, a compra de lotes de terras com preços mais baratos que aquele que estivessem próximo da área urbana de Teresina, ou mesmo porque na região poderiam continuar realizando a produção de uma agricultura familiar. Detectamos também que para algumas famílias o êxodo estava relacionado com a presença de uma escola jesuíta instalada no local desde o ano de 1963, denominada Santo Afonso Rodriguez, assim como a existência da “zona balneária” que no final dos anos 1960 já ganharia novos ares⁴⁰.

As memórias de alguns desses sujeitos que foram viver nas terras do Socopo em meados da década de 1960 demonstram que ao mesmo tempo em que os loteamentos do empreendimento foram destinados a elite financeira ainda na década de 1950, os mesmos empresários, necessitados de mão de obra para a realização dos trabalhos pesados nas suas terras improdutivas, receberam algumas famílias carentes para morar em lotes de terra de sua propriedade e passaram a vender lotes de terras também para esses migrantes.

³⁸ A Sociedade fora montada inicialmente entre João de Deus Fonseca Filho e Elói do Egito Coelho, entretanto, esta fora desmontada. Ficando mesmo o primeiro citado, como o detentor das posses do local em análise. Isso será explicado com mais detalhes no decorrer do texto.

³⁹ Assumimos toda e qualquer responsabilidade pela cronologia exposta neste trabalho e precisamos explicar que chegamos à conclusão de que foi por cerca de 10 anos após o lançamento do empreendimento que esses moradores vieram residir no local devido as entrevistas orais coletadas com alguns desses sujeitos.

⁴⁰ Mesmo que o balneário Socopo tenha se extinguido, a localidade continuou sendo uma área de lazer, porque fora construído no local um novo clube, denominado Tabajaras, tendo este último encerrado sua atuação na região no ano de 2009.

Quando foi para o Dr. João comprar a Socopo, ele estava noivo, para casar, mas Dr. João adiou o casamento para comprar a Socopo do Dr. Juvêncio, mas não tinha o dinheiro todo e tomou uma parte emprestada do tio, Raimundo Fonseca. Ai ele foi embora e deixou na mão do irmão dele e da mãe. Aí foi que, exatamente, esses terrenos do Soinho, esse Bom Sossego e a Cidade Jardim também foi ele que vendou, naquele tempo era bem baratinho, e foi assim essas vendas de terreno (LIMA, 2016).

O senhor José Ferreira Lima⁴¹, narra com tom de proximidade, os acontecimentos que explicariam a forma como o empresário João de Deus Fonseca, e sua família, mobilizavam a venda de terrenos na localidade Socopo, de acordo com ele, vários terrenos em povoados vizinhos ao Socopo foram loteados e vendidos a preços módicos pelo empresário e sua família. De modo que, essa ação nos faz inferir, que as ações comerciais deste proprietário de terras interviam não somente no próprio Socopo, tema central neste estudo, mas também nas localidades aos arredores do Socopo.

Partindo desse relato oral que nos apresenta uma privilegiada informação, informamos a importância que metodologia da história oral assume nesta pesquisa, porque aqui narrativa dos acontecimentos tomará forma a partir das lembranças de alguns dos sujeitos que participaram diretamente do ocorrido. Isso, devido ao uso da metodologia da história oral, que nos proporcionará o contato com as memórias dessas pessoas. Tal como nos propõe Verena Alberti, fazemos uso desse tipo de documento forjado, porque

acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e a história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (ALBERTI, 2004. p.16).

É essa a “postura com relação à história” que assumimos nesse momento, a que privilegia a seleção e organização da fala de sujeitos que tiveram uma experiência no passado. Consideramo-lhes enquanto os principais indivíduos capazes de reelaborar representações sobre o passado que nos propormos a investigar nessa pesquisa, ou seja, esses sujeitos, durante as entrevistas, puderam reativar experiências vividas conforme as memórias que vieram à tona.

Desta forma, entre as versões narradas pelos mais antigos moradores do bairro Socopo, iremos analisar, por meio da memória, as experiências vividas por estes sujeitos quando da sua chegada ao local. Perceberemos também a existência de encontros e desencontros de memórias, próprio do ato de quem é entrevistado, afinal, nesse momento há uma seleção e organização da

⁴¹Nascido no município de Valência, nos informou que com apenas cinco anos de idade veio, junto a sua família morar em Teresina, após muitas outras experiências migração que realizou na fase adulta, chegou ao povoado Socopo, por volta dos anos 1960, de onde nunca mais foi embora. Atualmente é aposentado e vive em casa própria localizada na Vila Nova Socopo.

fala, de acordo com o que se determina como completo de sentido e importância para quem pergunta e, sobretudo, para quem responde.

Tomadas como fontes, as entrevistas coletadas são outras pistas que nos ajudam a conhecer o passado do bairro, as experiências de cada um destes sujeitos, que falam de lugares sociais diferentes, nos possibilitam conhecer algumas versões sobre uma dada realidade do passado, o que significa dizer que serão várias as construções de discurso sobre este passado e que coube a nós interpretá-las a contento, em busca de respostas para os problemas lançados nesta pesquisa.

Feita uma pesquisa de campo e verificados com os atuais moradores da região quais eram os moradores mais antigos ali, iniciamos as coletas das entrevistas. O tipo de entrevista utilizado foi o depoimento de história de vida, de acordo com Lucília Delgado este:

Constitui-se por depoimentos aprofundados e, normalmente, mais prolongados, orientados por roteiros abertos, semiestruturados ou estruturados, que objetivam reconstruir, através do diálogo do entrevistador com o entrevistado, a trajetória de vida de determinado sujeito (anônimo ou público), desde a sua mais tenra infância até os dias presentes (DELGADO, 2010, p.21).

Com esta metodologia, “consideradas as dificuldades de se recolher, registrar, transcrever e socializar” (DELGADO, 2010, p.20) os depoimentos, nos permite registrar a narrativa e os sentimentos desses homens e mulheres comuns, que provavelmente não teriam suas histórias contadas por meio de outra forma senão esta, tornando-os, desta forma, “sujeitos integrantes do movimento da História” (DELGADO, 2010, p.20). Nesta coleta de pistas orais o entrevistado se deslocou no mais íntimo do seu passado e a partir disso pode fornecer, por meio das suas lembranças, possíveis respostas para as nossas indagações a respeito do passado do bairro em que vive, no caso, é “quando a narrativa vai além do caso particular e nos fornece uma chave para a compreensão da realidade” (ALBERTI, 2004, p.79).

Um dos sujeitos que primeiro foi morar no Socopo foi a moradora Raimunda Gomes de Sousa, atualmente viúva e comerciante. Uma senhora de fácil comunicação, bastante conhecida no bairro, afirma-nos que passou a residir na região por intermédio do seu pai, que na época recebeu um convite de um irmão do proprietário da Sociedade Construtora do Poti para trabalhar naquelas terras.

O meu pai morava no Baixão dos Palmitos (zona rural do município de Altos) aí meu pai veio embora aqui para Socopo.[...] o ‘véio’ João de Deus, você não conhece não, ‘cê sabe que a Catarina conhece, o Doutor João você conhece? Já ouviu falar num já? Doutor João de Deus Fonseca, eles moravam lá, aí o Doutor João de Deus veio embora aqui para essa Socopo, aí veio o João de Deus, seu Alberto, irmão do João de Deus Fonseca, vieram tudo embora também para cá, pra essa Socopo. E eles eram muito amigo do meu pai, que meu pai ensinava cavalo a marchar. “Cê não entende não, mas cavalo, ensinar a cavalo marchar, e o papai, eles tinham um cavalo grande e o papai e o papai

é quem ensinavam os cavalos deles, aí quando eles vieram embora, quando ‘tavam’ aqui com uns tempo, aí o ‘véio’ Alberto mandou buscar o papai lá no Baixão dos Palmitos. Eu fiquei né, aí o papai veio embora morar bem aqui ó (apontando), ‘cê’ sabe dali, num tem um pé de manga dali, você já foi ali? Num tem a saída ali daquela rua? A última, a Nossa Senhora de Fátima? Do campo pra ali você já viu uns pé de manga? Pois ali era onde meu pai morava (SOUSA, 2015).

A casa que Dona Raimunda faz menção não existe mais. Na época foi construída com barro e palha e não resistiu às imposições do tempo. A pedido de Alberto Fonseca, irmão de João de Deus Fonseca, o pai de Dona Raimunda não custou muito para ir pegá-la no povoado em que vivia e trazê-la para residir junto a ele. Segundo sua fala, pai e filha eram bastante apegados e as terras da Socopo foram um atrativo a parte para a sua vinda. Essa prática é comum na experiência migratória. Muitas são as pessoas que se afastando dos seus familiares durante esse processo, retornam para buscá-los, demonstrando que a sobrevivência está profundamente atrelada a afetividade. Esse também não foi o único motivo para a vinda da sua família. Casada e já com filhos, ela tinha esperança de organizar melhor sua vida, já que onde morava não tinha um terreno próprio para morar e seu marido enfrentava algumas dificuldades para sustentar a família.

Segundo Dona Raimunda, assim que ela chegou ao local, havia apenas mais três famílias que moravam próximo a sua residência, “As pessoas que tinham: ‘cumadi’ Hilda do Monteiro, a ‘cumadi’ Jovi, a Helena do Chico Miguel morava bem aqui ó, bem aqui” (SOUSA, 2015). Esses moradores viviam como lavradores nas terras do Doutor João de Deus e assim como ela já residiam nas terras do empresário, a qual era a única forma que tinham de se sustentar.

Um espaço vivenciado no Socopo durante esses anos e que também marcou a memória de alguns desses primeiros moradores foi o Barracão, localizado próximo a residência do proprietário da SOCOPO. Atualmente, com as redefinições espaciais urbanas da cidade, a área pertence ao bairro Tabajaras. Naquela época, aquele era o único local comercial que existia na região. Para compreendermos melhor a importância desse lugar para os moradores nesse contexto, nos balizamos novamente pelas memórias de outro antigo morador do bairro, o senhor José Ferreira Lima, sujeito simples, nascido no município de Valência. Este, após outras experiências de migração, tendo morado em Teresina na região em que hoje está localizado o bairro Santa Maria da Codipi, depois em dois municípios do interior do Maranhão e retornado à Teresina para morar no Poti Velho, não arrumou nesses lugares nenhuma profissão que soubesse atuar e que o fixasse e encontrou no Socopo, no ano de 1965, uma oportunidade de emprego, prestando serviços nesse barracão:

Acontece que eu não tinha profissão, a profissão que eu tinha era trabalhar de vazante, de vaqueiro, essas coisas, e no Poti eu não encontrei essas coisas, aí eu vim, eu tinha um cunhado que tava morando aqui na Socopo. José, José Fortino. [...] num tem ali na entrada do Aldebaran? Não sei se você conheceu uma casa velha que tinha ali, tinha bem na rua assim, bem na beira da estrada, ficava uma casa velha lá viu, era o meu cunhado, tinha um comércio lá viu. Teve um irmão do Doutor João que convidou ele para botarem um comércio, o comércio dos dois viu. Aí ele me convidou para vir para cá, aí foi que eu vim aqui pra Socopo (LIMA, 2016).

O senhor José Ferreira chega ao Socopo também na condição de migrante. Sem ter como sustentar a família e uma terra própria para morar foi ajudar o seu cunhado, o senhor José Fortino, nas vendas do comércio Barracão, que era uma propriedade de um dos irmãos do Doutor João Fonseca, proprietário das terras do Socopo. Com este trabalho, o senhor José conseguiu se fixar e manteve-se na região. Mesmo depois de comprovada a falência do comércio, no início da década de 1970, ele afirma que continuou trabalhando na região, só que agora contratado pelo próprio senhor João de Deus Fonseca, ocupando a função vaqueiro numa vacaria que existiu na localidade durante os anos 1970. O local era próximo ao barracão, onde ele e mais dois trabalhadores executavam os serviços de alimentar o gado e recolher leite das vacas.

Consideramos que essas memórias sobre a ocupação e uso das terras denominadas Socopo em meados da década de 1960, exemplificam, em grande parte, como os grandes proprietários de terra no Brasil ainda dominavam as relações sociais e econômicas estabelecidas em suas propriedades, tal como ocorreu nas décadas de 1950 e 1960 e 1970 em Teresina. O que colabora as teses já há muito levantadas no Brasil de que grande parte das cidades no Brasil cresceu sobre a égide da desigualdade social e do favorecimento de alguns em detrimento da dependência econômica e política de outros.

Essas circunstâncias de formação do bairro Socopo⁴² nos possibilitam discutir a relação campo-cidade, imprescindível para o entendimento sobre a dinâmica social do bairro em seus primeiros anos. Neste estudo foi possível compreender que ao falarmos da formação do povoado Socopo em Teresina é possível exemplificar como os grandes proprietários de terra no Brasil - nesse contexto, representados pelos empresários da construtora Socopo, em meados do século XX, ainda se constituíam como os detentores de poder e do controle econômico. Como também, dominavam as relações sociais e econômicas estabelecidas em torno das suas

⁴²Toda região que fazemos menção neste momento como Socopo, não representa necessariamente os limites que o bairro possui atualmente, e sim dizem respeito a um trecho das terras de propriedade da empresa SOCOPO, que nos interessa e foi possível reconhecer. Sendo que a inclusão dessa área a parte de expansão urbana da cidade só foi feita no ano de 1988, com a execução do II Plano Estadual de Teresina- PET, que acrescentou algumas regiões consideradas até então do perímetro rural ao perímetro urbano do município e que abordaremos melhor no terceiro capítulo desse esforço de escrita.

propriedades e com isso se constituíram como agentes que ajudaram a forjar, na cidade de Teresina, um espaço que se tornou urbano, anos depois da ação especulativa de suas terras rurais. O seguinte capítulo dessa história abre caminhos para entendermos, no entanto, que a vida se constitui pela relação de diversos campos, sendo eles o trabalho, a família, a educação e também a religião. De tal forma que, se a cidade é o lócus que abriga um conjunto diversificado de vidas, então ela se constitui a partir da mescla de todas essas relações.

3. CRESCIMENTO ESPACIAL E URBANIZAÇÃO EM TERESINA: A IMPLANTAÇÃO DA EASAR E SUAS RESSONÂNCIAS

O crescimento espacial de uma cidade se potencializa na medida em que sua população cresce, entretanto, será esta a única explicação para a ampliação de um território urbano? Pretendemos responder a esta pergunta com uma negativa e explicamos porquê. Em nossas análises a respeito da formação do bairro Socopo, foi possível detectar através das memórias dos mais antigos moradores, que, ao passo em que ocorreu a construção de um estabelecimento de banhos e a venda de lotes de terras com a comemoração do centenário de Teresina, no local foram também se instalando muitas pessoas pobres, a maioria, oriundas do interior do Estado. Tais áreas ocupadas, anos depois estariam relacionadas à ampliação do espaço urbano teresinense e não necessariamente como consequência do crescimento populacional. Ainda em busca de explicações históricas para a elevação desse povoado a bairro da capital, trataremos a partir de então de um outro tipo de iniciativa privada, que, em nossa concepção, foi fundamental para a ampliação do espaço urbano de Teresina na direção do povoado Socopo.

Esse capítulo analisa com mais detalhes o processo de implantação da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez (EASAR), considerando que esta instituição possa ter sido um importante agente produtor do espaço urbano teresinense na direção leste. Objetivamos também analisar como tal escola alterou a dinâmica, dos projetos de vida, dos sujeitos que residiam em seu entorno e também de todos aqueles que ela atingia diretamente, por meio da oferta do ensino básico, demonstrando que a instituição se configurou como um instrumento essencial no que diz respeito à oferta de serviços básicos para essa comunidade.

Não é possível, entretanto, direcionar nossas análises apenas para o caso da instalação de uma escola jesuíta no povoado, afinal de contas, “historicizar uma instituição educativa implica compreender, sobretudo, as circunstâncias históricas e as relações estabelecidas com a comunidade no processo de sua constituição” (GRAZZIOTIN; KLAUS, 2016, p.1485). Sabendo disto, nossa investigação será feita através de uma visão holística, sobre o contexto político e econômico a nível local e nacional da época. Acreditamos que somente por meio dessa análise é que poderemos obter uma compreensão razoável do que poderia significar, naquele contexto, a criação de uma escola financiada por recursos de uma instituição religiosa tão tradicional como é a Companhia de Jesus, para a mudança do espaço urbano de Teresina e, conseqüentemente, para a formação do bairro Socopo.

Com esta preocupação, iniciamos este capítulo nos questionando se o Socopo nos anos 1960 era a desejada cidade de veraneio, idealizada e promulgada nos jornais da capital desde o ano do centenário da cidade, ou se era um povoado rural que se formou através da chegada de

migrantes pobres ao local. Após esta primeira análise, propomos uma discussão mais detalhada sobre o contexto educacional brasileiro no período em que a EASAR foi de fato implantada, e só então, analisamos como se deu a implantação da escola e as ressonâncias disso na vida social e econômica dos moradores do povoado Socopo.

Neste capítulo, o recorte evidenciaremos as décadas de 1960 e 1970, por que foi ainda nos primeiros anos da década de 1960 que se estabeleceu um contato entre o Arcebispo de Teresina da época, Dom Avelar Brandão Vilela, com o Provincial da Companhia de Jesus⁴³, residente na Bahia. Na ocasião foi realizado o convite por parte do bispo para que missionários jesuítas pudessem assumir a direção de um colégio mantido pela Diocese: São Francisco de Sales (Diocesano)⁴⁴. O nosso anseio é falar da atuação da Igreja Católica e da sua relação com a sociedade de classes em que se inseria, destacando a figura de Dom Avelar Brandão Vilela, uma vez que ele foi primordial para a tomada de algumas decisões nesse processo de retorno dos Jesuítas ao Piauí, afinal, era o próprio Dom Avelar quem representava a Igreja naquele contexto.

Desse modo, a partir da efetivação da transferência, os jesuítas iniciaram novas atividades no Diocesano, bem como realizaram novos investimentos na cidade, dentre os quais destacamos a instalação da EASAR. O recorte desse capítulo se encerra por volta da década de 1970, pois foi o período em que a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez oportunizou a algumas famílias a posse de terras em suas mediações, espaço que, anos depois, tornar-se-ia a região mais populosa do bairro Socopo.

Para atingir tais objetivos, tomamos como fonte os seguintes documentos: matéria do jornal *O Dia*, publicação organizada pelo colégio São Francisco de Sales, denominada *Diocesano: 90 anos educando para a beleza da paz*; tabela organizada pelo Pe. Ilário Govani sobre a atuação de cada diretor da EASAR, além da análise de documentos como o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI), consideramos também fonte imagética

⁴³ Religioso eleito pela Congregação para coordenar as atividades jesuítas no Brasil, à época, Padre Pedro Dalle Nogare (DIOCESANO, 1996)

⁴⁴ O Colégio Diocesano foi fundado em 1906 pelo primeiro bispo da Diocese do Piauí, Dom Joaquim Antônio D'Almeida, a princípio na instituição funcionava como colégio e seminário. Desde sua fundação, o colégio tem sede ao lado da praça Saraiva, local onde permanece até os dias atuais. Durante o governo de Dom Otaviano Pereira, segundo bispo do Piauí, o colégio foi fechado, pois a diocese alegava falta de recursos para mantê-lo em pleno funcionamento. Ao assumir a diocese, em 1924, Dom Severino Vieira de Melo reabriu as portas do colégio, e desde então, o nomeou como Colégio São Francisco de Sales, a partir desse período funcionaria em regime de internato, semi-internato e externato. No período entre 1954 e setembro de 1959, a instituição fora dirigida pelo Pe. Deusdedit Craveiro, que decidiu encerrar com o regime de internato e semi-internato, tendo se tornado o último diretor diocesano da instituição, pois de outubro de 1959 até o início de 1960, quando o colégio passou a ser administrado pela Companhia de Jesus, o colégio teve seu primeiro diretor leigo, o professor de matemática Bernardo Lopes de Sousa (CARVALHO JR, 1980; DIOCESANO, 1996).

e relatos orais de três ex-estudantes da EASAR (sendo dois deles do regime de semi-internato e um do turno de aulas convencionais) e de duas moradoras, e mães de antigos estudantes da escola. Essas fontes foram organizadas e produzidas a partir da adoção da metodologia da História Oral, que entende as memórias dos narradores como documentos “provocados” pelo historiador interessado pelo tempo presente, e que corrobora com o pensamento proposto por François Bédarida, de que a realidade histórica deve ser vista como uma mistura complexa de objetividade e subjetividade que perpassa a produção do saber histórico (BÉDARIDA, 2006, p.224). Dessa maneira, as narrativas orais, angariadas pelos historiadores através da metodologia da história oral, ao serem forjadas através do uso de memórias, se apresentam como valiosas e singulares tramas que contam sobre um tempo pretérito e, inevitavelmente, constroem possíveis atualizações desse passado, que assim, são, propriamente, reconfigurações do tempo feitas no presente, por esses sujeitos que não deixam de estabelecer possíveis argumentos de mudança à nossa sociedade e, portanto, tornam-se elementos essenciais à elaboração de uma narrativa histórica como esta.

3.1 Cidade de veraneio ou povoado de migrantes?

Por volta da década de 1950, os teresinenses já tinham conhecimento de uma Sociedade empresarial que objetivava empreender no ramo imobiliário e na construção de um balneário destinado à elite local. Entretanto, nas décadas seguintes, quando ocorrera um “surto” de vendas de terrenos urbanos na capital, provocado por agentes imobiliários, não era a Empresa Sociedade Construtora do Poti - LTDA que constava nas páginas dos jornais locais com anúncios publicitários informando sobre as mais novas e atraentes áreas residenciais que estavam à venda. Nossas pesquisas indicam que no início da década de 1960, já não é mais possível localizar nenhum lançamento ou informação relevantes feitos pela Sociedade analisada.

As pesquisas desenvolvidas pela historiadora Cristina Cunha de Araújo colaboram para a constatação apresentada. Interessada em compreender o processo de formação dos bairros Jóquei e Fátima, ambos localizados na zona leste de Teresina, ela desenvolveu uma argumentação que informa a respeito da atuação de agentes imobiliários sobre o espaço no qual surgiram estes dois bairros, bem como explicou de que forma ocorreu o direcionamento do mercado para essa região da cidade. Ela descreve que isto se efetivou após a construção da primeira ponte concretada erguida sobre o Rio Poti em 1957. Em sua narrativa, ela explica que “A ponte Juscelino Kubitschek foi construída pelo DNOCS, com recursos Federais, apresentando um único e estreito vão, se considerarmos que atuava como via de mão dupla. Por

ela passavam carros, carroças, bicicletas e caminhões” (ARAÚJO, 2009, p.37). E também após a instalação do Jockey Club. Desse modo, a pesquisadora colabora ao explicar que, além da construção da ponte, ainda na década de 1950, a abertura de uma estrutura voltada para a diversão dos teresinenses foi também um elemento responsável por alterar a dinâmica espacial daquelas áreas que ficavam às margens, ainda não povoadas do Rio Poti. O excerto seguinte aborda com mais detalhes algumas informações a respeito desse espaço de lazer:

As primeiras notícias que temos sobre o Jockey Clube referem-se à existência de uma pista de corrida para cavalos, que contava com a participação de animais vindos até mesmo da Argentina. A construção da pista e, posteriormente, da sede social do Jockey, o qual mais tarde tornou-se um clube frequentado pela elite local, era fruto do desejo do Coronel Otávio Miranda. O Jockey foi fundado em 1952 “no dia 8, reunidos no salão nobre da Associação Comercial do Piauí, onde estavam os senhores Coronel Otávio Miranda e o prefeito João Olímpio de Melo”. (...) O clube foi construído (...), na mesma zona onde ficava situada a pista de cavalo. A escolha foi feita devido ao clima ameno do ambiente e por estar a apenas 3 Km de distância do centro, possibilitando fácil acesso de veículos. O clube tinha piscina e um restaurante (ARAÚJO, 2009, p.38-39).

O texto de Cristina Araújo faz menção a atuação de Otávio Miranda⁴⁵, na criação de uma pista de cavalos e de um clube social, distantes do centro de Teresina cerca de 3 Km. E menciona ainda, que a oficialização da construção dessa área de lazer fora feita durante o ano do centenário da capital. Nessa informação encontramos um pormenor, que sem dúvida alguma, não pode passar despercebido: no mesmo ano em que a Sociedade Construtora do Poty inaugurava há mais de 14km do centro um balneário, outro empresário teresinense também resolvera lançar um empreendimento voltado para o lazer dos teresinenses. Empreendimento este que tinha, como seu diferencial, a criação de uma pista de corrida para cavalos e a facilidade de acesso, por estar relativamente próximo do centro da cidade, o que seria ainda mais agradável para os condutores de veículos que utilizariam a nova ponte para chegar até o local. Além de oferecer um restaurante e uma piscina para os seus associados, um verdadeiro complexo de lazer.

Com tantas potencialidades, o Jockey Club, parecia ser um verdadeiro concorrente do Balneário Socopo. Porque, segundo as fontes analisadas, ao questionarmos qual destes dois

⁴⁵Para apresentarmos melhor quem foi este sujeito transpomos um trecho de texto produzido por Antônio Frederico Vilarinho Castelo Branco, pois o consideramos como a fonte que melhor nos descreveu o interesse deste homem, que pertencia à elite teresinense, em empreender numa área que ficava na margem do Rio Poty ainda não urbanizada na capital: “A fundação do Jockey Club do Piauí e a implantação do Loteamento Parque Ceará, ocorreram por iniciativa do *Coronel Otávio Miranda*, que residia na avenida Frei Serafim, na casa onde (*atualmente*) funciona a loja da empresa de telefonia móvel CLARO, que, segundo depoimento oral de seu filho Walmir Miranda ao autor desta pesquisa, queria passar a residir fora da zona central de Teresina por se sentir incomodado com as altas temperaturas, e encontrou na fundação do clube de corridas de cavalos e no lançamento do loteamento, atrativos para outras famílias tomarem iniciativa semelhante. O loteamento Vila de Fátima foi uma consequência imediata dessa iniciativa, sendo que os dois loteamentos eram adjacentes ao terreno do Jockey Club do Piauí” (CASTELO BRANCO, 2012, p. 8). Grifos da autora.

lugares traria mais benefícios aos frequentadores, fica evidente que o Jockey Club se sobressai. Afinal, enquanto o Jockey ficava a cerca de 3 km do centro da cidade, o Socopo - Cidade Jardim se distanciava cerca de 13 km. Comparação que nos permite perceber o quanto o Jockey Club se beneficiava em relação à facilidade de acesso.

Embora o foco desta pesquisa não seja averiguar como estes agentes imobiliários concorriam entre si, o fato é que, logo após a abertura do Jockey Club, pouco tempo se passou até que um grande número de pessoas que faziam parte da elite teresinense se motivassem a comprar lotes de terra nos arredores do clube, onde este espaço de lazer colaborou para agregar valor aos lotes.

O engenheiro Antônio Frederico Vilarinho Castelo Branco, desenvolveu em sua tese uma rica discussão sobre a história e o papel do mercado imobiliário no processo de segregação socioespacial em Teresina. Nesta, ele reitera que o primeiro empreendimento imobiliário lançado na capital foi o Socopo - Cidade Jardim, mas argumenta que “esse empreendimento, no entanto, era distante do centro da cidade e sua vocação inicial era a de construção de pequenos sítios de recreio, ou uma zona balneária, (...) razão pela qual sua ocupação habitacional só veio a se consolidar décadas mais tarde” (CASTELO BRANCO, 2012, p. 81). Segundo nossas fontes, de fato, o empreendimento idealizado durante os anos 1960 serviu apenas para sediar moradias rurais e a zona balneária. Desse modo, diferente do que ocorrera com os lotes vendidos ao redor do Jockey Club, defendemos o argumento de que o espaço que compreendia ao empreendimento Socopo só foi urbanizado duas décadas depois disso, devido a outros fatores, que serão abordados no capítulo seguinte, e que não correspondem apenas à atuação do empreendimento na região, ainda que este tenha sido um importante elemento para a ocupação dessa área.

Antonio Frederico Vilarinho Castelo Branco explica, em contrapartida, que além da iniciativa de fundação do Jockey Club, o Coronel Otávio Miranda, também foi o principal responsável por vender os lotes de terra que rodeavam o clube. Estes empreendimentos receberam o nome de Loteamento Parque Ceará e Loteamento Vila de Fátima. A venda destes locais isolados do centro comercial de Teresina e planejados para atender a alta sociedade local, parece ter seduzido o público ao qual foi destinado, e desde então, a área que compreende aos loteamentos mencionados é considerada a mais valorizada da cidade de Teresina (CASTELO BRANCO, 2012, p. 81).

Durante a década de 1960, a cidade de Teresina passava por um processo de crescimento e de mudanças na dinâmica comercial realizada no bairro Centro, que recebia cada vez mais lojas, incluindo as empresas com atuação a nível nacional. Diante disso, parte da

população com alto poder aquisitivo que residia no centro histórico da cidade, se viu motivada a fazer uma migração interna “em direção aos bairros da ‘Jockey Club do Piauí’- que, posteriormente, seria desmembrado em Jockey Clube e Fátima” (FAÇANHA, 2004, p.185).

As famílias tradicionais da cidade aderiram ao empreendimento do proprietário Otávio Miranda e, segundo a imprensa, esses lotes teriam se tornado os “lugares de refúgio para obreiros das riquezas públicas ou privadas” (O DIA, 1951, s.p) da cidade, como almejavam e anunciavam os empreendedores da Sociedade Construtora do Poti em suas propagandas. O que indica, por outro lado, que o empreendimento Socopo possa ter sido bem sucedido em suas vendas, no entanto, não fora o local escolhido, para a migração interna dos ricos moradores da cidade que “fugiam” do crescimento comercial do centro. Considerando a sua distância do núcleo central, o Socopo, por essa época, se caracterizava, então, como um povoado da zona rural de Teresina, onde um ou outro “ricaço” (O DIA, 1951, s.p), podia adquirir terras para a construção de chácaras e/ou sítios, lugar que, por exemplo, poderiam utilizar para descansar nos seus finais de semana ou nas férias, ao passo que os lotes em torno do Jockey Club foram, desde o início, representavam a construção de uma nova área urbana do município.

O engenheiro Antonio Frederico ressalta também que a instalação de clubes sociais, na história imobiliária da capital, foi e continua sendo fundamental para a valorização das áreas que ficam em seus arredores. Neste caso, o Jockey Club e o Socopo foram os empreendimentos pioneiros, e a partir deles muitos outros foram construídos na cidade e contribuíram para o alargamento das áreas urbanas de Teresina e, conseqüentemente, para a segregação social percebida na zona leste da cidade.

Portanto, o empreendimento SOCOPO – Cidade Jardim, que já apresentava em seu nome a intenção de construir um espaço próximo ao que denominamos de bairros-jardins, que em outras cidades do Brasil, foram grandes empreendimentos de sucesso que abrigaram famílias abastadas de diversas cidades desde as primeiras décadas do séc. XX, não consumou o mesmo destino das áreas instaladas em outros lugares do país, e não fora aderido ao espaço urbano propriamente, afinal, reiteramos que, o “SOCOPO- Cidade Jardim”, como já abordado no final do capítulo anterior, foi aos poucos, se tornando um local habitado, em sua maioria, por famílias despossuídas de bens, em grande parte, migrantes, que foram viver como sitiantes nas terras do senhor João Fonseca Filho, ou mesmo que adquiriram lotes de terra através de vendas diretas realizadas também pelo empresário e proprietário das terras. Entretanto, a fundação de uma escola jesuíta foi outro fator muito importante para alterar a dinâmica do espaço que viria a se tornar o bairro Socopo, dessa maneira, consideramos de suma importância discutir também sobre a Escola Agrícola Santo Afonso Rodrigues.

3.2 A presença jesuíta em Teresina e sua atuação no povoado SOCOPO (1960-1970)

No Brasil, assim como em toda a América Latina, a atuação da Igreja Católica remonta ao princípio colonial. Desde então, a relação da Igreja com a sociedade, se dava a partir de sua aliança com os poderes políticos e não diretamente com o povo; ao contrário, de acordo com a historiografia do tema, esse contato, por vezes foi de extrema violência física e simbólica. O sistema de Padroado, que significava o pacto da Igreja com o Estado, para que este último pudesse prover todas as necessidades da Igreja no Brasil é a prova maior dessa aliança. De acordo com Leonardo Boff, mesmo com o fim desse sistema, a Igreja no Brasil continuou atuando em proximidade com as classes dominantes, em detrimento, do povo. Expressão disso é o fato de que fora a Igreja a principal responsável pela educação dos filhos das famílias ricas por muitos anos no Brasil, mesmo durante o período republicano, após a extinção do Padroado.

No início do século XX, prevalecia na instituição Igreja o discurso do seu caráter não político, algo como uma omissão de posicionamento na fala. Entretanto, suas ações implicavam diretamente na conservação dos arranjos sociais e políticos no país. Enquanto instituição que também se responsabilizava pela educação, ela se constituía como uma reprodutora dos sistemas sociais e políticos em voga. Nesse contexto, afirma Leonardo Boff, a Igreja defendia a ideia de que ao se aproximar “daqueles que efetivamente têm condições de ajudar, que são as classes abastadas” (BOFF, 1981, p.19) por meio da educação, ela estaria educando-os para que embuídos do espírito cristão, estes libertassem os pobres.

No Piauí, mais especificamente, na capital Teresina, a ação da arquidiocese, desde sua criação no Bispado de D. Joaquim Antonio de Almeida, em 1906, “situava-se no projeto de realização de uma presença mais efetiva da Igreja na formação escolar da população piauiense” (LOPES, 2016, p.272). A partir de então, o que os textos produzidos pela historiografia local destacam, é que houve um “esforço discursivo da igreja católica em Teresina para se adequar ao contexto da Neocristandade corrente no Brasil, entre os anos 1948-1960” (PEREIRA, 2008, p. 14). De maneira que, é sabido que a Igreja no Piauí tinha alcance e projeção social tanto por meio das instituições de ensino que criou (Colégio Diocesano e Colégio Sagrado Coração de Jesus⁴⁶), como através dos discursos proferidos no Jornal O Dominical, que de acordo com Luciana de Lima Pereira, era produzido e divulgado para propagar os anseios morais e políticos que a hierarquia clerical desejava difundir no meio sociopolítico teresinense.

⁴⁶O Colégio Sagrado coração de Jesus foi fundado em 1906, como iniciativa do recém criado bispado do Piauí que naquele momento procurava contrapor o ensino católico ao ensino leigo. Voltado para a absorção do alunado feminino, desde o ano de 1914 funciona em prédio instalado na Avenida Frei Serafim. (QUEIROZ, 2008, p.67 e 68).

O estudioso Boff, entretanto, destaca que a partir dos anos 1960 o modelo de Igreja em toda a América Latina começou a se transformar, afinal, a grande maioria dos cristãos “assimilou o Vaticano II⁴⁷ e fez a virada que se exigia em termos de mentalidade teológica (teoria) e de presença no mundo (prática) (BOFF, 1981, p.22)”. Este feito teria levado à tomada de consciência dos integrantes da Igreja Católica em relação ao seu papel político. E o que se verificou em toda a América Latina foi um processo em que inúmeros cristãos se fortaleceram através de organizações e associações voltadas para a libertação do povo pobre e oprimido dessa parte do continente. A efetividade do discurso da Igreja teria se direcionado para libertar essas pessoas da opressão econômica, política e cultural que os países desenvolvidos exerciam sobre os que estavam em estágio de subdesenvolvimento, em outras palavras,

trata(va)-se de privilegiar os pobres (sem exclusivismo) como o novo sujeito histórico emergente que vai preferentemente realizar o projeto cristão no mundo. Os pobres aqui não são compreendidos apenas como aqueles que possuem carências; eles as têm, mas possuem também força histórica, capacidade de mudança, potencial evangelizador. A Igreja acede a eles diretamente; não passa pela mediação do Estado ou das classes hegemônicas. Por isso aqui não se trata mais de uma Igreja para os pobres, mas de uma Igreja de pobres e com os pobres (BOFF, 1981, p.26)

Inserido neste contexto, Dom Avelar Brandão Vilela⁴⁸ assumiu o cargo de arcebispo da Arquidiocese de Teresina. O que configura, neste texto, um marco essencial. Afinal, além de ter sido o primeiro Bispo de Teresina a criar organizações voltadas para atender aos interesses de grupos específicos da sociedade (Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Agrária Católica (JAC), fora este mesmo religioso quem assumiu cargos importantes na história da renovação da Igreja Católica no Brasil, tendo, inclusive, participado de todas as sessões do Concílio Vaticano II, e sendo o responsável pelo retorno da atuação de padres jesuítas na educação piauiense. E estes, por sua vez, participaram, em grande medida, da história de ocupação do povoado Socopo, tema central dessa pesquisa.

⁴⁷ Concílio no qual foram realizadas conferências no Vaticano, entre os anos de 1962 e 1965. Os diversos temas deliberados e repensando pela Igreja (os ritos da missa, vestimenta dos padres, relações com outras religiões, etc) foram propostos com a intenção de que a instituição se libertasse da sua carga tradicional e com isso conseguisse elaborar uma nova atuação no mundo moderno, que, então, respondesse aos anseios do homem urbano.

⁴⁸ Alagoano, nascido em 13 de junho de 1912, com 23 anos ordenou-se Padre na cidade de Aracaju, onde, por 11 anos, exerceu diversos cargos, desde professor e secretário do Bispado à diretor espiritual do seminário Sagrado Coração de Jesus. Em 1946, foi eleito Bispo de Petrolina, onde atuou por uma década, até ser elevado à condição de segundo arcebispo da Arquidiocese de Teresina em 1956, cargo que permaneceu até maio de 1971. Após esse período, fora residir em Salvador, sede primacial da Igreja Católica no Brasil, até que em fevereiro de 1973, fora escolhido pelo Papa VI como cardeal da Igreja de Roma. Sobre a biografia e atuação de Dom Avelar em Teresina, sugerimos as seguintes leituras: ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto:** trajetórias e representações do arcebispo do Piauí (1956-1971). Teresina: PI: Dissertação – Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2008. CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos:** uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela. Teresina: PI: EDUFPI, 2013 e PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja Católica em “tempos mundanos”:** a luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960). Teresina: PI: Dissertação – Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2008.

Foi no ano de 1960, na cidade de Teresina, que ocorreu uma mudança na direção e no projeto pedagógico do colégio confessional São Francisco de Sales – Diocesano – até então, uma instituição escolar que desde sua criação, no ano de 1906, era administrada pela Diocese de Teresina. A novidade foi anunciada no jornal O Dia, ainda no primeiro mês daquele ano, em uma matéria intitulada “Idéia Feliz”, como informa o fragmento a seguir:

IDEIA FELIZ – O Sr. Arcebispo de Teresina, D. Avelar Brandão Vilela, além dos vários serviços relevantes que já prestou ao Piauí, acrescentou outro, agora, como seja o de entregar o Colégio ‘S. Francisco de Sales’ aos jesuítas.

Idéia feliz a do Sr. Arcebispo. Os jesuítas são educadores excelentes. Os colégios deles nos mais diferentes países do mundo, são conceituadíssimos. Além de serem cultos e competentes, os jesuítas imprimem em seus educandários ordem e disciplina, sem deixarem de ser afáveis e bondosos com os educandos.

A velha disciplina de arrocho não existe mais nos colégios jesuítas. Eles sabem aliar, como os salesianos, a disciplina com a brandura. (CUNHA E SILVA, 1960. p. 6)

Além de procurar difundir credibilidade no caráter educativo da instituição, o periódico enfatiza a dimensão afetiva do processo educativo dos jesuítas, que se aliaria à sua já notória competência no campo disciplinar. Para tanto, o jornal dá destaque à tradição histórica desses colégios:

A Companhia de Jesus, fundada em 1534, por Santo Inácio de Loiola, especificamente para servir de esteio da igreja católica na luta contra a Reforma Protestante de Lutero e para se tornar o principal baluarte da mesma Igreja na obra grandiosa de propagação da fé cristã na Ásia e nas colônias de Portugal e da Espanha aqui na América, devotou-se também à instrução em todos os graus.

[...]Foi com alegria e desvanecimento, portanto, que recebemos a notícia do estabelecimento dos jesuítas aqui em Teresina, à frente de um colégio, pois, através da leitura e de informações pessoais fidedignas, de há muito admirarmos os métodos de ensino, a ação apostolar e a obra educacional dos padres jesuítas. Que eles sejam bem-vindos à terra de Mafrense. D. Avelar marcou mais um tento na cadeia de benefícios ao nosso Estado. (CUNHA E SILVA, 1960. p. 6)

Esta notícia apresenta a confirmação de que o contato realizado entre o então bispo da Diocese de Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, e o Provincial da Companhia de Jesus, com a intenção de pedir que fossem enviados representantes da Companhia para Teresina, para assumirem a direção do colégio São Francisco de Sales, mais conhecido como Diocesano, foi um acontecimento bem-sucedido. Tal acordo se concretizou, então, na data de 13 de março de 1960, quando foi realizada a solenidade oficial de entrega do colégio sobre a responsabilidade da Companhia de Jesus.

Fotografia 9 - Solenidade da entrega oficial do Colégio aos jesuítas em 13 de março de 1960.



Fonte: Diocesano, 1996, p.35.

Durante a solenidade de entrega do colégio aos padres Jesuítas estavam presentes, como é possível observar na fotografia, um grande número de pessoas. No primeiro plano da imagem, em destaque, é possível observarmos Dom Avelar Brandão Vilela, de cabeça baixa parecendo estar atento ao discurso proferido pelo também religioso, Padre Carlo Bresciani, que aquele momento assumia o cargo de primeiro diretor jesuíta do Colégio São Francisco de Sales. No segundo plano da imagem, percebemos a presença de homens e mulheres adultos, sentados escutando a fala do religioso e, atrás desses que possivelmente eram familiares de alunos ou professores e funcionários da instituição, ainda é possível vermos crianças e/ou jovens, filhos da elite local que, também, provavelmente, eram estudantes na instituição.

A partir de então, a equipe jesuítica que foi enviada para assumir a direção do colégio Diocesano foi composta por três padres e um irmão da ordem: Pe. Carlo Bresciani (diretor e professor de Religião e Latim), Pe. Luciano Ciman (ministro do colégio, professor de Matemática e Religião, diretor do Curso Primário, orientador educacional e padre espiritual dos alunos), Pe. Moisés Fumagalli (vice-diretor e professor de Latim, Francês e Religião) e o Irmão Luis Óboe. Os religiosos se dividiram para cumprir tanto a responsabilidade de administrar a maior escola confessional do estado, quanto de assumir algumas das disciplinas ofertadas na escola.

Fotografia 10 – Os primeiros padres Jesuítas que dirigiram o colégio Diocesano⁴⁹.



Fonte: DIOCESANO, 1996, p.36.

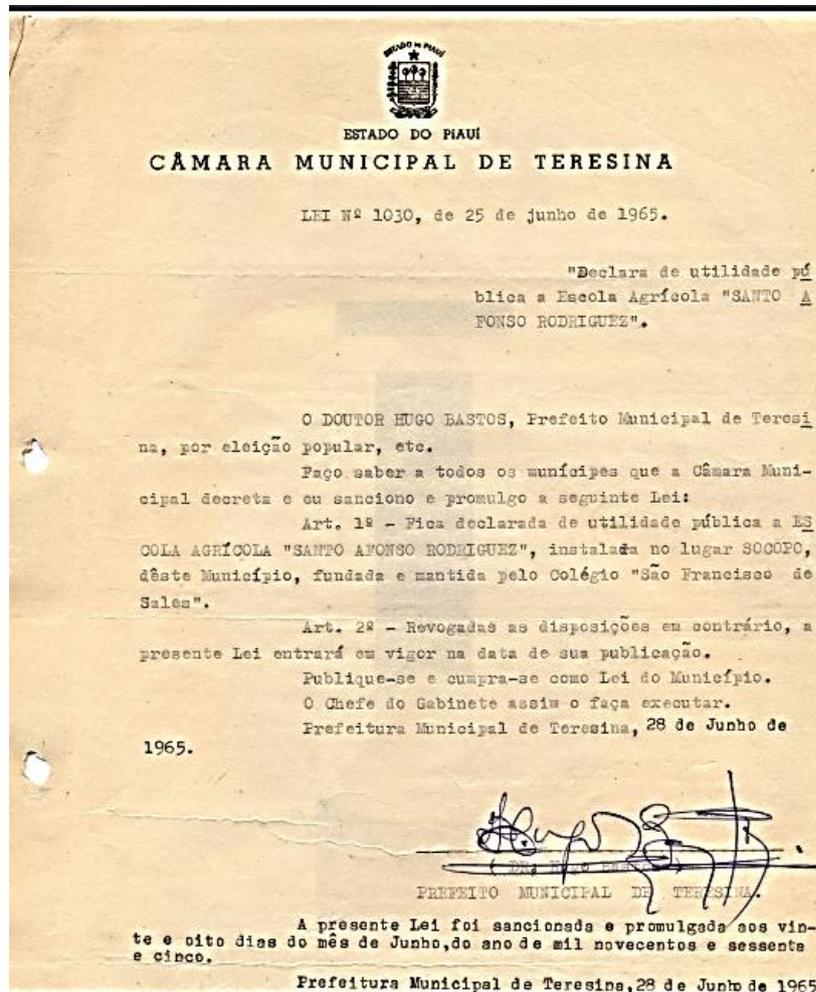
Remontamos a esse acontecimento para destacar que foi a partir do retorno das atividades jesuítas no campo educacional⁵⁰, em Teresina, que foram criadas as necessárias condições para que outra instituição escolar fosse instituída na capital naquele contexto: a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez (EASAR), interesse central deste capítulo.

A EASAR foi fundada em 1963, como parte de uma obra assistencial promovida pelos jesuítas que dirigiam o Colégio Diocesano e também foi oficialmente declarada como obra de utilidade pública, em 1965, como demonstra o documento representado na imagem a seguir:

⁴⁹ Da esquerda para direita: Pe. Moisés Fumagalli, Pe. Carlo Bresciani, ao fundo: Ir. Luís Óboe e Pe. Luciano Cimamn.

⁵⁰Sobre o momento de retorno dos jesuítas ao Piauí sugerimos a leitura de LOPES. Antônio de Pádua Carvalho. Os discursos em torno do retorno dos jesuítas ao Piauí na década de 1960: o Colégio Diocesano entre continuidades e rupturas. In: SOUSA. Carlos Ângelo de Meneses Sousa. CAVALCANTE. Maria Juraci Maia. **Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República**. Brasília- DF: Unesco, 2016. p.267-287.

Figura 3 - Lei nº 1030, de 25 de junho de 1965, que reconhece a EASAR como uma obra de utilidade pública localizada no município de Teresina.



Fonte: (TERESINA, 1965)

Entretanto, a fonte que nos apresenta de forma mais completa o percurso histórico desta instituição é a publicação organizada pelo colégio Diocesano, denominada *Diocesano: 90 anos educando para a beleza da paz*, no ano de 1996, construída para registrar as grandes conquistas daquela instituição. Esta fonte evidencia que a fundação da EASAR remonta ao período no qual os jesuítas adquiriram um lote de terra no povoado Socopo, zona rural de Teresina, para ali construir uma casa de retiros que lhes oportunizassem promover eventos e atividades que aprimorassem a formação intelectual e, sobretudo, religiosa dos educandos, funcionários e familiares do colégio Diocesano. Além disso, a presença da Companhia no povoado garantiria que os jesuítas alcançassem novos espaços na cidade e com isso, consolidassem mais fiéis por meio da educação confessional. Sobre a EASAR, o documento registra que:

A obra ficou sob a responsabilidade de Pe. Luciano Ciman ao lado do seu grande colaborador Ir. Luis Óboe que, inteligentemente, instalou oficinas de

carpintaria e ferraria. A iniciativa deu oportunidade à redução dos custos da obra e favoreceu trabalho aos jovens que residiam naquela localidade. (...) O trabalho dos jesuítas na Socopo foi tomando consistência, avançou muito e deu origem à criação de hortas, fruticultura, granja, fundação da Escola Agrícola Santo Afonso (nome em homenagem ao patrono dos irmãos jesuítas) e à construção de uma paróquia. (COLÉGIO DIOCESANO SÃO FRANCISCO DE SALES, 1996, p.56).

A princípio, a publicação alega que foi dado início à construção de uma Casa de Retiros na localidade Socopo, por ela estar afastada do núcleo urbano de Teresina e dessa forma proporcionar maior conforto e reclusão durante os retiros que seriam realizados no local. Mas, concomitantemente à construção dessa casa, se iniciou também a construção de um prédio sede de uma escola que ofertasse educação às famílias daquela localidade. Isto se deu ao mesmo tempo em que os jesuítas, “inteligentemente”, aproveitaram o local para instalar oficinas de carpintaria e ferraria, atividades estas que ajudariam, inclusive, na diminuição dos custos da obra, e ainda ofereciam empregos para os jovens que viviam próximo ao local.

Os moldes desta iniciativa dialogam com os novos princípios e modelos que a Igreja Católica estava assumindo nos anos 1960, mencionados anteriormente neste texto. Aproximar-se dos mais pobres e consolidar fiéis por meio da educação, seria ou não uma maneira de libertar o povo oprimido das grandes injustiças sociais que lhes assolavam?

Um projeto como esse que vislumbrava a criação de um verdadeiro complexo de prédios onde pudessem ser exercidas atividades educacionais e religiosas, entretanto, deve ser analisado a partir dos possíveis interesses que norteavam os próprios objetivos da Companhia de Jesus. Ainda que não possamos afirmar com precisão quais seriam esses objetivos, nos é possível inferir que a construção da EASAR tenha concretizado dois grandes fatores comuns à todas as obras educacionais erguidas pela Companhia de Jesus ao longo de sua história: primeiro, o de alcançar os fiéis que moram em áreas longínquas⁵¹ e, segundo, o de ofertar uma educação

⁵¹É comum às ordens religiosas procurarem refúgio em zonas afastadas da cidade, onde possam ter um local amplo e tranquilo para realizarem suas atividades. Discorrendo sobre essa relação entre subúrbio e cidade na história das ordens mendicantes na Europa, Jacques Le Goff propõe que a escolha pelo subúrbio (periferia, zona rural) não deixa de ter uma intenção de ser, segundo o mesmo: “No século XIII, parecia essencial a essas ordens fazerem-se aceitas dando as populações o exemplo da pobreza e da humildade, elas extraem as lições dos movimentos sociais que estão emergindo, nos quais as pessoas simples da cidade questionam a atitude dos poderosos e, em particular, a dos senhores, os quais, de seu campo, de suas fortalezas, continuam a dominar o espaço, incluindo o espaço urbano. Em contraposição, a riqueza se cria de modo ainda mais brutal na cidade, com os mercadores, os burgueses, o comércio. Diante da arrogância dos novos ricos e dos antigos poderosos que estão sempre aí, para convencer o povo, para não deixá-los rebelar-se contra a ideologia cristã da época- perdoem-me a expressão- essas novas ordens mendicantes querem dar o exemplo. É essa mesma a expressão que eles empregam: “pregar o exemplo”. Como então eles concebem sua inscrição no espaço? Eles chegam a uma cidade, fala-se deles, são novos personagens que provocam certa curiosidade. Mas eles ainda não adquiriram prestígio nem poder e, além disso, empenham-se em pôr em prática os ideais que pregam. Onde vão se estabelecer então? No limite da cidade. E com frequência fora dela, na proximidade de suas portas. Onde o terreno é barato, onde muitas vezes recebem de presente uma casa ou um lote de terra. (...) Os mendicantes, portanto, encontram-se modestamente instalados na periferia, perto da muralha, no interior, mas às vezes também no exterior da cidade. Eles manifestam assim o caráter subordinado

guiada pelos preceitos de Cristo e de acordo com os ensinamentos orientados pelo fundador da Ordem, Santo Inácio de Loyola.

Mas, antes mesmo que falemos da atuação educadora desses sujeitos, é importante destacar como a construção de uma escola confessional na área rural do Município de Teresina pode se configurar como um elemento espacial que atrairia pessoas para os seus arredores e, conseqüentemente, alteraria o crescimento do espaço urbano da cidade em que fora instalada. No caso teresinense, do seu alargamento em direção ao extremo leste. Na primazia desta discussão o geógrafo Stanley Braz de Oliveira discute que

a Escola Santo Afonso representava um novo limite espacial da cidade de Teresina, através das práticas espaciais de seletividade e da antecipação espacial. Dessa forma, a igreja católica transforma um imóvel situado em um descampado distante de tudo em uma escola de referência educacional, cristalizando mais um símbolo dessa instituição e garantindo um contínuo da valorização do catolicismo. (...) A localização da Escola Santo Afonso proporcionou maior visibilidade à zona leste da cidade, e aos poucos surgem novos bairros, vias de acesso são construídas e a cidade de Teresina vai se conturbando com o espaço até então isolado, levando o perímetro urbano de Teresina à escola e fazendo da região um espaço de grande especulação imobiliária e, da escola, um dos maiores fixos e símbolos da Igreja Católica (OLIVEIRA, 2014, p. 123 e 153).

Para o geógrafo, não há dúvidas que a atuação da EASAR foi fundamental para a transformação do espaço no qual ela foi construída. Ele argumenta que, a exemplo de outras instituições escolares da cidade (Colégio das Irmãs e Diocesano)⁵², a abertura de uma escola em área muito distante do núcleo urbano, não explica apenas o interesse da Companhia de Jesus em dissipar a sua fé cristã. Abrir um estabelecimento educacional ou fortalecer a luta dos pobres contra a opressão, é tudo isso, e também a demonstração de que a instalação de uma instituição como essa é também capaz de demonstrar como a atuação da Igreja Católica pode colaborar para a evolução espacial de uma cidade, por mais que fosse o caso da EASAR, por ele apontada como uma das “mais tímidas obras confessionais da Igreja Católica em Teresina” (OLIVEIRA, 2014, p. 122).

e pobre do subúrbio com relação à cidade e ao centro da cidade. E o que acontece em seguida? Rapidamente, (...), tornam-se conhecidos, estimados e poderosos (LE GOFF, 1998, P.17-22). Sabemos que não estamos tratando das ordens mendicantes nascentes no final da Idade Média, mas a análise mencionada nos ajuda a iluminar o caso dos Jesuítas no Piauí, que por estarem retornando suas atividades no Estado, que haviam sido cessadas desde a expulsão feita no governo Pombalino, estavam em busca de fiéis, de homens e mulheres que lhes acompanhassem no ideal de seguir a Cristo.

⁵²Em sua dissertação, Stanley Braz de Oliveira procurou elaborar uma Geo-história do Colégio das Irmãs e do Colégio Diocesano. Seu argumento é o de que ambas as escolas, quando foram fundadas, por volta dos primeiros anos do século XX, foram construídas em espaços pouco habitados da cidade de Teresina e que após a consolidação da ação educacional os espaços que ficavam em seus entornos passaram a se desenvolver amplamente. Portanto, o autor infere que a Igreja Católica deva ser vista como um agente produtor da cidade, tendo em vista que ao escolher a localização onde instalariam ambas as escolas, a Igreja estaria produzindo o espaço urbano de acordo com os seus interesses. Tanto para o autor, como por nós, esse entendimento deve ser aplicado também ao caso da Escola Santo Afonso Rodriguez (OLIVEIRA, 2014).

O período em que os jesuítas retornaram suas atividades ao Estado do Piauí, comumente é reconhecido pelos historiadores como uma fase conturbada do processo de redemocratização da política no Brasil. É importante ressaltarmos essa ideia, porque na análise feita neste texto, os jesuítas precisam ser entendidos como personagens dentro de um contexto político cultural. Desse modo, todas as ações que foram e serão narradas aqui a respeito da atuação desses religiosos, precisam ser lidas e revistas sob a luz do fato de que eles representam um grupo social, o que, no entanto, não impede que cada indivíduo desses tenha seus próprios posicionamentos políticos e morais.

Enfim, é necessário explicarmos que, metodologicamente, fizemos a escolha de apresentar a ação jesuíta em Teresina, restrita àquela ocorrida na Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, apenas por meio da memória despertada por pessoas que conviveram com esses religiosos. Não realizamos nenhuma entrevista com um Padre ou Irmão da ordem, nem tampouco, tivemos acesso às muitas fontes produzidas por eles⁵³. Essa informação está sendo reiterada, para explicar que, sabemos que os percursos trilhados neste capítulo são de total responsabilidade da autora, no entanto, foram feitos a partir da consciência, de que pesquisas de ciências humanas e sociais devem zelar pelo distanciamento dos valores do pesquisador e prezar, pela reprodução dos dados coletados tal como eles se apresentam.

No caso, a configuração política no estado do Piauí e no Brasil, eram administradas, respectivamente, pelos mandatos de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues e de João Goulart, ambos filiados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Entretanto, foi o conflito ideológico entre posição e oposição (basicamente representada pelos militares de baixo calção e aqueles que atuavam em algum ministério e mesmo os civis contrários às medidas de reforma de base, considerada esquerdistas, realizadas pelo então presidente) o que inviabilizou que o governo de Goulart findasse por vias legais. Antes mesmo que isto ocorresse, os militares realizaram um golpe de Estado, retirando Jango do poder. Após este acontecimento, diversas transformações foram impostas à sociedade civil, sobretudo, no que diz respeito a educação.

No Piauí, como já mencionado anteriormente, o que se verificou foi um alinhamento da atuação da Igreja, no período representada por Dom Avelar Brandão Vilela, com o Estado. No entanto, isto não significou que a diocese não realizasse iniciativas próprias em prol da educação local, pelo contrário. É de conhecimento público na capital as ações deste Bispo direcionadas ao ensino e à cultura, a citar, por exemplo, sua participação na criação da

⁵³ Neste trabalho a única fonte produzida por um Padre Jesuíta trata-se de uma tabela que registra o quadro de diretores da Escola Santo Afonso, que será exposta no decorrer deste capítulo.

Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) e na direção do Movimento de Educação de Base (MEB) (CARVALHO, 2013).

Escola Agrícola Santo Afonso começou a funcionar na zona rural de Teresina inserida nesta conjuntura política, de transição forçada do poder político nacional, e ao mesmo tempo, da atuação eficiente da Igreja em prol de projetos sociais e educacionais. Sabendo disso, a escola deve ser entendida como um elemento físico que foi construído em um tempo histórico marcado por conflitos ideológicos e transformações estruturais no próprio campo da educação, o que, portanto, só nos permite pensá-la a partir da estrutura social e política da qual passava a fazer parte.

Este texto não priorizará discutir a ação pedagógica proposta e realizada na instituição em análise, isto até sugerimos aos futuros historiadores. Tratamos aqui, então, de destacar a presença da forma física e simbólica da EASAR no povoado Socopo, e a partir disso, identificarmos ressonâncias e impactos impostos por ela nesse espaço. “A forma também está carregada de valor social, faz parte do quadro de referências da vida, por isso, entra no plano da memória, pois os ritmos da vida cotidiana se ligam à duração das formas e de suas funções” (CARLOS, 2001, p.48). Ou seja, avançaremos na discussão sobre o funcionamento da escola durante seus primeiros anos de existência, demonstrando como a presença daquela instituição no povoado Socopo é essencial para o historiador que quer entender a dinâmica cotidiana dos espaços, associando o micro ao macro poder⁵⁴.

Desde o ano de 1964⁵⁵ quando a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, abriu suas portas para a comunidade, passou a atender os filhos de moradores tanto da comunidade

⁵⁴ Como já informado na introdução deste texto, dialogamos com Maria Izilda Santos de Matos, ao entendermos que produzimos uma história do cotidiano, na qual o historiador não se abstrai do engajamento político, tampouco se limita a análise das conjunturas macro-espaciais. A partir desse momento da narrativa nossa preocupação está em “restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano *da Escola Santo Afonso Rodriguez e do povoado Socopo*, recuperar sua ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfilar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo do dualismo e de polaridades e questionando as dicotomias” (MATOS, 2003, p. 26) [grifos da autora].

⁵⁵ O ano de 1964 marca o início de um regime ditatorial no Brasil, que duraria oficialmente até a década de 1980. A educação nacional, a partir da implantação desse, sofreu profundas transformações que alteraram consideravelmente diversos campos da atuação educacional. Sobre o período em questão, o filósofo Paulo Ghiraldelelli Júnior expõe: “O período ditatorial, ao longo de duas décadas que serviram de palco para o revezamento de cinco generais na presidência da República, foi pautado em termos educacionais pela repressão, privatização de ensino, exclusão de boa parcela dos setores mais pobres do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do ensino profissionalizante na rede pública regular sem qualquer arranjo prévio para tal, divulgação de uma pedagogia calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, tentativas variadas de desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional. Somente uma visão bastante condescendente com os ditadores poderia encontrar indícios de algum saldo positivo na herança deixada pela Ditadura Militar para o nosso país” (GHIRALDELELLI JÚNIOR, 2009.p.112).

Socopo, como também os filhos das famílias de outras comunidades rurais mais próximas, a citar: os povoados Santa Luz, Soinho, Baixão do Carlos, Cacimba Velha, dentre outros.

Como compartilhamos da hipótese defendida pelo geógrafo Stanley de Oliveira, a fixação da EASAR é uma prática espacial executada a partir dos interesses da Igreja Católica naquele momento. Como um elemento fixo⁵⁶ na paisagem do povoado Socopo, a atuação da escola contribui para alterar as relações, sejam elas de caráter religioso, educacional e até mesmo político e econômico, existentes naquela região. A construção e atuação da escola foi também essencial para que a região onde estava instalada fosse com os anos recebendo mais e mais moradores, interessados no ensino ofertado, bem como na infraestrutura e serviços básicos ofertados em geral. A própria escola por anos, era o único local que possuía água encanada por aqueles arredores, devido ao sistema de poços tubulares que fora construído para atender as necessidades de água em todos os prédios construídos no local. A moradora Raimunda Sousa, explica como muitos dos residentes do povoado se utilizavam desse recurso da escola: “Não tinha água para beber, nós roubávamos água, tá entendendo? Nós roubávamos água dentro desse colégio. Aí o Irmão (Ir. Montieiro) botou uma torneira para nós lá fora do colégio, para nós não ficarmos dependendo de roubar água”. O relato da moradora demonstra que aquelas pessoas, que como ela e sua família, ainda não tinham construído seu próprio poço, acabavam se submetendo a entrar escondido na área da escola para garantir água para beber, mas que após perceber esta ação, um dos administradores jesuítas da escola, resolveu que seria mais prudente eles colocarem uma torneira fora do terreno, de modo que as pessoas não precisassem roubar o líquido e que eles também pudessem ter um melhor controle das suas dependências.

Para que o leitor fique melhor informado sobre o espaço ao qual estamos a nos referir neste capítulo, dispomos de uma fotografia do local, que nos apresenta a dimensão espacial ocupada pelos jesuítas no povoado.

⁵⁶ O estudo de elementos fixos na paisagem urbana é importante, na medida em que os relacionamos com os fluxos que os acompanham. Pois, como sugere Milton Santos, “o espaço é, também e sempre, formado de fixos e fluxos. Nós temos coisas fixas, fluxos que se originam dessas coisas fixas. Os fixos nos dão o processo imediato do trabalho. Os fixos são os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens. (...) Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos” (SANTOS, 1988, p.77.78). Saber disso, nos permite levantar a hipótese de que a EASAR, enquanto um fixo da paisagem rural do Município de Teresina, com o passar dos anos, devido ao aumento da circulação de mercadorias, ideias e pessoas em sua direção, tenha sido um fator primordial para que o espaço no qual estava inserida viesse a se tornar espaço urbano da capital.

Fotografia 11 - Vista aérea da EASAR em meados da década de 1960.



Fonte:(OLIVEIRA, 2014, p 124).

Nesta fonte é possível localizarmos a demarcação do limite do terreno, a estrada que dava acesso ao local, atual PI 112 e as três primeiras construções realizadas no local: o prédio da Escola, no canto esquerdo, próximo a estrada, a Casa de Retiros e os prédios que serviam para abrigar as oficinas de carpintaria e ferraria. A fotografia elucidada também porque da escolha dos jesuítas em denominar a escola com a alcunha de agrícola, afinal, a mesma fora instalada numa área rural, cuja natureza do local ainda estava pouco alterada, o que portanto, tornava-a apta a se organizar em prol de atividades agrícolas para o aproveitamento da terra.

Mas, como já ressaltamos, outra escolha metodológica utilizada para subsidiar esta narrativa foi a metodologia da História Oral, pois consideramos que ao realizarmos entrevistas orais, tanto o historiador, quanto o entrevistado elaboram um tipo de narrativa, que primeiro é oral e, após a transcrição se torna mais uma fonte histórica passível de análise. Dessa maneira, é importante salientar que todos os relatos orais expostos neste texto, a exemplo do último transcrito do relato feito pela moradora Raimunda Sousa, devem ser lidos como documentos, nos quais pudemos identificar rastros de um passado recente que envolve a história do povoado Socopo e do crescimento urbano de Teresina.

Consideramos que “toda narrativa apresenta uma versão, um ponto de vista sobre algo” (AMADO, 1995, p.133), ou seja, que as narrativas elaboradas pelos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, foram todas elas entremeadas por um ponto de vista em comum: o reconhecimento

da EASAR como uma instituição cuja a influência e atuação social, política e econômica foram essenciais para o desenvolvimento do povoado Socopo, afinal, a instituição que disponibilizou não somente o serviço escolar, mas também água limpa, numa época em que os moradores não tinham esse serviço disponibilizado pelo poder público, deve mesmo se constituir como um *lugar de memória* da comunidade. Até porque, uma narrativa oral “depende de fatores pessoais e coletivos” (PORTELLI, 1993, p.43), posto que nenhum indivíduo relembra e reconstrói o passado de maneira isenta ao meio social em que estava inserido.

Foram os estudos do pesquisador Pierre Nora que nos permitiram dizer que a escola é lugar de memória, afinal, ao estabelecer o conhecido conceito de lugares de memória, como sendo lugares nos quais os indivíduos são capazes de distinguir “sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo” (NORA, 1984.p.14), o autor nos ajuda a pensar a respeito do valor que a EASAR apresenta à comunidade na qual foi instalada. Dessa forma, denominamo-la assim por percebê-la como um espaço onde a memória dos indivíduos que a frequentaram é por eles ainda salvaguardada nos dias atuais. A escola é *lugar de memória*, levando-se em consideração que os registros produzidos nos demonstraram que a escola é, “antes de tudo, restos” (NORA, 1984.p.12) de lembranças que ainda sobrevivem na consciência coletiva dos moradores, dos antigos estudantes e dos trabalhadores entrevistados.

Evocamos a contribuição dos estudos de Nora, pois consideramos, tal como Paul Ricœur discutiu em uma análise da famosa obra que inventou os “lugares de memória”, que no significado dessa expressão

repousa (...) os três sentidos da palavra (lugar): material, simbólico e funcional. O primeiro fixa os lugares de memória em realidades que consideraríamos inteiramente dadas e manejáveis; o segundo é obra de imaginação e garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; o terceiro leva ao ritual que, no entanto, a história tende a destituir, como se vê com os acontecimentos fundadores ou com os acontecimentos espetáculos, e com os lugares refúgios e outros santuários (RICCEUR, 2007, p.416).

Ou seja, a EASAR, ao longo de toda esta narrativa construída por meio das memórias de alguns sujeitos que nela vivenciaram diferentes experiências, se configura como lugar de memória por se apresentar, por meio das lembranças, imbuída dos três sentidos mencionados por Ricœur: o de espaço físico dado e localizável, o de “obra da imaginação”, que é capaz de despertar, nos sujeitos que rememoram, algumas lembranças em comum, ou seja, cristalizadas na memória dos indivíduos e o de lugar santuário, no sentido de ser vista/entendida, por muitos, enquanto um lugar que foi fundador de acontecimentos na história do bairro Socopo.

Outro exemplo de como esta escola pode ser reconhecida na comunidade como um lugar de memória se dá a partir das lembranças de Dona Teresinha da Silva Coutinho⁵⁷, quando conta que “faz 42 anos que cheguei aqui, aqui tudo era mato quando eu cheguei” (COUTINHO, 2015). Ela que morava no município vizinho de União, veio, acompanhada do seu esposo, morar na região do Socopo, porque ele queria ficar próximo de alguns dos seus familiares – pelos quais tomou conhecimento da EASAR –, que já viviam em Teresina, e para que os filhos tivessem uma melhor educação oportunizada pela escola instalada neste local.

Quando a moradora se refere a 42 anos que reside no bairro ela só estava contando a partir do momento em que foi residir em sua casa própria, porém antes disso, ela relatou que viveu por sete anos em um terreno cedido pelo proprietário da Sociedade Construtora do Poti. Em outra entrevista, realizada também para esta pesquisa, um dos filhos dessa moradora, o senhor Francisco Coutinho de Sousa⁵⁸, confirmou ter vindo morar na região do Socopo, com toda a sua família, por volta do ano de 1967 em busca de acesso à educação formal, ele disse:

Nasci em 22 de maio de 1962. Aí com cinco anos de idade, meu pai, por conta da dificuldade, vivia de roça, pensava na gente é, pelo menos é, pelos menos ter um pouco de leitura, naquele tempo o pessoal se preocupava que os filhos tivessem pelo menos um pouco de ensino, não era um estudo é, não sonhava em ser formado, mas pelo menos ter um, soubesse ler alguma coisa assim (COUTINHO, 2016).

Esta memória sugere que o interesse do pai do senhor Coutinho em migrar era, sobretudo, para modificar o destino da vida de toda a família, sobretudo das crianças que teriam, assim, o direito de ter acesso à educação. Como viviam no interior de União, município cuja distância do centro de Teresina estava em torno de 65 km, e de 49 km da região do povoado Socopo, esta mudança aproximaria a família da capital, bem como lhes oportunizaria o acesso a escola que o local já disponibilizava. Assim, a exemplo do que ocorreu com esta família, é possível relacionarmos as maiores transformações ocorridas no espaço pesquisado com o processo de migração interna que aconteceu no Piauí, durante as décadas de 1960 e 1970.

As peculiaridades da estrutura da produção rural⁵⁹ no Piauí e os atrativos das grandes cidades brasileiras nesses períodos levaram a um verdadeiro processo de transferência dos indivíduos que viviam nas áreas rurais do estado para as cidades⁶⁰, sobretudo, na própria capital

⁵⁷Teresinha da Silva Coutinho atualmente é aposentada, quando da realização da entrevista tinha 74 anos e trabalhou como costureira desde a sua vinda para a comunidade Socopo.

⁵⁸Francisco Coutinho de Sousa é proprietário de uma marcenaria no bairro Socopo, quando da realização da entrevista tinha 54 anos.

⁵⁹ Este assunto foi melhor explanado no tópico 1.2 do capítulo anterior.

⁶⁰ Entre as décadas de 1960 e 1970, assim como nas demais capitais brasileiras, Teresina foi bruscamente transformada em seu território, que se expandia, na oferta de serviços públicos, que aumentaram e se descentralizaram, e mesmo no modo e ritmo de vida das pessoas, que a partir de então, tornou-se cada vez mais regido pelo processo de modernização. Sobre as transformações sociais, econômicas e, sobretudo, políticas que a cidade vivenciou neste período de intenso fluxo migratório, indicamos a leitura da já consagrada obra da

do estado. Dona Teresinha e seu esposo, preocupados com a educação dos filhos, queriam ter a oportunidade de vê-los matriculados numa escola, dessa maneira foram atraídos a viver nas terras nomeadas Socopo. Ainda que eles não tenham migrado para o núcleo urbano de Teresina, estabelecer moradia no povoado Socopo trazia, então, a expectativa de mudar de vida, pois “o migrante piauiense, nas áreas urbanas e rurais do Estado do Piauí, está(va) incorporado à ‘força de trabalho de reserva’. A maioria deles vive(ia) da esperança de um emprego estável e da eventual proteção da legislação trabalhista brasileira” (BACELAR; LIMA, 1990. p.29).

A entrada de tantos indivíduos na capital oportunizou um crescimento espacial durante as duas décadas apresentadas, mas, por conseguinte, também causou o agravamento das contradições sociais dentro das áreas urbanas da capital, assim como nas áreas rurais do município, o exemplo do povoado Socopo, dá luz para compreendermos como os contrastes sociais balizaram esse período da história da capital. A própria escolha dos jesuítas em construir uma escola na localidade, que atendesse as crianças e jovens carentes que viviam próximo ao povoado, já demonstra que haviam demanda para que entrasse em cena no local a atuação de uma Igreja renovada, destinada aos pobres.

No entanto, a atuação da ordem católica no povoado Socopo, retomada nas memórias dos entrevistados, esteve além do campo educacional. A senhora Teresinha e seu filho Francisco Coutinho foram enfáticos ao recordar e pontuar em seus discursos como os jesuítas, administradores da escola, teriam sido responsáveis por uma mudança fundamental para toda a sua família. A senhora Teresinha, ao narrar as motivações da família para migrar, reforça:

Porque meu marido dizia, porque ele dizia que queria vir pra perto das gentes dele, que a gente dele era aqui na Teresina e na Cajaíba, queria vir pra gente ficar perto deles, aí tinha um colégio perto e aí já tinha três meninos e aí queria botar no colégio (COUTINHO, 2015).

Ou seja, havia pelo menos por parte do seu marido, uma vontade de morar próximo aos seus familiares, mas também o interesse pela escolarização dos três filhos, assim sendo, o seu filho Francisco Coutinho confirmou esta ideia:

Aí nós viemos de lá, em 67, eu já tinha cinco anos de idade, meu pai veio para cá, pra, nesse tempo Teresina era pequena, então Socopo seria uma zona rural, era aqui mesmo onde nós chegamos, aqui não tinha loteamento, não tinha nada, nós fomos ser agregado do latifundiário, que seria o Dr. João de Deus Fonseca, em 67(COUTINHO, 2016).

historiografia piauiense, produzida pela historiadora Claudia Cristina da Silva Fontineles, **O recinto do Elogio e da Crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí (FONTINELES, 2015). Já sobre as transformações espaciais indicamos a dissertação **A Evolução Urbana de Teresina**: agentes, processos e formas espaciais da cidade, defendida pelo geógrafo Antonio Cardoso Façanha (FAÇANHA, 1998). Contudo, abordaremos com mais detalhes as transformações no desenho urbano da cidade no capítulo seguinte deste texto.

As seleções das datas, como já mencionado, foram feitas a partir das escolhas das memórias de cada entrevistado, e a escolha inicial de Dona Teresinha, foi de dar destaque somente ao período em que já residia em casa própria. Isso talvez indique que essa moradora só passou a se considerar residindo no povoado a partir do momento em que passou a morar num espaço próprio, indicando o significado que essa conquista teve em sua vida. Em sua forma de contar sobre sua própria história, e como esta conquista se relaciona com a presença jesuíta no local, mostrando-os diretamente vinculados à transformação da história de vida dessa família. O senhor Coutinho narra como teria ocorrido este acontecimento:

A minha mãe, o sonho dela era de ter um o lote, um terreno para ela morar com a família, morando agregado do João de Deus. E ela criou um laço de amizade muito grande aqui no colégio né, com a direção, com os superiores aí do colégio jesuíta né, porque esse colégio aí é jesuíta né. Aí ela falava muito para um senhor chamado Irmão Mantieiro, que o sonho dela era, porque meu pai já trabalhava aí no colégio né, e ela tinha aquele contato né, sei lá, conversando, se encontrando, nas missas, nas reuniões de família, aí ela falou que tinha vontade de comprar, de ter um lugar para morar (COUTINHO, 2016).

Este relato permite notar a relação desses moradores com os padres e outros integrantes jesuítas que dirigiam a escola, evidenciando um convívio próximo, em que os religiosos ministravam missas e/ou encontros religiosos na comunidade, onde se reuniam com as famílias, demonstrando serem solícitos e envolvidos com o bem-estar desses moradores. Francisco Coutinho continuou explicando essa relação e destacando a importância de um desses jesuítas, o Ir. Mantieiro⁶¹, para o ocorrido:

Aí ele mandou ela procurar o Doutor João, se ele não tinha algum terreno para vender, que o colégio comprava e cedia para ela ir pagando aos poucos, descontando na folha de pagamento do esposo dela, isso em 1972, mais ou menos. Aí foi um pouco dificultoso. Aí um dia o Irmão Mantieiro, que era o diretor chefe daqui do colégio, se encontrou com o Doutor João. Doutor João já tinha, isso Doutor João já tinha cedido o terreno aqui do Santo Afonso, o Doutor João doou para os jesuítas, isso lá em 1958. Aí o Doutor João, o Ir. Mantieiro, conversando com o Dr. João, tocaram no assunto de comprar uma quantia de terra e dividir com os funcionários que trabalhavam nos serviços gerais, serviço grosseiro aqui do colégio, para morarem próximo daqui do colégio. Aí eles chegaram a essa conclusão de comprar essa tira de terra, que ela dá mais ou menos um 700m por 50m de largura, e dividiram em lote para os funcionários, aí a mamãe, ele cedeu dois lotes para minha mãe pagar descontando em folha de pagamento e com isso ele disse que se ela quisesse, ele construa uma casa para ela aqui, e construiu essa casa e foi descontando em pagamento, até quando terminou, aí isso foi em 1972. Em 1973 nós nos mudamos pra cá (COUTINHO, 2016).

⁶¹ Jesuíta italiano, que era o responsável pela administração dos bens e por todas as atividades exercidas na escola durante o recorte de tempo escolhido na pesquisa.

Através desse relato, podemos verificar muitas informações, primeiro a sugestão de que o terreno dos jesuítas no Socopo fora uma doação do empresário João de Deus Fonseca (que interesse teria o mesmo em realizar tal doação?), segundo, que foi a partir da compra efetivada pelo jesuíta Irmão Mantieiro de lotes de terra que se iniciou o processo de ocupação da chamada ‘Primeira rua’ da comunidade, que se formou nos arredores da escola e que hoje é o local mais habitado do atual bairro Socopo (ver Figura 4), na qual os primeiros moradores a ocupá-la foram os membros da família de Dona Teresinha Coutinho. A rua ficou conhecida como “Primeira-rua”, porque fora a primeira a ser construída na comunidade, e, portanto, a primeira a abrigar um conjunto de famílias, que assim como a família de Dona Teresina, também adquiriram os lotes de terras por intermédio do jesuíta Ir. Montieiro.

Fotografia 12 – Irmão Afonso Montieiro e um funcionário da escola⁶².



Fonte: Acervo particular da professora Conceição Rodriguez⁶³.

Na escola, o Irmão Afonso Montieiro era uma espécie de administrador, responsável pelos serviços extra-curriculares, como por exemplo, uma granja e algumas plantações, e pelo

⁶² A esquerda o Ir. Afonso Montieiro e a direita o Senhor Caetano, funcionário da escola, foram fotografados em uma das plantações cultivada na escola na década de 1970.

⁶³ Professora da instituição desde 1970, atuou também como Pastoralista, função na qual exercia conversas e orientações educacionais e religiosas com os estudantes da instituição. Atualmente é aposentada. Nos concedeu todas as fotografias do colégio e dos estudantes que foram ou ainda serão expostas neste texto quando ainda trabalhava na instituição, durante o ano de 2015.

trato com as famílias, como reitera o relato de Francisco Coutinho. Talvez, devido a sua proximidade com a população do local, e sobretudo pela ação de vender terrenos para os funcionários da escola, ele tenha permanecido “vivo” na memória dos sujeitos entrevistados.

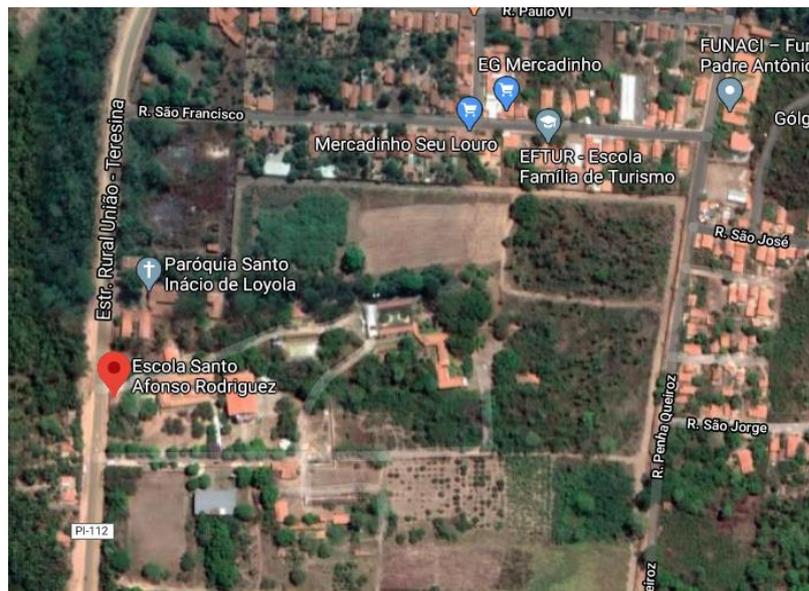
Como dissemos logo na abertura do segundo capítulo deste texto, a cada nova rua que se abre, muitos sonhos e histórias são iniciados junto com ela. Naquele momento fazíamos referência às primeiras ruas abertas na cidade de Teresina, agora, pontuamos o mesmo só que em relação à “primeira rua” aberta nos arredores da Escola Santo Afonso Rodrigues. Por isso, seguindo o ensinamento de Michel de Certeau e Luce Giard, afirmamos: “é preciso despertar as histórias que dormem nas ruas, que jazem de vez em quando num simples nome” (CERTEAU, GIARD, 1997, p.201). E completamos, é preciso e possível, numa pesquisa como esta, narrativizarmos o habitar, os lugares, os moradores, enfim, as obras que esses sujeitos realizaram no pedaço da cidade em que vivem. Francisco Coutinho tornou isso possível para nós, ao contarmo-nos sobre a história de “abertura” dessa “primeira rua”.

Primeiro, quando foi pra ter uma rua aqui, meu pai pegou uma foice e abriu, fez um caminho aqui, uma vereda, pra lá. Aí pegou um pauzinho véi, pegou uma tábua e botou o nome Rua São Francisco. Lá na entrada[...] Papai é muito devoto de São Francisco. Tudo dele é com São Francisco pelo meio, então ele fez uma foice e fez a vereda aqui, um caminhozinho, tirou um rumo daqui pra acolá. Aí pegou e botou a estacazinha e escreveu “rua São Francisco”. A aí eu disse: “Quando é que isso aqui vai ser rua?”. Em 1973. Aí as vezes eu fico me lembrando disso, eu digo, rapaz, quando eu vi isso aqui só o caminho e hoje aqui é asfalto (COUTINHO, 2016).

A partir da iniciativa de Dona Teresinha e do Ir. Mantieiro, que comprou lotes de terra para vender para os funcionários da escola, a família Coutinho pôde ir residir num deste lotes, então, o patriarca da família teve a iniciativa de abrir a rua que daria acesso à sua residência própria e a de outros moradores que trabalhavam na escola ou mesmo daqueles que viviam como sitiantes na região, os quais também tiveram como adquirir um dos lotes postos à venda e passaram a residir em terreno próprio em frente a Rua São Francisco. Isso iniciou a organização destas famílias de trabalhadores da escola aos arredores da instituição, o que foi uma conquista de fundamental importância para essas e outras famílias, que a partir de então, puderam pela primeira vez na vida, ter a oportunidade de se tornarem proprietários de suas residências.

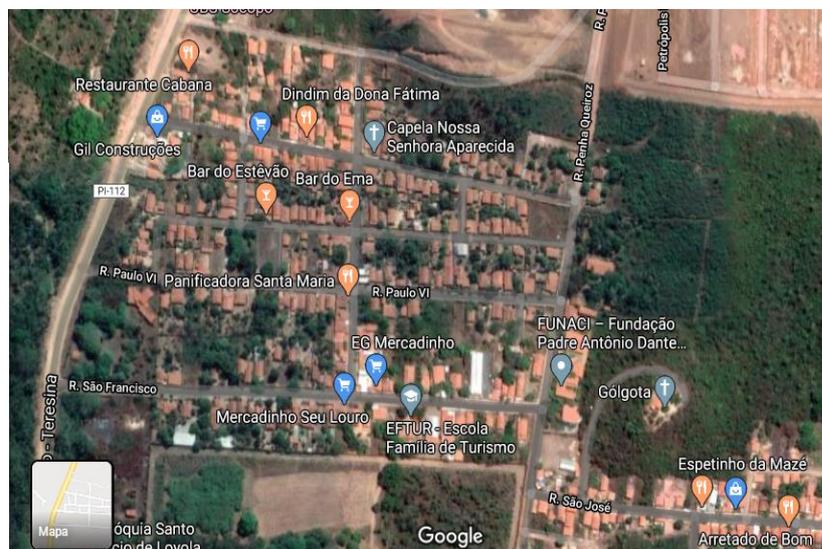
Atualmente, o espaço mais ocupado e povoado de todo o bairro Socopo corresponde à este local que se iniciou às margens do colégio jesuíta. Como é possível identificar nas duas seguintes imagens:

Figura 4 - Visão Panorâmica das instalações atuais da EASAR.



Fonte: Google Earth. EASAR, em 27/02/2020

Figura 5 - Visão panorâmica da comunidade do bairro Socopo que se formou às margens da EASAR.



Fonte: Google Earth. Socopo, em 27/02/2020

Portanto, um dos fatores preponderantes que exemplifica a influente atuação desta escola no povoado Socopo diz respeito ao fato de esta ter comprado um grande terreno, às margens dos limites do terreno da própria escola, para lotear e vender para alguns de seus funcionários mais humildes, ou mesmo para outras famílias que já residiam ali próximo e não tinham terreno ou casa própria para morar, oportunizando que estas famílias pudessem ter acesso a uma moradia própria, não necessitando mais viver como sitiante em terras de

latifundiários da região. A primeira rua ocupada desse povoado que se construiria ao redor da EASAR foi nomeada São Francisco, como ressaltou o relato da entrevista concedida pelo senhor Coutinho. A casa que ele menciona pode ser localizada na figura 4, como a primeira construída no lado direito da rua.

Enfim, ao visualizar a atual configuração da região, esperamos que o leitor tenha uma melhor compreensão da narrativa, lhe possibilitando imaginar até que ponto a mata virgem encontrada pelos moradores assim que chegaram à localidade foi sendo transformada tanto pelos interesses do empresário da Sociedade Construtora do Poti, quanto pela intervenção da EASAR. Fica assim estabelecido que, no caso em análise, tanto os empresários imobiliários quanto a Igreja, representada pela ordem dos Jesuítas, foram agentes transformadores e criadores de novas paisagens urbanas em Teresina.

Entretanto, narrar apenas sobre a instalação da EASAR no Socopo não é o suficiente para respondermos aos questionamentos dessa pesquisa. Sendo nossa finalidade conhecer as diversas práticas exercidas pelos jesuítas na localidade, que tenham interferido na composição da vida dos sujeitos que ali residiam desde os anos 1960, nada mais oportuno do que distinguir a fundo outras práticas desenvolvidas na EASAR ao longo das duas primeiras décadas de funcionamento.

3.3 Ao lado da nossa casa tinha uma escola: lembranças de moradores e ex-estudantes da EASAR na década de 1970

Antes de qualquer outra informação, é importante destacarmos que a oferta por educação, desde a sua fundação no século XIX, esteve entre os principais atrativos que Teresina apresentava aos migrantes. Em 1969, de acordo com as pesquisas desenvolvidas para a construção do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI) (TERESINA, 1969), a capital contava com 64% da sua população constituída por analfabetos, sendo este cálculo construído numa amostragem total de 205.000 habitantes, deste todo 160.011 (78,2%) residiam na área urbana e 45.990 (21,8%) na área rural. O Plano informava também que das 38.869 crianças entre 7 e 14 anos, 69% frequentavam escolas, sendo que as crianças residentes da zona urbana correspondiam a um número três vezes maior em relação às crianças da zona rural. Esses dados, portanto, indicam que estudar neste período, ainda se constituía como um privilégio para poucos. A situação ficava ainda mais agravada para aqueles que viviam na zona rural do município, levando-se em consideração que a maior parte das escolas se localizavam no núcleo urbano da capital.

Estes dados nos permitem ainda considerar que mesmo a população urbana, que era a maioria no município, tinha um acesso restrito a uma educação gratuita entre os anos 1960 e 1970 e, que, portanto, os serviços oferecidos pela EASAR ao atuar em comunidade pertencente à área rural de Teresina oportunizava aos moradores da comunidade Socopo usufruir dos serviços da escola, que ficassem de fora da porcentagem apresentada.

Dessa maneira, nosso intento, com este tópico, é compreender alguns aspectos das práticas realizadas pelos missionários jesuítas na EASAR, e, diante disso, também identificar quais seriam as finalidades em realizá-las, ou seja, sem identificá-los em suas personalidades, a nossa intenção é ir de encontro à realidade social vivenciada pelos inicianos e pela comunidade atendida na escola, de maneira que sejam elucidadas algumas particularidades do ambiente sociocultural em que estavam inseridos. Em virtude disso, adotaremos o conceito de cultura escolar, desenvolvido por Dominique Julia, o qual informa que

(...) cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas à finalidade que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10)

Dado o exposto, escolhemos abordar dois aspectos da cultura escolar referentes à EASAR, a citar: a sua aproximação com a cultura religiosa e política da época e as condutas comportamentais ensinadas. Em detrimento ao conhecimento prático ministrado, a análise deste último aspecto fugiria ao tema desse escrito, afinal, nossos objetivos se direcionam às ações jesuítas que tiveram ressonância na história da ocupação do bairro Socopo e não, às práticas pedagógicas desenvolvidas na instituição.

De fato, durante os anos 1970, com a escola em pleno funcionamento, várias foram as crianças que tiveram seus projetos de vida atrelados ao projeto educacional ofertado pela EASAR. Enquanto uma instituição escolar oficial de Teresina, a escola deveria cumprir com todas as regularizações impostas às escolas naquele período. Dessa forma, algumas transformações ocorreram naquela instituição com a chegada da nova década. Se até então, a instituição apenas tinha em funcionamento poucas turmas do antigo ensino primário, este cenário fora alterado. Acreditamos que tais mudanças ocorridas na escola, sejam explicadas, sobretudo, porque foi nos primeiros anos desta década que o governo federal implementou uma reforma educacional. Esta reforma, sancionada pela Lei nº 5.692 em 11 de agosto de 1971, informava em seu Art 3º o seguinte: “Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser

adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados, por uma base comum e, na mesma localidade” (BRASIL,1971). A EASAR, não tardou para implantar em suas instalações cursos profissionalizantes, que se configuravam como uma matéria de estudo integrado, tal como propunha a nova lei. A partir de então, a escola passou a ofertar também cursos profissionalizantes aos estudantes que estivessem cursando da quinta série do 1º grau em diante. Uma dessas atividades, que marcou diretamente a vida do entrevistado Francisco Coutinho, foi a implantação da oficina de marcenaria, afinal atualmente ele trabalha neste ramo para prover o sustento da sua família. Sobre esse período, ele lembrou com certa nostalgia:

Era o seguinte, a gente estudava de manhã, aí você sabe, aluno na sala era homem e mulher, nos cursos de marcenaria, tinha a área de marcenaria que era para um lado, tinha a área de corte e costura que era em outros lugares, então a gente só se encontra na hora do lanche e meio dia para o almoço. [...] rapaz aí era a minha infância, minha infância no Santo Afonso, a gente passava o dia, aí, o dia pra gente era pequeno, a gente achava pequeno o tempo, porque a gente achava aquilo ali como uma coisa que, sei lá, muito gostoso, você estudava de manhã, você jogava futebol ou qualquer outro tipo de diversão (COUTINHO, 2016).

As aulas dos cursos mencionadas no relato eram ofertadas no contraturno das aulas normais. Dessa maneira, os estudantes tinham na sua rotina as atividades de aulas do currículo regular e as chamadas “escolas oficinas”, o que levava a escola a adotar o regime de semi-internato. No entanto, para o Senhor Francisco isto não tornava o dia a dia na escola enfadonho ou cansativo, como comumente se verifica no imaginário construído sobre escolas de internato e semi internato. De acordo com o entrevistado, estar na escola durante as aulas de oficinas configurava momentos alegres e divertidos, dos quais ele lembra com saudade.

Fotografia 13 - Estudantes e um orientador durante as aulas de horticultura oferecidas nas aulas-oficinas da EASAR.

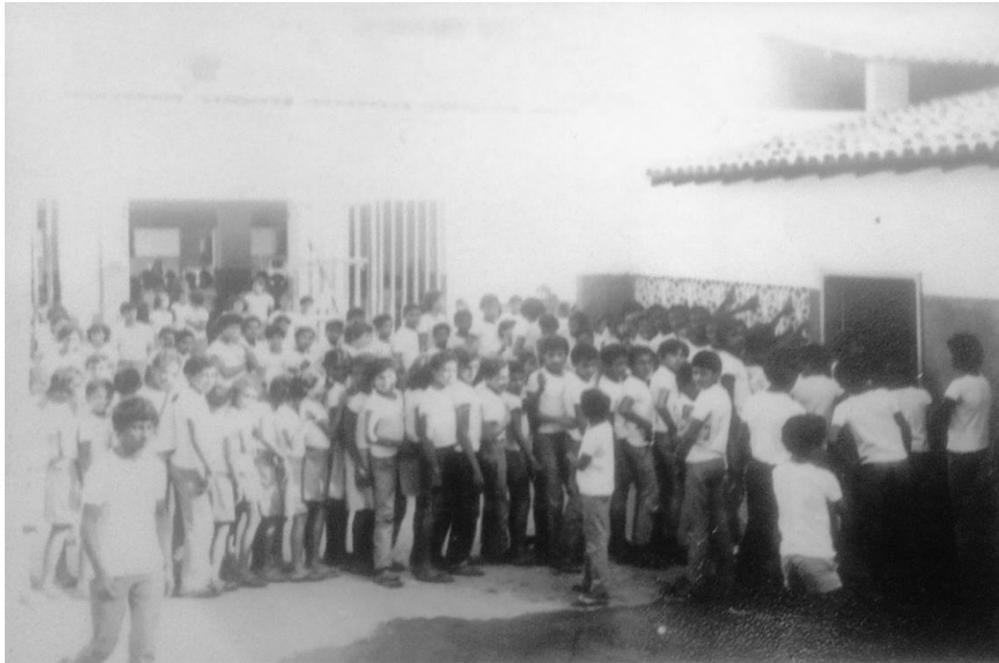


Fonte: Acervo particular da Prof.^a Conceição Rodrigues.

Durante o tempo que ficavam na escola, os estudantes, oriundos de famílias carentes, recebiam lanche e almoço para permanecer na instituição durante o dia todo, não precisando retornar às suas casas. Outra fotografia⁶⁴ retirada do acervo particular da professora da instituição, Conceição Rodrigues, registra a presença desses estudantes no local em que recebiam os alimentos.

⁶⁴ De acordo com as anotações encontradas nos versos das fotografias cedidas gentilmente pela professora Conceição Rodrigues, todas as fotografias apresentadas neste capítulo foram clicadas na década de 1970, portanto, retratam o cenário escolar no período que estamos tratando neste momento da narrativa.

Fotografia 14 - Estudantes em fila para receberem o lanche na merendeira da escola.



Fonte: Acervo da professora Conceição Rodriguez.

Possivelmente, grande parte das crianças que tiveram suas imagens capturadas neste registro passavam o dia na escola desenvolvendo atividades, tanto no trato com hortaliças, quanto nos cursos das escolas oficinas (serigrafia, marcenaria, horticultura, serralharia e bordado). A maioria destas crianças eram oriundas de famílias pobres da região, cujos pais trabalhavam no cultivo de roça e na criação de animais. Participar destas atividades constituía possibilidade de aprenderem um ofício, que poderiam executar junto aos seus pais lavradores ou em novos rumos, como é o caso da carpintaria e da marcenaria. Entretanto, não podemos esquecer que a escola não estava apenas em sintonia com as possíveis necessidades de formação profissional dos jovens que residiam no Socopo e nos povoados vizinhos a este, a efetivação desses cursos demonstra também uma adequação da escola à lei nacional que regia a educação no período.

Por outro lado, o que se verifica em todas as escolas jesuítas ao longo de suas histórias, é que elas têm seus próprios princípios e finalidades bem definidos a se alcançar. Com a EASAR não seria diferente. O seu funcionamento se baseava em muitos dos modos tradicionais da educação jesuíta, a partir do qual, ainda segundo Dominique Julia, a ordem entende que todo colégio jesuíta

não é somente um lugar de aprendizagem de saberes, mas é, ao mesmo tempo lugar de inculcação de comportamentos e de *habitus* que exige uma ciência de governo transcendendo e dirigindo, segundo sua própria finalidade, tanto a formação cristã

como as aprendizagens disciplinares, por isso (...) a necessidade de munir-se de um conhecimento psicológico sobre as crianças extremamente detalhado para reconhecer não somente o nível intelectual em que se encontra cada uma delas, mas também a sua natureza, a fim de saber como agir apropriadamente sobre cada uma. (JULIA, 2001, p. 22)

Provada efetividade dessa incorporação de comportamentos e valores se verifica na opinião de algumas famílias atendidas na escola, desde sua implantação até os dias de hoje (informamos isso porque verificamos que ainda hoje a mesma opinião permanece entre os muitos moradores do Socopo a respeito da escola). A moradora Teresinha da Silva Coutinho destaca que o acesso aos cursos oferecidos na escola eram uma oportunidade dada por Deus, por intermédio dos jesuítas, e não deveria ser desperdiçada.

Graças a Deus que os meninos eram interessados, porque aqui teve gente que não deixou os filhos, porque disse que não ganhava nada. Eu disse desse jeito: “Não, meus filhos é pra você aprender, só vai sair quando quiser sair, ou quando botarem para fora, mas é pra aprender, porque do quê que a gente vai viver? Não dá pra viver porque não tem um pai... não dá quase nada na roça, então tem que aprender mesmo e aí que é pra fazer as coisas, pra depois ficar trabalhando, porque serviço de carpinteiro nunca falta, num é?” (COUTINHO, 2015).

Como dito, nem todas as crianças que estudavam na escola puderam participar destas oficinas, algumas delas não tiveram a oportunidade porque os próprios pais não aceitavam que elas passassem o dia inteiro na escola, em regime de semi-internato. Portanto, não eram atividades obrigatórias, participavam apenas aqueles que as consideravam relevantes ou aqueles para os quais eram possíveis. Outros estudantes não participavam, porque precisavam ajudar no serviço de casa, isto acontecia, sobretudo, com as meninas, que muitas vezes, não eram liberadas pela família para participarem dos cursos de corte, costura e bordado ofertados para elas. Uma ex-estudante da escola, Vilani de Sousa Mota, fala sobre o motivo de ela não ter podido participar dessas atividades:

A única coisa que eu me lembro que não consegui participar na Escola Santo Afonso Rodriguez foi dos cursos, cursos que tinha lá, não é nem técnico, era curso de costura, crochê, serralharia, marcenaria. Ele oferecia tanto curso para homens quanto pra mulher né, pra adolescentes, e eu nunca participei. A única coisa do Santo Afonso que eu lembrei que eu não participei foi desses cursos que tinha.[...] Como a minha mãe, só morava eu e minha mãe e meus irmãos, e a minha mãe trabalhava, nem sempre tinha alguém pra ficar com meus irmãos, meus irmãos eram menores e eu a mais velha, então eu tinha que ficar. Como eu estudava a tarde, quando iniciou os cursos, eu tava estudando À tarde, foi da 5ª à 8ª série e os meus irmãos estudavam pela manhã, aí eu tinha que deixá-los, pegá-los e ainda ficava em casa fazendo o almoço, e como os cursos eram ofertados todos pela manhã, não tive como frequentá-los (MOTA, 2016)⁶⁵.

⁶⁵ Vilani de Sousa Mota viveu toda a sua vida no bairro Socopo, filha de migrante que veio residir na região em 1970, foi estudante da escola do pré-escolar a antiga 8ª série, tendo frequentado a escola entre os anos de 1979 e

Não frequentar esses cursos, muitas vezes não se tratava de uma escolha, na fala da antiga aluna, podemos verificar a sua ênfase em ressaltar que esta foi a única atividade que não pôde participar na escola, porque ela deveria cumprir com os deveres do lar, por ser a filha mais velha e ter que cuidar dos irmãos mais novos, enquanto sua mãe, solteira, tinha que trabalhar fora para sustentar a família. Essa moradora continuou explicando como se dava o funcionamento destes cursos na escola: “Por o colégio Santo Afonso ter uma área muito grande, então eles fizeram novas salas, justamente para esses cursos. Chamava-se as oficinas, era o termo que nós chamávamos o local lá de fazer isso, eram as oficinas” (MOTA, 2016). Ou seja, os cursos eram ofertados no turno da manhã, em um espaço que fora construído para abrigar as máquinas que seriam utilizadas nas aulas, tanto as de serigrafia, que ela não pôde participar, quanto as máquinas utilizadas no curso de carpintaria, marcenaria e serralharia, que ocorriam num espaço denominado de Oficinas.

Fotografia 15 - Um dos galpões construídos para sediar as aulas oficinas de serralharia e marcenaria.



Fonte: Acervo da professora Conceição Rodriguez.

Fotografia 16 - Alunas da EASAR durante aula de corte e costura.



Fonte: Acervo da professora Conceição Rodríguez.

A ex-estudante Vilani Mota, relembra também, talvez por não ter tido vínculo com as atividades exercidas nas oficinas, de outras práticas comuns da escola no período:

Da 5^a a 8^a série eu lembro mais das festividades que eu participava, das quadrilhas que todo ano tinha, tinha quadrilha de todas as séries, tinha um dia só que eles tiravam para nós apresentarmos para eles e para comunidade. E lembro de festival de canção, que nós tínhamos, que nós os alunos que participávamos. Tinha uma rapaz chamado Luizinho, que ele começou a trabalhar lá e nos incentivou, fazia esses festivais de canção para gente. (...) Era assim, nós mesmos fazíamos a autoria de nossas músicas e íamos apresentar, tinha um ou dois dias para apresentar tanto para escola toda, como para a comunidade e as vizinhas próximas. Era 7h da noite que iniciava e ia mais ou menos até 9h da noite, era um evento muito grande e muito bom. Ele formava a banda, nós ensaiávamos bem antes, né, tinha o salão paroquial que a gente passava bem um mês ensaiando com eles lá na banda e tinha os dias da apresentação e as quadrilhas era do mesmo jeito. Teve anos que era assim, três dias seguidos, lá tinha um campo de futebol muito grande e uma quadra esportiva que lá reunia as comunidades, não era nem só a comunidade Socopo, era as comunidades próximas, tínhamos Soinho, Morros, Pedra Mole. Todos os pais, parentes e amigos participavam dessas festividades. (...) Todos das comunidades participavam, era o nosso lazer, era o lazer das comunidades próximas da Socopo, eram esses eventos da Escola Santo Afonso. (MOTA, 2016)

No geral, os sujeitos entrevistados recordaram, como foi o caso de Vilani Mota, muito mais das atividades extracurriculares desenvolvidas no interior da Escola, pois estas se configuravam para eles, muitas vezes como as poucas oportunidades de lazer e de entretenimento. Como viviam longe do centro da cidade, grande parte das práticas culturais que puderam vivenciar na infância e adolescência se resumiam às festividades inseridas no

calendário da escola. Como disposto na memória citada, as festas juninas eram comemoradas com a dança tradicional de quadrilhas e, por muitos anos, ocorreram também festivais de canção que eram organizados por um professor leigo da escola, que de acordo com Vilani, incentivava os estudantes da escola à produzirem suas próprias músicas, a ensaiá-las e divulgá-las à comunidade escolar.

Já para a ex-estudante Francisca Maria do Nascimento⁶⁶, que participou da oficina de corte, costura e bordado, oficina direcionada apenas para o público feminino, as memórias que nos reapresentou dizem respeito a outra prática realizada na e pela escola, que se vinculava à comunidade Socopo, no caso, a venda dos melhores produtos confeccionados, bem como dos hortifrutos produzidos.

Tinha as meninas que já sabiam fazer mesmo, que já faziam já as coisas já por encomenda, entendeu? Aquelas que iam se destacando, tanto na costura, quanto no bordado, e aí eles iam até vendendo, botavam nessas feirinhas, as meninas iam pras feirinhas. [...] Aqui [em casa] tinham umas portas, antigamente, que foram feitas lá, que um dos meninos daqui estudava lá na marcenaria, o Chico, e as portas foram feitas, daqui de casa, foram feitas lá, as primeiras portas daqui foram feitas lá. [...] Era vendido mais barato, eles faziam e a comunidade mesmo comprova, as verduras também eram vendidas, os meninos plantavam feijão também, vendiam para comunidade, era assim (NASCIMENTO, 2016).

Novamente, a escola aparece vinculada diretamente ao cotidiano dos moradores do bairro, à comunidade eram oferecidos os produtos feitos na escola. A família da ex-estudante foi uma das beneficiadas com lotes de terra que foram vendidos pela escola para alguns dos sítios daquela região e para funcionários da escola, como a sua mãe já falecida, Elvira Nascimento⁶⁷, também trabalhava instituição, como funcionária da limpeza, ela também foi uma das pessoas que financiou um lote de terra próprio para morar, sendo que, como relatado na memória de Francisca, até algumas portas da casa construída naquele terreno foram edificadas por um de seus irmãos, durante o curso de marcenaria que este frequentava na Escola Santo Afonso Rodriguez.

Outra particularidade que pudemos observar a respeito da atuação da EASAR na comunidade Socopo foi informada na memória da moradora Catarina Vitória de Sousa⁶⁸. A

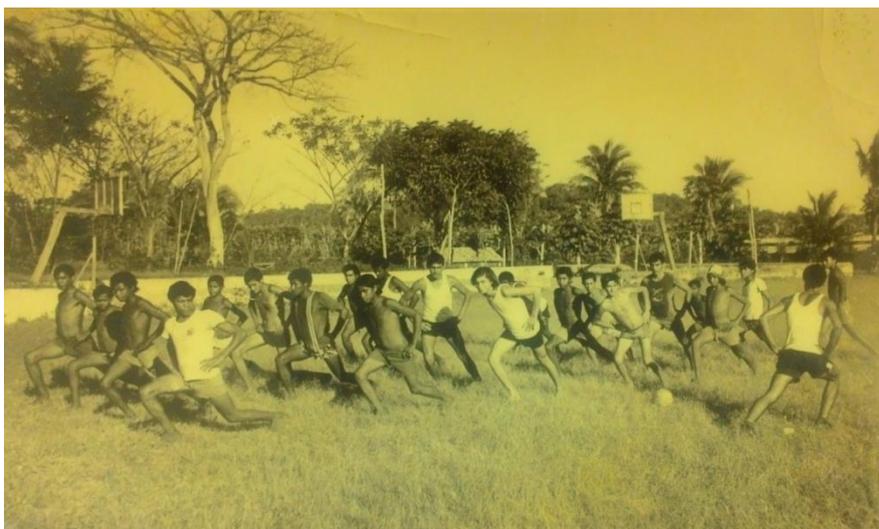
⁶⁶ Francisca Maria do Nascimento lembra que reside no bairro desde sua infância, atualmente trabalha como auxiliar de administração em uma faculdade particular de Teresina, quando a entrevista foi realizada possuía 51 anos de idade. A entrevista realizada foi do tipo história de vida, e ocorreu no dia 25 de junho de 2016.

⁶⁷ Elvira Nascimento, falecida, trabalhou como secretária na Escola Santo Afonso Rodriguez entre meados dos anos 1970 até finais dos anos 1980. Sua família foi uma das que adquiriu um lote de terra por intermédio da venda realizada pela escola.

⁶⁸ Catarina Vitória de Sousa, nasceu em 17 de setembro de 1951 no município de José de Freitas (PI). Ao migrar para Teresina para concluir os estudos iniciados na fazenda onde morava no município de Barras, por volta do final da década de 1960, estudou no colégio do 25º BC. Tendo parado de estudar ao engravidar da sua primeira

moradora que diz residir no bairro desde 1974 explicou que, ao adquirir um lote de terra no outro lado da rua São Francisco, oposto aos terrenos que foram vendidos por intermédio da Escola Santo Afonso, passou a morar com mais cinco irmãos na localidade, e que enquanto ela, a mais velha dentre os cinco irmãos, trabalhava, seus irmãos que a época já estavam prestes a completar a maioridade, ainda puderam frequentar as salas de aula da EASAR. Isto informa que a escola, na década de 1970, recebia um público que não necessariamente estava na faixa etária adequada para estudarem no nível mais básico da educação daquele período⁶⁹. A seguinte fotografia nos permite visualizar algo que possivelmente comprove as lembranças da Senhora Catarina Vitória, pois é possível observarmos que alguns dos estudantes do sexo masculino que estavam se alongando durante uma aula de educação física oferecida na escola, já aparentam estar numa fase mais avançada da juventude.

Fotografia 17 - Estudantes se alongando durante uma aula de Educação Física na EASAR.



Fonte: Acervo da professora Conceição Rodriguez.

Todas as fotografias analisadas até o presente momento e as memórias transcritas, nos permitiram “conhecer” algumas das dependências que constituíam a grande estrutura montada

filha, ganhou de presente do seu pai, Luis Vitória, um terreno sitiado no povoado Socopo, no qual passou a residir desde o ano de 1974. Trabalhou como empregada Doméstica na residência do Senhor João de Deus Fonseca Filho e, após este emprego, se empregou como funcionária da cantina do Colégio Lerote, também de propriedade da família Fonseca. Atualmente é aposentada e ainda reside no mesmo terreno comprado pelo seu pai no atual bairro Socopo. Nos concedeu entrevista, do tipo história de vida, no dia 29 de junho de 2019.

⁶⁹ No espaço de tempo entre a fundação da EASAR, em 1964, e a década de 1970, em análise neste texto, a escola teve que se adaptar às diretrizes, primeiro, da Lei nº 4024/61, e, segundo da lei nº 5.692/71. De acordo com a primeira lei, a estrutura do ensino básico se organizava nas seguintes etapas: Ensino Primário (4 anos letivos), Ensino Ginásial (4 anos letivos) e Ensino Colegial (3 Anos letivos). Já a segunda lei mencionada, se organizava em: Ensino do 1ª Grau (8 anos letivos) e Ensino do 2º Grau (3 ou 4 anos letivos). Em ambas, a idade mínima para se começar os estudos era de 7 anos, portanto, seria correto que uma criança/adolescente concluísse o ensino de primeiro de Grau com no máximo 15 anos, se não houvesse reprovado em nenhum período letivo.

e financiada pelos jesuítas no povoado Socopo desde a década de 1960 quando a escola Santo Afonso foi inaugurada. Nelas foi possível visualizar áreas verdes que foram sendo ocupadas para a realização do plantio de hortas, os galpões onde foram sediadas as oficinas e até mesmo um campo de futebol, meio improvisado, e uma quadra para prática de outros esportes logo atrás desse campo. Numa nítida demonstração de que a escola ofereceu àquela comunidade diversas atividades que oportunizaram formação profissional e também vivências de lazer.

As lembranças dos estudantes e moradores também evidenciaram que na referida instituição, um padre jesuíta era enviado pela Província do Nordeste para assumir o cargo de diretor de tempos em tempos. O que também é uma ação comum realizada entre os jesuítas, que, desde os primórdios da ordem, considera salutar para o funcionamento da mesma que haja a circulação de padres e irmãos de região em região (JULIA, 2001). É viva a lembrança entre os estudantes que “todo dia pela manhã o Padre tava lá para fazer a oração com a gente, por que antes de começar as aulas, todo dia dia tinha uma oração e o hasteamento da bandeira, naquela época era todo dia” (MOTA, 2016).

Especialmente nos primeiros vinte anos da instituição, foi possível verificarmos um aumento dos serviços prestados à comunidade como um todo com a mudança dos padres que assumiam a direção da escola, não ficando restrito apenas às aulas e oficinas que a escola ministrava. Isso porque a escola nos disponibilizou um documento fotocopiado no qual havia o registro de um quadro contendo informações a respeito dos padres diretores que passaram pela instituição até o ano de 2015 (ano em que tivemos acesso à referida fonte) e às principais obras que foram realizadas durante as suas respectivas diretorias.

Quadro 2 - Relação dos Padres diretores da escola e suas principais ações.

DIRETORES	PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS
Pe. Antônio Dante Civieiro (1963-1967)	Fundador da escola, construção da Casa de Retiros
Pe. Moisés Fumalli (1967-1969)	Trouxe para direção pedagógica a professora Elizabeth Gomes Almeida
Pe. José Bulfoni (1970-1975)	Iniciou a primeira turma de 5ª série do ginásio e os cursos profissionalizantes.
Pe. Luciano Ciman (1976-1979)	Construção da pré-escola (creche), do Prédio Moscou e da Casa Porciúncula.
Pe. Ilário Govoni (1980-1984)	Fundou outras escolas isoladas em povoados próximos, no Soinho (turmas de 1ª série), em

	Montes Carlos (turmas de 1ª a 4ª série) e no Baixão do Carlos. Também ampliou a oferta dos cursos nas oficinas.
Pe. Humberto Pietrogrande (1985-1999)	Ampliou a pré-escola, construiu um segundo piso na escola com mais nove salas de aula, construiu o posto de saúde 'Mama-mia' e Criou a FUNACI, uma ONG responsável pela criação de novos espaços escolares, assim como assistência médica na região, e organizou as primeiras semanas pedagógicas. Oficializou os convênios com Estado e prefeitura. ⁷⁰
Pe. Ilário Govoni (2000-2004)	Construiu o prédio do Ensino Médio, que teve início em 2004 na instituição, construiu também o ginásio poliesportivo Ir. Afonso Montieiro.
Pe. Marco Antônio (2004-2005)	Iniciou uma reforma no prédio da escola. Refez o projeto político pedagógico e o Regimento Interno da escola.
Pe. Plutarco Almeida (2005-2010)	Concluiu a reforma no prédio principal da escola, contratou Serviço Social e psicológico na escola. Incrementou projetos com aulas de Ecologia e Meio Ambiente, Informática básica, Montagem de Computadores, Artes Manuais, Reforço escolar, Vôlei, Badminton, Dança. Instalou uma biblioteca Infantil. Oferecia almoço para os alunos que moravam distantes da escola.
Pe. Álvaro Negromonte (2010-2012)	Ampliou a carga horária do Ensino Médio, ampliou o acervo bibliotecário e climatizou o ambiente. Contratação de uma nutricionista. Criou uma estrutura adequada para o funcionamento da sala de música, fez ampliação da capela da Escola.
Pe. Ednaldo Vieira (2012-2014)	Acréscimo de mais uma turma no Ensino Médio, Criação do Quiosque das Artes (sala de artes).

⁷⁰ Esta diretoria será melhor analisada no capítulo seguinte desse esforço de escrita.

	Implantação do Ensino Técnico com os cursos de Informática e Recursos Humanos.
Ir. Raimundo Nonato Oliveira Barros (Desde 2015)	Reformulação do Projeto Político Pedagógico, continuidade do ensino Técnico, inscrições online para o processo seletivo de bolsas. Iniciou uma reforma no prédio mais antigo com a intenção de climatizá-lo.

Fonte: ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ, 2015.

No quadro 02 pudemos observar que foram diversas as mudanças que ocorreram na instituição durante esses mais de 50 anos de funcionamento, em cada nova administração foram sendo implantados novos serviços e a escola só ampliou os tipos de serviços e a sua infraestrutura, para assim continuar atendendo a população que residia próxima da instituição. Cada gestor mencionado na tabela realizou, portanto, intervenções espaciais na paisagem do povoado Socopo, e com isso oportunizou a oferta de serviços que garantiam qualidade de vida no cotidiano das famílias que eram atendidas pela escola. Nas lembranças de Vilani Mota, ela ressaltou um período em que, como o transporte coletivo que funcionava no povoado era raro, a escola tinha um carro que servia de ambulância para socorrer aos moradores que necessitassem ir ao médico numa situação de urgência.

Eles tinham uma ambulância justamente pra gente, pro pessoal da Socopo. Não importava o horário que você estava passando mal, podia ser uma, duas, três horas da manhã, você corria para lá e sempre tinha um motorista que era um, que morava uma casal com uma família bem próximo ao portão, e esse senhor era o motorista dessa ambulância, a gente podia chegar lá qualquer horário, se tivesse um filho passando mal, uma das crianças, podia chegar doze ou uma uma hora da manhã e ele ia pro Pronto Socorro, que era no Getúlio Vargas, antigamente. Pegava a ambulância e ia. (...) Os Padres e os Irmãos ajudavam bastante a comunidade. (MOTA, 2016)

Outro exemplo de serviço muito útil à população do povoado e seus arredores, foi o de consultas médicas realizadas numa sala da escola. Sobre isto a moradora Raimunda Gomes de Sousa nos disse: “Aí o Irmão fez um quarto, aí trouxe o doutor Dilson, primeiro médico que entrou na Socopo, foi Dr. Dilson. E o Dr. Airton Freitas. Aí nós consultava aí, aí começou a ter gente lá da Pedra Mole” (SOUSA, 2015). Confirmando esta presença a moradora Terezinha Coutinho reiterou: “Só dia de sábado que o médico vinha, as vezes passava era pra gente fazer exame lá (no centro da cidade) aí era o jeito sair de noite, [...] a gente ia falar com o médico lá no hospital, saia umas 2 horas, 1 hora, chegava lá umas 6horas, caminhando ligeiro, pra falar com o médico lá no HGV” (COUTINHO, 2015).

Estas consultas, que aconteciam numa sala da escola, eram o único acesso que esta comunidade tinha à médicos por volta da década de 1970, se não fosse este meio, tinham que recorrer diretamente ao maior hospital da cidade na época, o Hospital Getúlio Vargas, quando estes médicos que atendiam na escola lhes solicitavam fazer exames, também deveriam se direcionar ao mesmo hospital, muitas vezes, a pé, como nos contou a moradora Raimunda, ou de bicicleta. A própria construção do posto médico que atualmente atende pelo Programa Saúde na Família (PSF), na comunidade do Socopo, foi feita pelo Pe. Humberto Pietrogrande, quando este esteve à frente da direção da escola entre os anos de 1985 e 1999, o qual, o Padre de origem italiana, denominou de Posto ‘Mama-Mia’.

Os testemunhos de alguns dos primeiros moradores do bairro Socopo são fragmentos de memórias que evidenciam práticas cotidianas e coletivas daquela comunidade durante as primeiras duas décadas após a instalação da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez no local. Estes testemunhos nos auxiliam a resolver alguns dos questionamentos da pesquisa, que versam sobre a formação daquele bairro, afinal, por meio da análise destas memórias verificamos que houve um aumento do processo migratório para a localidade do povoado Socopo durante a década de 1970, e que este processo de migração pode ser explicado pelo fato de a escola se constituir como um grande atrativo para esses migrantes, como pudemos verificar na história de Dona Teresinha Coutinho e sua família.

Outra evidência que se destaca nas memórias consultadas é a de que os ensinamentos dos religiosos da Companhia de Jesus eram fortemente presentes na vida de alguns dos moradores do povoado Socopo e que, desse modo, foram responsáveis por estimular/criar novos projetos de vida para os estudantes que atendiam, bem como para a família desses estudantes.

Eu creio que a escola foi a base de tudo, na época era a única escola que tinha era ela, as outras eram todas bem distantes, era no centro, então posso dizer que o Santo Afonso foi a base de tudo para mim, para minhas colegas da época, para minhas tias, pra todos os familiares e amigos. O Santo Afonso foi a base de tudo, com ensinamentos bons, tanto da leitura como do ensinamento cristão, os padres, a maioria, não eram daqui, brasileiros, a maioria era tudo italiano e de outros países, e com eles, com a escola, e com eles, a formação deles nos ajudou muito, como eu lhe disse, até festival de canção tinha, eles sempre nos proporcionaram coisas boas, para gente crescer na vida. Eu lembro que tinha um padre que era americano, Pe. Benha, que nos levava no Sábado e no Domingo lá onde tinha o aposento dos Padres, nos levava para o quarto dele para assistirmos filme, juntava assim umas dez ou quinze crianças e íamos para lá para nós assistirmos filme e conversar sobre as vivências dele. Eu tenho certeza que isso foi muito próspero para nossa vida, tanto minha, como das minhas amigas (MOTA, 2016).

Exemplo disso também é a história de vida do senhor Coutinho, que diz ter aprendido o ofício da marcenaria que o sustenta atualmente na escola, e a história de vida de Elvira Nascimento, que passou a ter sua primeira residência própria a partir da iniciativa da escola em

vender lotes de terra, parcelados, para alguns dos seus funcionários. Enfim, por meio da narrativa deste capítulo, acreditamos ter construído um importante arcabouço de informações sobre a presença dos jesuítas na comunidade Socopo, em Teresina- Piauí, durante as décadas de 1960 e 1970.

Portanto, a Escola Santo Afonso Rodriguez, na memória dos primeiros estudantes atendidos, bem como dos mais antigos moradores do povoado Socopo constitui-se como uma iniciativa privada, construída pelos representantes da Companhia de Jesus em Teresina, que colaborou, sobremaneira, para a formação intelectual e moral desses sujeitos.

De modo que, podemos considerar que alguns dos religiosos em questão, como foram apresentados ao longo das narrativas orais, pareciam trilhar um caminho comum entre vários outros religiosos no Brasil e na América Latina naquele período. No qual, algumas das suas práticas, sugerem a nós, que os mesmos se pautavam na premissa de renovação da Igreja, que visava garantir aos sujeitos mais pobres, não somente os ensinamentos da fé, mas também uma libertação das opressões sociais a que eram submetidos. A respeito disso, a contribuição da presença jesuítica para a população do local, de maior impacto, ocorreu, sobretudo, nos primeiros anos de funcionamento da escola, período em que o Ir. Mantieiro, oportunizou a muitos trabalhadores da escola a compra de terrenos próprios, para assim não mais dependerem das imposições de um ou outro latifundiário de terra que lhes concediam pedaços das suas posses para viverem. Dentre outras contribuições podemos citar também: a oferta do ensino básico, antigo primário e ginásio e de cursos profissionalizantes (marcenaria, serralharia, carpintaria, corte, costura, bordado e de agricultura), o incentivo e o acesso à práticas culturais e a oferta de consultas médicas para a população.

Alguns daqueles jovens e crianças atendidos tiveram um encaminhamento profissional diferente dos realizados pelos seus pais, que em suma, eram lavradores ou trabalhavam em serviços gerais, não menosprezando essas que são profissões honestas e muito caras à sociedade, mas o fato é que lhes foi possível alcançar outros rumos profissionais, diferentes daqueles praticados na zona rural pelos seus pais, afinal, como essas crianças e jovens tiveram aumento no grau de instrução ou deram continuidade aos ofícios que aprenderam nos cursos ofertados na escola, à eles foi oportunizado entrar no mercado de trabalho por meio de ofícios próprios das localidades urbanas, ou seja, devido a instrução adquirida na escola, puderam se tornar prestadores de serviços da cidade de Teresina.

Em suma, podemos entender que os jesuítas fizeram parte do convívio cotidiano das pessoas que viviam no entorno da EASAR, nos anos 1970, principalmente junto àqueles que moravam na comunidade Socopo, tanto porque muitas dessas pessoas trabalharam na escola,

quanto porque muitos tiveram filhos matriculados na mesma. A relação entre escola e estudantes, nos seus primeiros anos, também se apresentou de forma peculiar, já que muitos desses alunos passavam o dia nas dependências da escola, em regime de semi-internato, e, portanto, tiveram acesso a um ensino jesuítico durante toda a sua formação básica, sendo este ensino voltado, sobremaneira, para uma formação de cunho religioso e também profissional destes estudantes, tal como estabelecia a Lei nº 5.692 em 11 de agosto de 1971.

4. TRANSFORMANDO A MALHA URBANA DA CIDADE: O II PET E O BAIRRO SOCOPO

O espaço acolhe as características de um determinado tempo, assimilando-as e transformando-as, sem cessar. Cada rua, bairro e cidade traz a marca de milhões de histórias que compuseram a realidade de seus habitantes, independente da época em que viveram. [...]. Cada lugar, embora ligado a uma totalidade que se autoconstrói ao longo da história, tem sua especificidade relacionada ao entrecruzamento dos tempos diferenciados. (CARLOS, 2001, p.46)

Durante as décadas de 1970 e 1980, a cidade de Teresina, como ocorreu nas maiores cidades do Brasil no mesmo período, foi profundamente afetada por mudanças espaciais que refletiram não apenas na transformação da paisagem urbana, mas sobretudo, no ritmo de vida que marcaria o cotidiano dos seus habitantes. Tais transformações, estavam profundamente relacionadas ao ‘entrecruzamento dos tempos diferenciados’ que foram vivenciados nas duas décadas anteriores, já discutidas neste trabalho nos capítulos precedentes a este.

Ainda nos capítulos anteriores, ao tratarmos com mais especificidade sobre a história do Povoado Socopo, descobrimos que a atuação da iniciativa privada, bem como de uma instituição escolar jesuíta foi de suma importância para o aparelhamento da modernização desse local, que deixou de ser povoado e se tornou bairro de Teresina em 1988, quando foi oficialmente instituído como espaço urbano após a sanção da Lei nº 1.932, de 16 de agosto do referente ano.

Neste último capítulo, a mudança socioespacial que mais nos interessa abordar na pesquisa se refere ao fato do povoado Socopo ter se transformado em bairro da capital teresinense. No entanto, nos interessa a partir de então, muito mais apresentar as práticas, os gestos, os costumes, enfim, as ações que imprimiam vida no cotidiano dos moradores que residiam e experienciavam a localidade em estudo durante os anos que antecederam e os que se efetivaram sua elevação à categoria de bairro. Pois, partimos do pressuposto que as “pedras cantam⁷¹”, mas o homem que a transforma em utensílio de trabalho e espaço de luta e sobrevivência, ‘canta’ muito mais, afinal ele é sujeito ativo da história.

Assim, neste capítulo analisaremos, primeiro, em que circunstâncias e como foram criadas as leis de estruturação urbana responsáveis pela ampliação do espaço urbano de Teresina na década de 1980, lei esta que pretendia regulamentar a expansão urbana que tomava Teresina desde a década de 1950. A partir disso, o nosso objetivo será entender em que medida esta ação do Estado foi percebida no espaço do bairro Socopo, para tanto, consideramos salutar analisarmos algumas práticas cotidianas que se realizavam na comunidade Socopo ao longo da

⁷¹ Em referência a letra da música *Pedras que cantam*, que foi analisada ainda na abertura deste texto.

década de 1980, em busca de perceber as transformações ocorridas no cotidiano dos moradores durante o período em que se verifica a expansão urbana da cidade.

Não será possível estabelecer este entendimento sem continuarmos a abordar a relação da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez com esse processo, portanto, aqui também faremos análises sobre a importância da existência dessa escola para o processo de desenvolvimento espacial do bairro Socopo e, conseqüentemente, de Teresina nos anos 1970 e 1980. A intenção é buscar apresentar os aspectos urbanos, a citar: acesso à energia elétrica e água encanada, coleta seletiva de lixo, transporte e saúde pública, que foram sendo incrementados ao novo bairro e como alguns destes serviços, de certa forma, foram oportunizados, ou não, pela força estatal, e, ressaltar como alguns desses serviços, por muito anos, foram ofertados através da instituição escolar EASAR e não pelo poder público. Isto porque ressaltaremos que no que tange ao acesso à educação, este serviço continuou ficando a cargo da Escola Santo Afonso Rodriguez, tendo em vista que não foram construídas outras instituições escolares por parte do governo municipal e estadual no bairro durante o período do recorte proposto nesta pesquisa.

Ao longo deste capítulo, adotaremos como fontes, principalmente, as leis instituídas a nível nacional (Lei nº 4 380/64, Lei 5.107/67) e municipal (Lei nº 1932/88, Lei nº 1933/88, Lei nº 1934/88) no que tange a legislação urbana e também os censos demográficos do Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE), matérias jornalísticas divulgadas no *Jornal da manhã* (1980) e no jornal *O Estado* (1988), o livro Padre Humberto Pietrogrande: 50 anos de missão no Brasil (2012) relatos coletados a partir da metodologia de história oral.

4.1 A cidade de Teresina entre os anos de 1970 e 1980

Teresina[...] já não pode ser vadiada a pé ou de bicicleta, como nos meus tempos de menino. Já não há poças e regatos nas ruas para gáudio dos moleques, nem as casinhas no fundo do quintal que eram o sinal urgente da sua antiga pobreza rural. Hoje, pode-se encontrar na maioria das casas o conforto moderno e as ruas calçadas dão vazão a intenso tráfego de automóveis. O telefone funciona e, através dele, já se fala para outras cidades do Estado e de fora do Estado. (TITO FILHO, 1972, p. 26).

O autor da epígrafe desse tópico é um reconhecido escritor de Teresina, tendo exercido cargos de importância política e presidido a Academia Piauiense de Letras por vários anos⁷². Trazer as suas palavras para abrir este escrito, contribui para diversificar o tom da narrativa e mais que isso, nos permite estabelecê-las como fonte histórica que remete aos anos que iremos

⁷² Nasceu em Barras, em 1924. Fez quatro anos do Curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro, concluindo-o no Píauí, em 1950. Na Academia Piauiense de Letras ocupou a cadeira nº29, tendo tomado posse em janeiro de 1964. No ano de 1971, com o falecimento de Simplício de Sousa Mendes, ele foi eleito para sucedê-lo na presidência da academia, cargo que permaneceu por 21 anos, eleito sucessivamente por 11 mandatos (MIRIAN, 2011).

tratar a partir de agora. Numa fala até certo ponto saudosista, Arimatéia Tito Filho constata que a cidade na década de 1970, já não se assemelhava a cidade em que ele vivenciou a sua infância e juventude, por volta da década de 1940.

A menção ao aumento de ruas calçadas, do tráfego de automóveis e do uso de telefones, representa alguns dos meios modernizadores que tomaram as ruas da capital piauiense. Dito de outro modo, Tito Filho, parece denunciar que essas novidades modernas foram as principais responsáveis pela transformação do cotidiano daqueles que viviam na área urbana de Teresina, inviabilizando que as brincadeiras dos moleques se realizassem nas ruas e/ou até mesmo nos quintais das casas que mais pareciam um pedaço do campo na cidade. A denúncia é clara, aspectos modernizantes não permitiriam que algumas das práticas, por ele lembradas, pudessem continuar a acontecer na cidade, os hábitos citadinos eram outros, o tempo que entrecruzava a cidade também. Entretanto, nos cabe questionar se a leitura de Tito Filho que toma Teresina como moderna poderia se aplicar a toda a cidade. Será que as crianças da periferia da cidade não mais ocupavam as ruas dos bairros onde moravam? De que realidade socioeconômica estaria se referindo o autor?

Afinal de contas, como vimos nos capítulos anteriores, desde a crise extrativista ocorrida em meados da década de 1950, a capital do Piauí se tornou lócus que recebeu milhares de migrantes, não somente pela crise, é importante que se diga, mas como consequência de diversos outros fatores sociais, ocorreu, desde então, uma ocupação desordenada do solo urbano e, junto a esta, surgiram todos os problemas que este tipo de ocupação gera (falta de infraestrutura, de moradia, aumento da violência, etc). A falta de moradia, indiscutivelmente, é dentre os problemas, um dos mais imediatos, bem como o crescimento de áreas periféricas, excluídas do acesso à serviços básicos.

Quadro 3 - Número de habitantes do município de Teresina nos Recenseamentos Gerais (1872 - 1980).

Ano	1872	1880	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980
Nº de Habitantes	21.692	31.523	45.316	57.500	67.641	90.723	144.799	230.168	378.026

Fonte: Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE), departamento de Censos. Tabela organizada por FERREIRA, 2020.

A partir da análise do quadro 3 fica perceptível que o crescimento populacional de Teresina foi se intensificando e aumentando em proporção a partir da década de 1950 e que após esse período o crescimento a cada década era superior a 50% do total da população da década que a antecedia. O que atesta para a o fato de que a migração fora a principal responsável por este desenfreado crescimento.

Para entendermos os fatores que estavam propulsionando este aumento considerável de migrações internas no Piauí e em todo o Brasil, precisamos retomar que durante as décadas de 1950 e 1960 a nível nacional, foram desenvolvidos projetos que visavam integrar o país a economia capitalista mundial e, efetivar a modernização do território. Como modernização e cidade são categorias que andam lado a lado, a conjuntura de então, ficou cada vez mais favorável para o crescimento das cidades e a transformação do campo brasileiro (SANTOS, 2018).

O geógrafo Milton Santos explica que entre os governos desenvolvimentistas da década de 1950 e o golpe de estado de 1964 empreendeu-se “um ousado programa de investimentos em infraestrutura” (SANTOS, 2018, p.38), a partir do qual se iniciou um processo de “substituição de importações para o qual todo um arsenal financeiro, fiscal, monetário, serviria como base das novas relações sociais (incluindo o consumo aumentado), que iriam permitir mais uma decolagem” (SANTOS, 2018, p.38) na economia nacional. No entanto, explica também que, como consequência disso, ampliaram-se os contrastes sociais e econômicos, que delimitavam aqueles que podiam ampliar seu consumo e aqueles que não tinham condições financeiras sequer para cumprir com suas necessidades básicas.

Após o curto período dos chamados governos desenvolvimentista, foi com a instalação dos militares no poder federal que se “criou as condições de uma rápida integração do país a um movimento de internacionalização que aparecia como irresistível, em escala mundial” (SANTOS, 2018, p.39). Desde então, o país aumentou a exportação de produtos agrícolas, bem como de produtos industrializados. Concomitante a isto, ocorreu uma modernização agrícola que transformou as relações do campo com a cidade no Brasil. Foi a partir deste período, por exemplo, que verificamos o aumento da migração de nordestinos para o sul do país em busca de trabalhos nas grandes indústrias que se estabeleciam então.

Santos explica que durante os governos militares se verificou na nação um verdadeiro momento histórico de construção e reconstrução do espaço, que ocorreu devido à generalização do meio técnico-científico. Ou seja, o espaço passou a ser transformado pela presença da ciência e de novas tecnologias que interfeririam no processo de remodelação do território. Mudadas as características da constituição territorial, sobretudo aquelas que informavam e regulavam a vida no campo e na cidade, se verificou, então, uma grande “sedução dos pobres por um consumo diversificado e ajudado por sistemas extensivos de créditos” (SANTOS, 2018, p.39) ofertados na cidade, o que impulsionou a expansão da migração campo-cidade e, conseqüentemente, do processo de urbanização das cidades brasileiras.

Outro fator importante a se considerar sobre o desenvolvimento da economia do país neste período foi a ampliação de formas de produção não material. Houve a partir de então, “uma grande expansão das formas de produção não material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não-material que se disseminam sobre o território” (SANTOS, 2018, p.41). Teresina, que não se tratava de uma cidade industrial, durante esse período, viu sua economia crescer, exatamente, por causa do desenvolvimento dessas formas de produção não material⁷³.

Também refletindo sobre o uso das terras nas grandes cidades, Charles Abrams, durante a década de 1970, analisou e apontou que o principal problema de espaço que atingia os países menos desenvolvidos, como era o caso do Brasil, era o que fazer com a população proveniente das zonas rurais pobres. Em seu texto, o autor explica que isto se constituía um problema, porque esses moradores pobres ocupavam todos os espaços vazios, não apenas na periferia, mas no próprio centro das cidades e, como a maioria desses espaços ocupados não tinham a sua disposição serviços básicos necessários a uma sobrevivência digna, e, os governos não tinham ou não estabeleciam leis capazes de controlar e melhorar tal situação, as cidades subdesenvolvidas no mundo apresentavam, então, essa mesma particularidade de precariedade no uso das suas terras urbanas. Para tornar ainda mais difícil o acesso às terras urbanas por parte da população empobrecida, existia também o problema da especulação imobiliária e o alto preço das terras. O autor deixa bem claro que

Os proprietários de terras estrategicamente localizadas especulam para uma venda futura a preços inflacionários quando ocorrer uma demanda mais forte. Além do mais, o alto custo da terra não é o único obstáculo ao problema da habitação nesses países. Com uma receita familiar anual menor do que cem dólares, a compra de qualquer terreno está além das possibilidades desse grupo social (ABRAMS, 1972, p.137).

A especulação das terras, de fato, foi um grande obstáculo para que o migrante pobre em Teresina conseguisse adquirir um local para morar, explicado por todos os fatores apresentados por Abrams. Para os administradores do Estado e do Município de Teresina desde a década de 1950, fazer com que a cidade funcionasse a contento para todos os grupos sociais que nela viviam era o maior dos desafios. Por isso, grande parte deles se dedicou a estabelecer prioridades em cada um dos seus governos, entretanto, o que verificamos, até então, em grande

⁷³ Nos anos 1970 e 1980, a iniciativa privada fundou um grande número de hospitais e clínicas no entorno do maior hospital público do Piauí, o Hospital Getúlio Vargas, fixo na paisagem teresinense desde os anos 1940, estas ações, possibilitaram a capital torna-se um polo de saúde que atende, não somente a população da cidade e as demais cidades do estado, como também a população de cidades de estados vizinhos. Ver maiores informações em: BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. LIMA, Antônia Jesuíta de. Centralidade dos serviços de saúde de Teresina (PI): constituição e dinâmica. In: **Qualit@s Revista Eletrônica**. ISSN: 16774280. Vol.17, nº 1. 2015.

parte, foi que as prioridades sempre se dirigiam para satisfazer as camadas mais abastadas da sociedade, restando à maioria dos migrantes pobres todas as mazelas sociais.

De acordo com a historiadora Cláudia Cristina da Silva Fontineles, no Piauí e, em especial, em Teresina, foi a partir do mandato do engenheiro Alberto Silva⁷⁴ (1971-1975) no governo estadual, que ficou ainda mais perceptível a aliança entre esse estado da federação e o projeto político e econômico nacional. Ela também esclarece que os ares desenvolvimentistas que atingiram e seduziram o Piauí na década de 1970 foram, sobretudo, representados através das intervenções no reordenamento espacial e infraestrutural do Piauí e, principalmente, da capital do estado, oportunizados pela atuação de um “engenheiro na política”. Segundo a autora, o governador reivindicava para si o título de “fundador da modernização e da auto-estima piauiense” (FONTINELES, 2015, p. 155), devido ao fato de ter sido em seu primeiro mandato como governador do estado que teriam sido erigidas importantes obras de modernização do território estadual, dentre elas, pode-se citar:

A construção de estradas vicinais e asfaltadas, como a Transpiauí; a construção e implantação do terminal de petróleo em Teresina, com recursos da Petrobrás e do governo do Estado, que foi inaugurado em 6 de fevereiro de 1975 pelo presidente Ernesto Geisel; a construção de hospitais, inaugurando cerca de 600 novos leitos, destacando-se a reforma e ampliação do Hospital Getúlio Vargas, assim como de outros hospitais como o do Hospital de Doenças Infecto-Contagiosas, o de Parnaíba e o de Floriano, bem como a contratação e construção da maternidade pré-fabricada de Teresina, Dona Evangelina Rosa, que foi inaugurada em meados do mandato do seu sucessor; assim como construções de várias obras como a do Instituto de Educação Antonino Freire – principal formadora de normalistas do Estado –, do Palácio da Justiça, do Zoobotânico de Teresina, da Penitenciária agroindustrial de Teresina, do Monumento Heróis do Jenipapo na cidade de Campo Maior, além da reforma de muitos prédios públicos, como o Palácio de Karnak, o Teatro 4 de Setembro e o Hotel do Piauí. Entre as principais obras da década de 1970 constam também o estádio de futebol Albertão, a Universidade Federal do Piauí, a construção do prédio da CEPISA e do Palácio do Tribunal de Justiça, além das reformas das principais praças do centro da cidade – praças Pedro II, Praça Rio Branco e Praça da Bandeira – lugares privilegiados para a ocorrência dos eventos sociais e para o convívio da maioria dos habitantes teresinenses (FONTINELES, 2015, p.155-156).

As obras faraônicas realizadas neste governo graças ao incentivo financeiro dado pelo governo militar foram também uma estratégia para consolidar a atuação desse governo estadual na memória e na história do Piauí. Pois este mesmo governador, “por meio da associação de imagens de lugares geográficos e simbólicos a seu nome procurou combater o desaparecimento,

⁷⁴ Nasceu em Parnaíba (PI) em 10 de outubro de 1918 e faleceu em 28 de setembro de 2009. Engenheiro e político. Formou-se em Engenharia Elétrica e Mecânica pela Escola de Itajubá (MG). Foi eleito governador do Piauí em duas ocasiões, a primeira através de eleição indireta na Assembleia Legislativa, para um mandato de quatro anos (15.03.1971 a 15.03.1975). No segundo mandato foi eleito por eleições diretas, realizadas em 15 de novembro de 1986. Foi também membro da Academia Piauiense de Letras, ocupando a cadeira nº.1. Deputado federal eleito em 1994 e também eleito senador federal nas eleições de 1998. Em 2004, foi nomeado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para o Conselho da República e eleito novamente, em 2006, para o cargo de Deputado Federal.

recusando-se a beber das águas do rio Lete – o rio do esquecimento” (FONTINELES, 2015, p.153). Outra característica sobre esses investimentos é o fato de que, a maioria deles, foram realizados na capital, ou seja, beneficiando a sociedade teresinense, que por aquela época estava cada vez mais populosa e, portanto, também mais necessitada da oferta de serviços básicos para a sobrevivência humana, como o de saúde, educação, moradia, transporte e trabalho.

Todas as melhorias apontadas, e que são associadas no imaginário da sociedade local à figura de Alberto Silva, não podem ser vistas apenas como um presente dado ao povo, porque, além de não intencionarmos fortalecer/reforçar essa imagem do político em questão, compreendemos que essas transformações no espaço urbano teresinense se relacionavam a um projeto maior de caráter federal, que ambicionava remodelar a estrutura urbana nacional, e que isto fez, por meio de projetos grandiosos em grande parte dos centros urbanos do país (FONTINELE, 2015). Estas obras eram, como mencionado anteriormente, uma demanda social que perdurava desde as duas décadas anteriores, entretanto, nenhum governador que antecedeu Alberto Silva construiu como este. O que, indubitavelmente, repercute no fato de o Governo de Alberto Silva tenha durado tão veementemente na memória da população local, que, por vários fatores (ex: geração de emprego, maior oferta de serviços como saúde e educação), se beneficiou com tais investimentos na estrutura da cidade. O que aconteceu, então, foi que, como parte dessas obras foram responsáveis pela descentralização de serviços pelo perímetro urbano teresinense, elas possibilitam uma consequência espacial: o aparecimento de novos bairros na cidade.

Algumas das obras mencionadas foram construídas em regiões muito afastadas do centro da cidade, o que proporcionou um processo de descentralização de serviços em Teresina e, também, impulsionou o crescimento horizontalizado do núcleo urbano da capital na direção desses novos prédios. Esse processo, então, é muito importante para que compreendamos que a partir da década de 1970, a criação de novos bairros foi acelerada, sobretudo daqueles que se direcionavam para a zona leste de Teresina. A citar como exemplo, temos a construção da Universidade Federal do Piauí e do Parque Zoobotânico, pois ambos foram elementos que ajudaram a alterar a dinâmica espacial dos lugares que ficavam em seu entorno, tornando-se fixos na paisagem que colaboraram para que as pessoas se sentissem atraídas a viverem próximas a eles.

Durante os anos de 1970 e 1980 vários fixos foram instalados na paisagem que ficava entre o núcleo urbano de Teresina e o Povoado Socopo. No próprio bairro Socopo o Balneário Cidade – Jardim e a EASAR se configuraram enquanto fixos da paisagem. Nesse sentido, o que a Companhia de Jesus realizou desde os anos 1960, ao construir e dá funcionamento a EASAR

foi construir “um fixo que impulsionaria um crescente fluxo de ocupação, redes e vias, integrando o distante ao centro” (OLIVEIRA, 2014, p.129). Ou seja, os espaços que analisamos até então, são os instrumentos basilares para que compreendemos os fluxos originados a partir dessas “construções fixas”. Mas, não apenas estes, nos anos 1970 e 1980, se verificou o aumento das construções em torno da Avenida Presidente Kennedy, principal eixo de ligação do povoado Socopo à cidade.

Portanto, esta avenida também é de fundamental importância para a expansão de Teresina em seu sentido Leste, inclusive, foi por muitos anos e ainda nos dias hodiernos é o espaço de acesso à diversos clubes da capital. A partir da década de 1970, passando por esta avenida era possível chegar ao Clube das Classes Produtoras, à Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF, ao Clube Tiradentes, ao Piauí Esporte Clube, Clube Tabajaras, Clube do Banco do Nordeste do Brasil – BNB. Todos os clubes recreativos mencionados foram, além de espaços de lazer, fixos na paisagem da Av. Presidente Kennedy que oportunizavam que seus frequentadores se confraternizassem apenas com pessoas do seu mesmo extrato social, sendo, portanto, locais de lazer segregadores. No entanto, dos espaços citados, o que resistiu ao tempo foi a Associação do Pessoal da Caixa Econômica Federal – APCEF, pois ao longo das últimas décadas o que ocorreu foi que os clubes sociais foram perdendo importância, portanto, perdendo seus mantenedores, e o mercado imobiliário local “tem absorvido esses antigos espaços com incorporações residenciais ou com a instalação de estabelecimentos comerciais destinados a suprir outras demandas desses extratos sociais que ali vivem” (CASTELO BRANCO, 2012, p.69).

Enfim, ao longo de toda a década de 1970, Teresina apontava um intenso crescimento urbano, que ocorreu para as zonas sul, norte e leste, que depois seria desmembrada em zonas leste e sudeste⁷⁵. Isto se deu, sobretudo, por meio da intervenção estatal na ocupação urbana e na construção de moradias populares. Tal como ocorreu nas demais capitais do Brasil, após a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH)⁷⁶, em 1964, pelo governo militar, foi instalada

⁷⁵ Esse desmembramento será oficializado com a implantação das leis Nº1933/88, Nº1934/88 e Nº 1935/88, ambas disciplinadoras da organização do espaço urbano teresinense, em seus textos é possível averiguar os critérios para a divisão que facilitaria a administração das áreas municipais que ocupavam o lado leste do Rio Poti, também denominadas áreas de expansão urbana de Teresina no período.

⁷⁶“O Banco inaugurou aspectos que definiram os rumos da política habitacional durante o período de ditadura militar. O fato do banco centralizar as políticas habitacionais, aderir à lógica de mercado e gerenciar de forma empresarial as políticas sociais orientou os rumos de seu desenvolvimento. O BNH teve seu fim no ano de 1986, quando não resistiu às inadimplências e às taxas de juros. Durante seus 22 anos de existência, o Banco se desenvolveu em três fases distintas: no período da formação do banco e dos primeiros programas, depois no momento em que o banco funcionou como linha de crédito e financiamentos e a última fase durante a qual o banco ampliou suas linhas de atuação e abriu novos financiamento” (ALMEIDA, 2018. s.p). Este banco, desde o decreto Lei 5.107, de 13 de setembro de 1967, que instituiu a criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS),

em Teresina uma Companhia de Habitação Popular (COHAB)⁷⁷. Como em cada estado em que era instalada, essa companhia desempenhava “as funções promotoras, incorporadoras e financiadoras dos empreendimentos, através do repasse de recursos oriundos do BNH” (BRASIL, 1977). Portanto, as COHABs eram as responsáveis por todas as providências necessárias para a construção dos conjuntos habitacionais.

Segundo Emília Maricato, a construção de conjuntos habitacionais populares no Brasil, fizeram

[...] com que o poder público desviasse sua atenção dos vazios urbanos (que, como se sabe, se valorizam com os investimentos públicos e privados feitos nos arredores) para jogar a população em áreas completamente inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também todos os contribuintes que tiveram de arcar com a extensão da infraestrutura (MARICATO apud LIMA et al, 2017, p.39).

Em Teresina, o final dos anos 1960 e os anos de 1980, foi um período de forte crescimento do número de moradias populares construídas seguindo a lógica apresentada por Maricato. Construídos com recursos de financiamento federal, muitos foram os conjuntos habitacionais que marcaram o crescimento urbano da capital (ver o mapa 4, com destaque para as manchas urbanas produzidas entre a década de 1960 e 1980).

O incremento populacional ocorrido nas décadas de 1970 e 1980 (ver quadro 3), sobretudo, na última, explica mesmo a necessidade da capital em inserir-se no conjunto das capitais nacionais que foram contempladas pela ação das COHABS, pois, de fato havia uma grande demanda por moradias.

Os primeiros conjuntos habitacionais entregues à população de Teresina foram produzidos pela COHAB (Companhia de Habitação do Piauí), agente local promotor da política do BNH (Banco Nacional de Habitação), a partir de 1966. Foram disponibilizadas, nesta década, um total de 2.950 unidades, das quais 2.294 casas pertenciam a um único conjunto habitacional, o Parque Piauí, edificado bem distante da zona urbana já consolidada. Com financiamento do BNH, foram produzidos, até 1990, 43 conjuntos com 34.594 unidades habitacionais (Teresina, 2008). Surgiram novos bairros a partir destes conjuntos. Grande parte deles foi construído distante da mancha urbana consolidada à época, aspecto este que caracterizou estas construções habitacionais em Teresina: afastados, com necessidade de extensão de obras e serviços, atendendo também a glebas intermediárias e favorecendo processos de especulação imobiliária (LIMA et al, 2017, p. 40-41).

Como dito, a partir do Parque Piauí, o primeiro conjunto construído pela COHAB-PI, alguns outros “surgiram” depois dele. No entanto, queremos destacar, nessa conjuntura, a

passou então a contar com os fluxos dos depósitos efetuados pelas empresas empregatícias ao Fundo (BRASIL, 1977).

⁷⁷ Para as famílias que possuíam renda estimada em até Cr\$ 93.600,00 anuais, que correspondia a cerca de 70% da população nacional na época, só seria feito o financiamento do BNH para a obtenção de casas populares por meio do atendimento processado por empresas públicas, estaduais ou municipais, as COHABs. Estas companhias, portanto, se responsabilizavam pelo planejamento e execução dos projetos habitacionais voltados para a população de baixa renda. Os financiamentos para as famílias que comprovavam maior renda eram realizados pela iniciativa privada e não necessitavam da atuação das COHEBs (BRASIL, 1977).

construção do Conjunto Itararé. Esta escolha se deu a partir de dois critérios que o aproxima e nos permite estabelecer uma relação com o bairro Socopo. No caso, Fontineles e Sousa Neto (2017) apontam em pesquisa sobre o Conjunto, que ele fora construído onde havia uma fazenda de propriedade do ex-governador Pedro de Almendra Freitas, localizada em parte do bairro São Cristóvão, zona leste da cidade. Tal afirmação corrobora o argumento, defendido até então, de que as medidas que visavam urbanizar a capital sempre estiveram relacionadas aos interesses da elite política e econômica do Estado. Pedro Freitas, além de político era um grande latifundiário, que assim como seu genro, Elói do Egito Coelho, um dos sócios da empresa Socopo, possuíam propriedades em faixas de terra distantes do núcleo urbano, o que elucida o fato que ambos se beneficiaram, por meio da especulação de suas terras, com o crescimento e a urbanização de Teresina.

O outro aspecto que o Conjunto Itararé, que anos depois se tornou o Conjunto Dirceu Arcoverde, tem em comum com a história do bairro Socopo trata-se do fato de que os dois foram se constituindo como espaços urbanos da zona leste de Teresina, entretanto, estes dois bairros foram segregados dos demais bairros dessa região, que em geral, foram sendo ocupados por moradias de famílias da classe média e alta da cidade. Diferentemente desses, os dois bairros abrigavam uma população pauperizada que demandava à capital num intenso fluxo migratório oriundo do interior do Estado.

O Estado, portanto, representado pelas Companhias de Habitação, foi um grande promotor imobiliário da expansão urbana de Teresina, sobretudo aquela que era destinada à ocupação da população pauperizada, afinal de contas, devido à grande concentração da propriedade privada estar restrita a um pequeno grupo de pessoas e ao fato dessas estarem a época preocupadas em especular essas terras, não restava a população pobre outra opção para garantir uma moradia. E até restava, mas as de caráter “ilegais” e condenadas pelo governo⁷⁸, ou seja, podemos afirmar que,

A expansão de Teresina se deu de forma desordenada, acompanhada por muitas invasões em terrenos de particulares, sobretudo, nos da prefeitura, sendo que tais “ocupações irregulares/ invasões” não são uma característica particular de Teresina, mas uma marca do alargamento urbano das cidades no Brasil. O processo de ocupação se dá devido a uma carência e uma possibilidade de sobrevivência na cidade (SILVA, 2016, p.26-27).

⁷⁸Para compreender melhor esse período de intervenção estatal na construção de habitações populares em Teresina, sugerimos a leitura das seguintes obras: LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI, 1996 e FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. SOUSA NETO. Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

Diferente do que informa a citação anterior, no povoado Socopo, a ocupação do território se deu, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, através de uma certa ordenação e disciplina, como visto até então. Por meio das falas dos entrevistados para esta pesquisa, havia três formas de instalação no local, a citar: por meio da compra de terrenos diretamente com o proprietário da empresa SOCOPO, por meio da compra mediada pelos jesuítas que administraram a EASAR nos anos 1970, ou mesmo, ocupando terrenos cedidos por grandes proprietários de terras, que em troca disso, solicitam a prestação de diversos serviços a esses moradores.

Já abordamos neste trabalho também que não foram apenas as moradias dos pobres que se ampliavam em quantidade nesse período em Teresina, desde a década de 1960, a região mais próxima da margem leste do Rio Poti foi a escolhida pela população de alto poder aquisitivo para construção de suas moradias, nas décadas de 1970 e 1980, a mesma região, também devido aos financiamentos bancários estimulados pelo governo autoritário, iniciou um processo de verticalização, além de ser ocupada por casas de luxo e lojas comerciais variadas (SOUSA; VIANA, 2019, p.1-24). Só que em menor número do que as habitações populares.

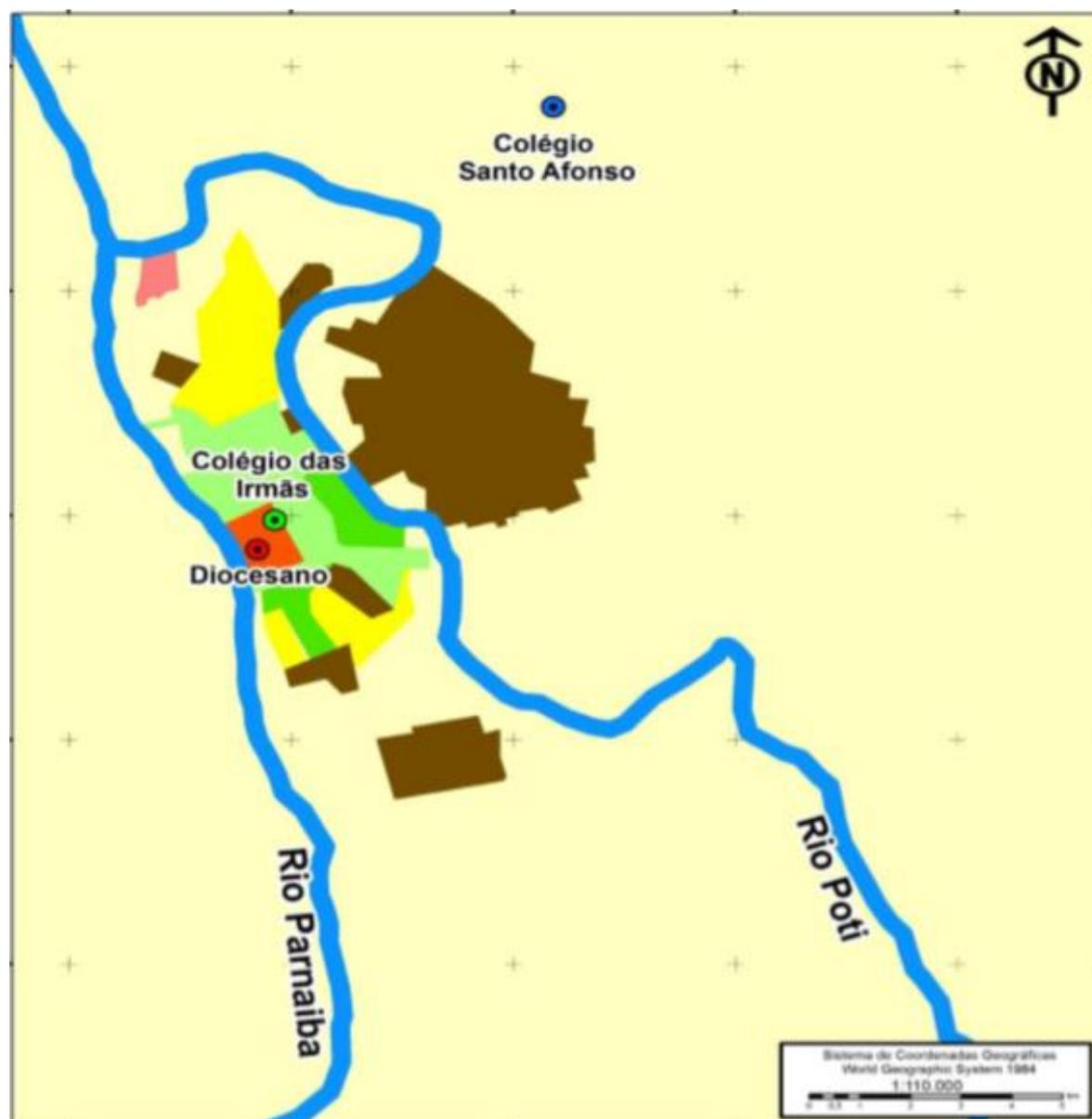
No documento da lei que criou o BNH, há o registro de que a sua missão era a de “estimular a construção de habitações de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda.” (BRASIL, 1964). Entretanto, os estudiosos desse período, ao dissertarem sobre os impactos causados pela política habitacional desenvolvida nos governos militares esclarecem que

O BNH desde a sua constituição teve uma lógica que fez com que todas as suas operações tivessem a orientação de transmitir as suas funções para a iniciativa privada. O banco arrecadava os recursos financeiros e em seguida os transferia para os agentes privados intermediários. Algumas medidas inclusive demonstravam que havia ao mesmo tempo uma preocupação com o planejamento das ações de urbanização aliada aos interesses do capital imobiliário. Exemplo disto foi à medida que obrigou as prefeituras a elaborar planos urbanísticos para os seus municípios, o que era positivo, mas a condição de serem qualificadas para a obtenção de empréstimos junto ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo era de que estes deveriam ser elaborados por empresas privadas. Até mesmo as cobranças das prestações devidas estavam a cargo de uma variedade de agentes privados, companhias habitacionais, iniciadores, sociedades de crédito imobiliário, entre outros, que “além de reterem uma parte dos juros, conservavam os recursos financeiros provenientes das prestações recebidas durante um ano antes de o devolverem ao BNH” (BOTEGA, 2007, p. 68).

A crítica feita por Leonardo Botega à efetivação do objetivo central do BNH, esclarece que, na realidade, desde sua criação, o BNH desempenhou um importante papel junto ao capital imobiliário e, que, mais do que proporcionar a construção e melhoria das moradias para grande parte da população pobre que vivia nas cidades, as ações do BNH foram muito mais benéficas às empresas privadas contratadas para realização dos serviços.

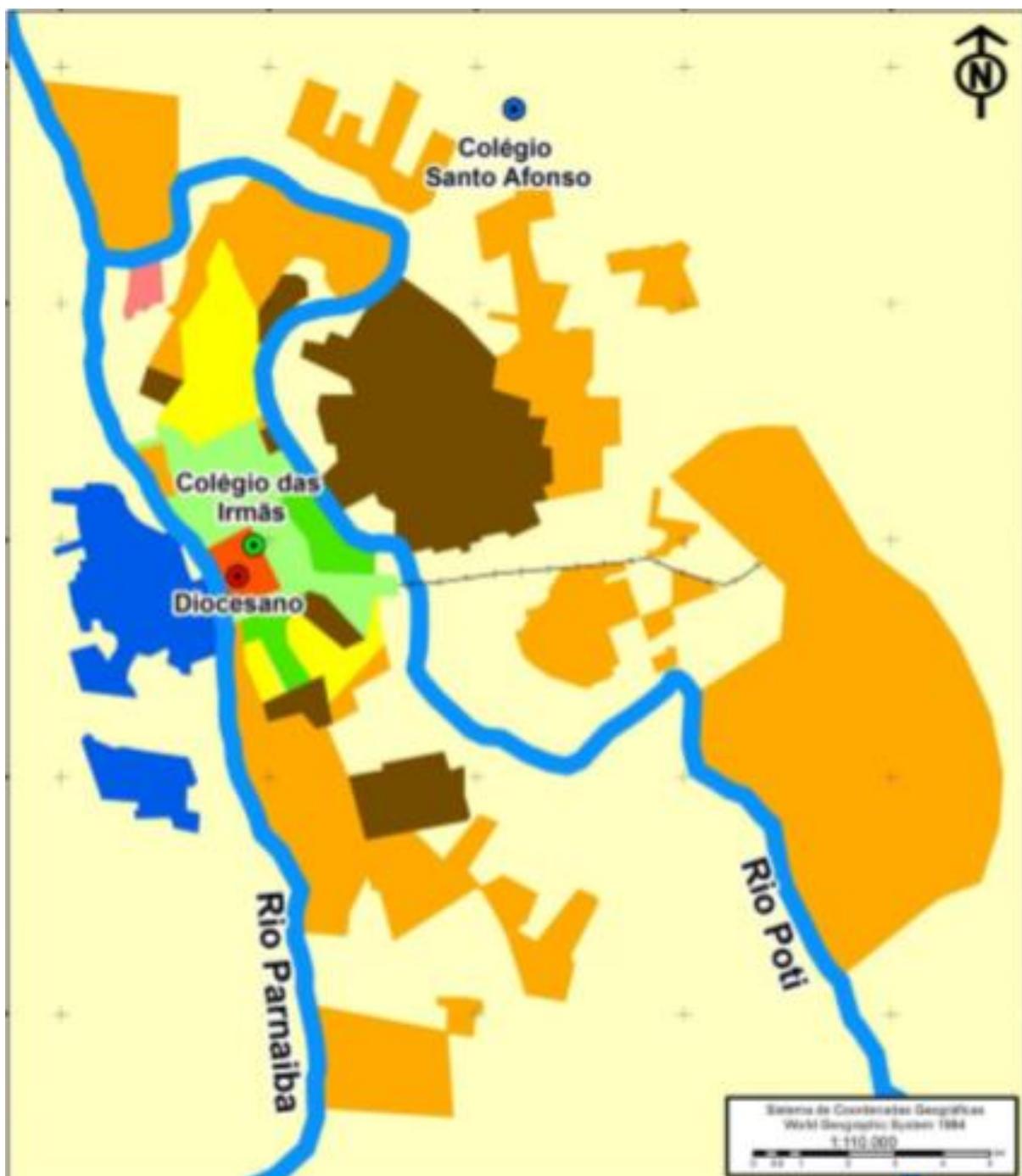
Os dois mapas seguintes representam como espacialmente se operou o crescimento de Teresina da década de 1970 até os primeiros cinco anos dos anos 1990, ao analisarmos, é possível comprovarmos que o espaço, antes pouco habitado que ficava entre os primeiros bairros da zona leste e o espaço do bairro Socopo (nos mapa a localização do Socopo está representada por um símbolo azul e nome Colégio Santo Afonso), foi sendo ocupado nesse período. O que demonstra, inclusive, que a EASAR, foi de fato, um elemento espacial que teria antecipado o crescimento do espaço urbano para sua direção, argumento defendido, primeiro, pelo geógrafo Stanley Braz de Oliveira e reiterado por esta pesquisa.

Mapa 4 - Crescimento urbano de Teresina (1800-1970).



Fonte: OLIVEIRA, 2014, p.131.

Mapa 5 - Evolução do sítio urbano de Teresina (1800-1995).



Fonte: OLIVEIRA, 2014, p.144.

Todas as intervenções realizadas na ocupação urbana de Teresina, que resultaram na ampliação do sítio urbano da cidade observada nos mapas, podem ser melhor compreendidas ao estudarmos os projetos estruturais que foram elaborados para a organização da cidade a partir dos anos 1960. Inclusive, porque elaborar planos urbanísticos era uma medida estabelecida pelo próprio BNH para que os municípios pudessem receber os benefícios da política federal de habitação, ou seja, o governo federal demandava para o governo municipal a responsabilidade de elaboração de uma legislação adequada que garantisse a melhor administração da cidade e, assim, o acesso aos recursos oriundos do BNH. Desse modo, em 1969 foi desenvolvido um plano urbanístico, que somente no ano seguinte, seria instituído como o Plano de Desenvolvimento Local Integrado e o zoneamento da cidade através da lei nº 1263/70, que tinha “o intuito de disciplinar o uso do solo da capital, que há muito estava sendo extrapolado sem planejamento oficial” (ARAÚJO, 2009, p.27), ou seja, o que se verificou foi que no estado, assim como em outros estados da federação, os investimentos em infra-estrutura urbana foram guiados e dirigidos de acordo com a política nacional de habitação desenvolvida durante os governos autoritários que assumiram o poder no país após o Golpe Militar de 1964.

O que a historiografia local e nacional atesta sobre a política habitacional desenvolvida durante os governos autoritários é que, neste período, realizaram-se muitas obras públicas de grande porte, que eram anunciadas e entendidas como símbolos do progresso e da modernidade nacional. O que explica o fato desses governos terem investido tanto na construção de conjuntos habitacionais, pois, estes eram formas de conter as tensões sociais que se agravavam na maioria das cidades do Brasil, além de tudo, ainda representavam uma (grande) intervenção do poder público no tecido urbano. No entanto, o que se verificou foi que a construção desses conjuntos habitacionais, tanto no Piauí, como nos demais estados da federação, foi uma medida, autoritária, do estado, que deslocava parte da população pobre do alcance do olhar da parcela rica das cidades, para dizer de outra forma, estes conjuntos populares eram, na maioria das vezes, construídos em áreas vazias e periféricas, bem distantes dos bairros nobres da cidade, de maneira que as moradias dos migrantes pobres alojadas nesses locais afastados, não atrapalhavam a dinâmica imobiliária que se desenvolvia nas zonas privilegiadas das cidades. Este modelo de modernização autoritária e desigual foi o adotado por meio de políticas públicas instauradas nos governos militares, um modelo que privilegiava os interesses dos grupos sociais que compunham as classes médias e altas (banqueiros, grandes e médios empresários), em detrimento da maioria social que abarrotava as médias e grandes cidades do país (FONTINELES, 2015; SOUSA NETO, 2016 e LIMA, 2010).

Sabendo disso, o que mais chama atenção no PDLI é, exatamente, o caráter segregador dessa lei quanto o acesso e distribuição do espaço urbano teresinense. Como a mesma regulava em seu artigo 20, o espaço urbano foi dividido em cinco zonas, “para fins de ordenamento e disciplinamento do uso e da ocupação do solo” (TERESINA, 1970), a citar: a) zona comercial, b) zona de transição, c) zona residencial, d) zona de atividades agrícolas e e) zona do Distrito Industrial. Ao lermos alguns artigos da lei, é possível identificarmos que essa classificação, por mais que tenha sido criada para facilitar o ordenamento da cidade, tinha, no entanto, um forte aspecto segregador. Como indica o artigo seguinte:

Art.38 - O setor residencial R1, constituído pelos bairros de Fátima, São Cristóvão, Cabral e Ilhotas é destinado a tornar-se a área nobre de habitação, recreação e cultura da cidade.

Parágrafo único – Fazem parte integrante do setor indicado neste artigo: a) o campus universitário; b) o jockey club, c) a estação ferroviária. (TERESINA, 1970)

Este trecho da lei esclarece que os primeiros bairros estabelecidos no lado leste da cidade foram definidos como áreas que constituíam a parte nobre e de lazer da cidade. O que, vias de fato, se consolidou na capital. Pois no presente podemos confirmar isto facilmente ao passearmos pelas ruas da cidade, afinal, são nestes bairros, ou em seus entornos, que encontramos os principais *shospping certers* da cidade, bem como as residências pertencentes as classes mais abastadas da sociedade e a maior Universidade da capital, o que garante a essa área da cidade o status de pólo comercial, cultural e educacional. Por todos estes fatores, são também as áreas mais valorizadas quanto ao preço do solo urbano. Ou seja, conclui-se, então, que os investimentos em infraestrutura urbana elaborados por esse plano possibilitaram, então, o povoamento e desenvolvimento do lado leste de Teresina. Uma das medidas tomadas após a aprovação dessa lei, foi o deslocamento de vários moradores pobres que moravam debaixo da ponte JK e em terrenos invadidos da área considerada nobre. Afinal, naquele período de expansão da cidade, os proprietários mais ricos, desejosos de especular as terras dessa área, bem como o Estado, que também se beneficiaria dessa estratégia, criaram formas para que essas pessoas pobres fossem deslocadas para os conjuntos habitacionais construídos na época, a citar o Conjunto Itararé, fazendo assim que as áreas mais próximas ao Rio Poty fossem se valorizando cada vez mais (FONTINELES; SOUSA NETO, 2017; FAÇANHA, 2004).

Entretanto, nesse mesmo período, nem todos os moradores pobres que residiam nas áreas dos novos bairros ricos de Teresina foram deslocados para conjuntos habitacionais, por exemplo, a senhora Cândida Silva, relembra como foi difícil para ela, ter sido obrigada a deixar de morar num terreno da Ininga, onde vivia há mais de cinco anos como sitiante, porque o proprietário daquele grande lote de terra, resolveu reparti-la em lotes para vender. Ela afirmou:

“Aí nós saímos de lá, porque nós morávamos num terreno que era do Doutor Domingues Ribeiro. Aí ele vendeu lá e aí foi obrigada nos vir pra cá (Socopo). Aí como o irmão do meu marido veio primeiro, que era o Geraldo, aí nós viemos pra cá (SILVA, 2019).

A lembrança de Dona Cândida representa a de muitos outros migrantes pobres como ela, que por muitos anos viveram e trabalharam como sitiantes em terrenos localizados na margem leste do Rio Poty, quando aquela área ainda era zona rural do município. Entretanto, durante os anos 1970, com a transformação daquele espaço em área urbana e nobre da capital, estes migrantes se viram obrigados a se transferirem para outras localidades da cidade. Como é comum também, que estes migrantes tivessem um vínculo com o rural muito forte, bem como, se organizassem junto a sua rede familiar, o que aconteceu com muitos deles foi, o que aconteceu com dona Cândida, eles passavam a viver em outras áreas ainda mais afastadas do centro da cidade, no caso de Dona Cândida, ela foi morar no povoado Socopo, que normalmente eram espaços onde tinham um parente estabelecido. Ou seja, como consequência do crescimento espacial de Teresina nos anos 1970, o povoado Socopo passou a ser considerado um possível destino para aqueles migrantes que queriam viver nos arredores da cidade.

Poucos anos depois da implantação do PLDI, “em consonância com as diretrizes nacionais de planejamento urbano, durante o Governo Estadual de Dirceu Mendes Arcoverde⁷⁹ (1975-1979) e o Mandato Municipal de Raimundo Wall Ferraz⁸⁰ (1975-1979) foi elaborado um novo plano, o Plano Estrutural de Teresina, no ano de 1977” (SILVA, 2016, p. 42). Desenvolvido para atender as novas necessidades urbanas da capital, que no final da década de 1970, continuava a ser alterada e ocupada devido a crescente chegada de mais e mais migrantes.

O PET- I após seus elaboradores fazerem uma análise acerca do PDLI, que foi o primeiro grande plano que se propunha a estudar a cidade de Teresina, mas que já estava desatualizado devido ter sido criado no ano de 1969, inicia-se então, uma pesquisa atualizada sobre a cidade de Teresina, tendo o PET- I se dividido nas seguintes sessões: diagnóstico socioeconômico; área territorial e população; distribuição da população; contribuição do migrante no crescimento da população e na expansão do espaço urbano: estrutura da população; composição por sexo e idade; estrutura profissional; nível de vida da população de Teresina; saúde; política de ação

⁷⁹ Nasceu em Amarante (PI) em 07 de setembro de 1925 e faleceu em Brasília no dia 16 de março de 1979. Exerceu profissionalmente os cargos de médico, professor e político. Formou-se em medicina pela Universidade do Brasil, posteriormente, foi professor titular de Anatomia da Universidade Federal do Piauí. Foi eleito Governador do Piauí, por votação indireta na Assembleia Legislativa em outubro de 1974, tendo atuado no período de 15.03.1975 a 14.08.1977. Em agosto de 1978, renunciou às funções de Governador do Estado, a fim de concorrer ao Senado Federal. Foi substituído pelo vice-governador Djalma Martins Veloso. Senador da República, faleceu em pleno exercício de seu mandato. (GONÇALVES, 2003, p. 41)

⁸⁰ Nascido em Teresina em 14 de março de 1932, faleceu em 22 de março de 1995. Exerceu profissionalmente os cargos de professor e político. Formado em Direito e História, foi secretário da educação do Estado do Piauí durante o governo de Alberto Silva, no cargo executou a reforma de ensino do 1º e 2º graus e foi considerado um dos melhores secretários de educação que o Piauí já teve, segundo opinião dos professores da época, também foi professor de História na Universidade Federal do Piauí. Como político exerceu os cargos de vereador de Teresina (1955-1959), foi prefeito da capital em três mandatos e também deputado federal. (GONÇALVES, 2003, p.159)

da secretaria de saúde; níveis de renda; aponta problemas percebidos no setor industrial e terciário; apresenta considerações acerca da composição socioeconômica espacial de Teresina; perspectivas socioeconômicas. Já na segunda parte do plano estrutural buscou-se: avaliar a capacidade de absorção do perímetro urbano atual; incorporação de novas áreas; política de adensamento; identificação das áreas urbanas não ocupadas; identificação das áreas não edificáveis; projeções demográficas; densidade bruta atual; estimativa da densidade bruta até 1985; estudo comparativo das densidades brutas de várias cidades brasileiras; mapas das áreas não ocupadas com quantificação; mapa das áreas não edificáveis; proposta de adensamento e mapa das tendências de expansão urbana. (SILVA, 2016, p. 44)

A elaboração desses planos estruturais se deu em várias cidades em todo o Brasil. Como vimos, a elaboração de planos de desenvolvimento foi uma forma encontrada pelos governos militares, de, junto ao poder municipal, desenvolverem um planejamento integrado que encontrasse e desenvolvesse possíveis soluções para os problemas causados pela expansão urbana de grande parte do território nacional que ocorria neste período. O PET I, nos dados e projeções que estabeleceu, atestava para um “esfacelamento generalizado das funções urbanas disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas” (BUENO; LEAL JÚNIOR, 2013, p. 713), o que continuava a caracterizar a urbanização de Teresina como um processo de segregação do uso do solo urbano.

Em suma, podemos concluir que o Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal, foi um dos principais reguladores da dinâmica urbana de Teresina, pois nesse período, ele dotou a cidade de conjuntos habitacionais, para resolver a questão das moradias, bem como realizou outras obras de grande porte voltadas para o melhoramento da infraestrutura da cidade. No entanto, o que se verificou foi que, as ações estaduais revelavam um jogo de alianças entre as medidas políticas e alguns grupos sociais, fator este que induz a produção de espaços contraditórios e contrastantes na cidade (FAÇANHA, 2004). E que, mesmo enquanto força impositiva da construção do espaço urbano de Teresina, o Estado não fora o único atuante nesse processo, pois nisto se destaca a diferenciação histórica da constituição do bairro Socopo, um espaço delimitado da capital que fora planejado e ocupado graças a ações outras, além das estatais.

Novamente, pouco tempo se passou após a implantação do PET I para que se iniciasse a década de 1980. Em Teresina, esta década foi marcada pelo aparecimento de novos marcos na ocupação territorial da cidade. Bem como, foi a década em que o espaço analisado neste estudo, o Socopo, deixou de ser pertencente a área rural do município de Teresina e se aglutinou aos demais bairros que compunham a zona leste dessa cidade.

Durante esta década deu-se a continuidade no intenso movimento de migração em Teresina, que pode ser percebida pelo considerável aumento no número da população recenseada (ver tabela 2). Mas esse aumento da migração interna era um fator que preocupava

diversos setores da sociedade, inclusive a igreja, como é possível perceber na seguinte matéria jornalística.

O Nordeste é o maior centro emigrador do País, e o Piauí ocupa a nona posição na região, expulsando um percentual de 4,1% de um total de 1.343.600 pessoas entre 1960-1970 (dados do IBGE). O migrante piauiense se desloca mais entre os estados nordestinos, sendo Recife a capital que recebe mais gente do Piauí. A migração é hoje um dos problemas mais sérios e que desperta o interesse de vários setores da sociedade. (...) A igreja reconhece que nem todas as pessoas são migrantes forçados, embora não se disponha de dados precisos sobre o número das que migram por necessidade econômica. Sabe porém que este é o fator maior da migração. “No Nordeste, migram sobretudo os camponeses, por causa das condições sub-humanas do meio rural, por falta de recursos econômicos para explorarem produtivamente a terra ou mesmo por carecerem de terra própria para habitar e trabalhar” disse Dom José Freire Falcão, ao falar para o Jornal da Manhã. A metade dos deslocamentos populacionais se verificam dentro do próprio Estado. No Piauí há uma forte corrente migratória provindo dos Estados do Maranhão e Ceará, além do êxodo rural, permanente para Teresina. “o crescimento dessa cidade, não é sinal de vitalidade, mas sintoma de uma estrutura rural enferma”, declara dom Falcão, acrescentando que “a Igreja se preocupa com o problema por ser fundamentalmente humano e que reflete uma estrutura desumana da sociedade, na qual não existem igualdade de oportunidades boas de vida para todos”. (JONH, Jornal da Manhã, 18 de Abril de 1980, p.6)

O texto da matéria é esclarecedor sobre a questão da migração interna no Piauí, que se verificava desde os anos 1960 e continuava com muita intensidade naquele ano de 1980, pois além de informar alguns dados sobre esta situação, aborda também como o representante maior da Igreja no Piauí, Dom José Freire Falcão, tinha a compreensão de que este era um processo que, refletia a situação enferma em que se encontrava a população pobre que vivia nas zonas rurais do estado, assim como, corrobora sobre o entendimento que a estrutura social no estado era extremamente desigual e desumana. Anexado na matéria jornalística foi posta uma charge, representativa da discussão abordada na mesma, tão elucidativa, que consideramos importante reproduzi-la aqui também.

Figura 6 - Charge sobre Migração interna no Piauí.



Fonte: (JONH, Jornal da Manhã, 18 de Abril de 1980, p.6)

Por isso mesmo, nos anos que compunham a nova década “ganhou expressão na cidade o processo de favelização. A redemocratização do país foi um dos fatores que contribuiu para que os grupos sociais excluídos contribuíssem para uma maior intervenção no tecido urbano” (FAÇANHA, 2003, p.6) e foi neste período também que “capitaneado pela nova constituição do Brasil de 1988⁸¹, o governo municipal elaborou o II Plano Estrutural de Teresina (II PET)” (FAÇANHA, 2003, p.6). A respeito desse Plano tratou o jornal O Estado, em 9 de janeiro de 1988, afirmando o seguinte:

Limite da zona urbana da cidade terá alteração

O limite da zona urbana de Teresina será alterado. Essa mudança é uma das constantes no II Plano Estrutural de Teresina, que está em fase de redação final na Secretaria Municipal de Planejamento, para ser encaminhado pelo prefeito Wall Ferraz à Câmara do Vereadores no início de março.

O secretário municipal de Planejamento, César Fortes, informou que pelo projeto, o perímetro urbano para zona sul mantém à altura do Km-07, enquanto para a zona Leste esse limite encosta na estrada que dá acesso à Usina Santana. Os limites da zona urbana para Norte ficaram inalterados.

César Fortes explicou que o II Plano Estrutural de Teresina não propõe uma grande expansão da área urbana para não fomentar a especulação imobiliária. “Mas, assim mesmo, o perímetro urbano avançou muito”, informou o secretário municipal de Planejamento.

Ele disse que são muitas mudanças propostas pelo II Plano Estrutural, que programa o crescimento de Teresina até o ano 2000. O secretário lembrou que o I Plano, feito há dez anos, na primeira administração Wall Ferraz, foi elaborado quando a cidade tinha 200 mil habitantes e hoje a população local já chega a 600 mil pessoas.

⁸¹ A instituição de uma nova Constituição da República, no ano de 1988, representou um empenho da sociedade civil e dos políticos brasileiros em reestabelecer a democracia no país, num período denominado de redemocratização do Brasil pós-governos militares.

“Portanto, há uma nova realidade”, concluiu (O ESTADO, 9 de janeiro de 1988, p. 4).

Esta matéria jornalística informava ao cidadão teresinense, que a ampliação do perímetro urbano da capital, devido a “nova realidade” em que esta se encontrava no final da década de 1980, ocorreria apenas em direção a sua zona Leste, e que os limites do perímetro urbano das zonas sul e norte permaneceriam inalterados. A localidade informada pelo Secretário de Planejamento que limitaria o crescimento da área da zona leste era a estrada de acesso a Usina Santana. No entanto, é sabido que, após a implantação dessa mesma lei, a região onde se encontrava esta usina passou a ser denominada de zona sudeste, e não mais leste, ou seja, diferentemente da orientação do PET I, de que o crescimento deveria ocorrer em direção às zonas norte e sul da cidade, com a institucionalização do plano por meio das Lei nº 1932/88, Lei nº 1933/88 e Lei nº 1934/88, o espaço da cidade que até então era chamado de zona leste foi desmembrado em duas zonas, a Leste e a Sudeste. O seguinte fragmento torna claro o porquê dessa escolha:

(...) o conflito com os rios, as restrições à ocupação na zona Sul (áreas de topografia acidentada e de proteção do manancial de abastecimento d’água) e a grande concentração de lagoas e áreas alagadiças na zona Norte da cidade, é indicada a prioridade de ocupar a zona Leste da cidade, no sentido de se retirar o máximo de funções urbanas do espaço entre os rios, diminuindo futuras despesas com serviços de infra-estrutura de grande porte para a transposição dos mesmos. (PERFIL DE TERESINA, 1993, p. 38).

De acordo com os planejadores da cidade, o instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana, II PET, instituiria que o crescimento urbano teria que se dá em direção à zona leste devido ao esgotamento e aos demais problemas acima apresentados com relação as demais zonas da cidade. Foi nesse contexto, então, que foi criado oficialmente o bairro Socopo. Incluído entre os espaços que foram amplamente ocupados ao longo dos anos de 1970 e 1980, e lançando mão da sua singularidade histórica, já mencionada nesta pesquisa, ele foi elevado à categoria de bairro pelo II Plano Estrutural.

Dentre os objetivos do II Plano Estrutural, divididos em políticos, econômicos, físico-ambientais e administrativos, o que mais nos chamaram atenção foram:

Art. 4º III- a desconcentração do poder político e a descentralização dos serviços públicos; VIII- A coibição da especulação imobiliária. [...] Art. 5º IV- a melhoria do transporte coletivo, garantindo ao usuário maior cobertura, frequência, pontualidade, segurança, conforto e tarifa justa. VI- aperfeiçoamento dos serviços de limpeza urbana; X- a garantia da qualidade de iluminação pública e da distribuição de energia elétrica. [...] Art. 7º II- a implantação da malha viária de articulação e integração dos diversos pólos urbanos; IV- a extensão do processo de estruturação urbana à zona rural do município (TERESINA, Lei nº 1932, 1988, p. 6, 7, 8).

Estes objetivos demonstram que as leis desenvolvidas refletiam os interesses da sociedade naquele período, que procurava se reorganizar politicamente, buscando garantir o

acesso aos serviços básicos à toda a população. Afirmar que o poder deveria ser descentralizado era um efetivo exemplo disto. Os objetivos de tom social são numericamente maiores e alertam para as muitas melhorias que a cidade precisava obter no que tange ao acesso a direitos sociais básicos, como transporte coletivo confortável e com grande cobertura maior do território, o aumento do serviço de limpeza urbana, bem como da distribuição de energia elétrica por todos os bairros da cidade.

Nos relatos dos depoentes que foram entrevistados para feição dessa pesquisa foi comum que estes elucidassem que foi por volta dos anos 1990 que alguns serviços básicos foram sendo instalados na comunidade Socopo. O que indica, que com a elevação do local a categoria de bairro, após a implantação da lei do II PET, de fato, o espaço passou a ser tratado pelo governo como área urbana da cidade, e que, portanto, necessitava da infraestrutura básica do aparelho urbano.

Foram chegando a água, logo aconteceu que teve um homem que conseguiu ser eleito vereador e começou a, eu recorde do primeiro calçamento, que antigamente não era calçada nenhuma rua da Socopo, ele se chama Sebim, Luís Humberto, conhecido popularmente como Sebim, aí eu lembro que iniciou a fazerem o calçamento da primeira rua, que foi a primeira rua calçada foi a rua São Francisco. Eu lembro que os ônibus subiram até, que antigamente eles só iam até a PI 112, e com o tempo, quando ele foi se formando bairro, ele subiu até a metade da rua São Francisco, já teve mais ônibus, porque antigamente só tinha ônibus de manhã, meio dia e de noite, só era três viagens, e com o passar dos anos eu observei isso, que o bairro foi crescendo, aí construíram um chafariz lá também, que antigamente não tinha, era só poço, e aí construíram o primeiro chafariz, depois construíram um segundo chafariz, porque o primeiro chafariz só abrangia as duas primeiras ruas, aí, eu acho que em 1991, 92, chegaram mais famílias, aí cresceu, o bairro que tinha duas ruas, tornou-se em quatro ruas, com a chegada desse povo que veio de um assentamento próximo a União, foram muitas famílias que vieram de lá, aí construíram mais duas ruas, aí o Socopo cresceu mais e ficou quatro ruas. Aí por isso fizeram mais dois chafarizes ainda para as outras ruas que começaram a crescer. (MOTA, 2016)

Nestes relatos, fica denotado, a associação feita pela moradora, da chegada da infraestrutura urbana só após muitos anos que já vivia ali, além disso, foi feita também uma associação com a eleição do vereador Luiz Humberto Araújo da Silveira⁸², o Sebim. De fato, as melhorias urbanísticas passam a ser oportunizadas, no meio democrático que se reinstalava no país naquele contexto, por intermédio da representatividade política. Logo, na memória de muitos moradores, é comum, que sejam feitas associações entre a figura política e as obras realizadas após sua eleição. No relato ainda, são explicitamente mencionadas a infraestrutura

⁸² Filho de Maria de Jesus Araújo Silveira e Humberto Reis da Silveira, ex-deputado estadual do Piauí por 52 anos consecutivos, seguiu a carreira política como o pai, tendo sido eleito vereador por três mandatos consecutivos, tendo atuado entre os anos de 1997 e 2008.

que foi sendo instalado no novo bairro: mais ônibus, instalação de chafariz público e o calçamento das ruas.

Continuando a tratar dos objetivos de ampliação do espaço físico, contidos no art. 7º do Plano estrutural II, neste fica evidente que a extensão da cidade deveria ocorrer a partir da apropriação dos espaços rurais e após a devida estruturação urbana dessas áreas. Na sessão das diretrizes a serem alcançadas com a implantação deste plano, destacamos a voltada para a ocupação do Solo Urbano:

Art. 19 – I- a ocupação do solo dirigida preferencialmente, para a zona leste, regiões de Socopo/Pedra Mole e Todos os Santos/ São Sebastião; II - a restrição do crescimento urbano na direção sul; III- a definição do novo perímetro urbano, demarcando área suficiente para as expectativas de ocupação até o ano 2000 (TERESINA, Lei nº 1932, 1998, p.19).

Com base nestas diretrizes, o plano propõe que se fizesse uma subdivisão dos bairros que compunham o setor urbano de Teresina, o que foi efetivado, mais especificamente, pelas leis nº 1933/88 e nº1934/88, que delimitavam, respectivamente, o perímetro dos bairros e o perímetro dos setores urbanos de Teresina. Estas, então, foram as leis que regulamentaram o Socopo como novo bairro de Teresina, e além disso, como área que estaria entre as escolhidas pelo plano para sediar os novos moradores que por ventura a capital recebesse. O quadro a seguir dispõe de todos os bairros, bem como as zonas a que eles pertenciam, informados por estas leis.

Quadro 4 - Relação dos bairros de Teresina e suas respectivas zonas após o decreto lei nº 1933/88.

Zona	Quantidade de bairros	Relação dos bairros
Centro	23	Centro, Cabral, Cristo Rei, Cidade Nova, Frei Serafim, Ilhotas, Matinha, Mafuá, Marquês de Paranaguá, Morro da Esperança, Macaúba, Monte Castelo, Nossa Senhora das Graças, Pirajá, Por Enquanto, Piçarra, Pio XII, Redenção, São Pedro, Tabuleta, Três Andares, Vila Operária e Vermelha.
Norte	19	Água Mineral, Alto Alegre, Alvorada, Aeroporto, Acarape, Buenos Aires, Bom Jesus, Empraba, Mafrense, Memorare, Matadouro,

		Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Poti Velho, Primavera, Real Copagre, São Francisco e São Joaquim.
Sul	21	Angelim, Angelim Sul, Areias, Bela Vista, Brasilar, Catarina, Distrito Industrial, Esplanada, Lourival Parente, Morada Nova, Parque Jacinta, Parque Juliana, Parque São João, Parque Piauí, Promorar, Saci, Santa Cruz, Santa Luzia, Santo Antônio, São Lourenço e Triunfo.
Leste	28	Aroeiras, Campestre, Fátima, Horto, Ininga, Jóquei, Morros, Morada do Sol, Novo Uruguai, Noivos, Pedra Mole, Porto do Centro, Planalto, Piçarreira, Recanto das Palmeiras, Socopo, Satélite, Samapi, Santa Lia, São Cristóvão, Santa Isabel, São João, Tabajaras, Uruguai, Vale do Gavião, Verde Lar, Vale Quem Tem e Zoobotânico.
Sudeste	16	Beira Rio, Comprida, Colorado, Extrema, Gurupi, Itararé, Livramento, Novo Horizonte, Parque Ideal, Parque Poti, Renascença, Redonda, São Raimundo, São Sebastião, Todos os Santos, Tancredo Neves.

Fonte: Lei nº 1933/88. Tabela organizada por FERREIRA, 2020.

O quadro estabelece que a zona Leste, na qual estava inserida o Bairro Socopo, foi constituída como a zona com mais bairros da cidade, efetivando assim, o objetivo de crescimento urbano para esta região. Seguida das zonas Centro, Norte, Sul e Sudeste, que por estar sendo recém-criada apresentava o menor número de bairros.

Ao analisarmos as informações das leis, entretanto, nos fazemos perguntas sobre a efetivação destas na experiência cotidiana dos moradores do Socopo, desde os mais antigos (alguns já mencionados nesta pesquisa), até aqueles que continuavam a chegar no local. As narrativas orais construídas por esses sujeitos nos auxiliarão a progredir na nossa narrativa acadêmica. Serão suas vidas, os impactos dos serviços modernizadores (ou da falta deles) e as

demais particularidades do recém-criado espaço urbano de Teresina que serão tratados na seguinte seção desse trabalho.

4.2 Socopo: de sociedade empreendedora a bairro

(...)

De que piano vem, música errante,
se não vejo instrumento musical?
Vem de sentir no ar essa aliança
Entre a cidade e a forma natural.

(...)

Aqui não te perseguem carro trêfego,
maléfica fumaça, rumor túrbido
Aqui encontrarás paradisíaca
pasárgada de pobre e milionário.
(ANDRADE, 2018)

Carlos Drummond de Andrade descreve uma rua, no poema Nova Rua São José, que é calma, tão tranquila, que o transeunte que por ela caminha, seria capaz de ouvir música produzida pelo ar, música relaxante, por que o ar daquela rua carregava o som da cidade misturado ao som da natureza. Além do mais, a rua não era segregadora, nela viviam pobres e ricos a se misturar, e o melhor de tudo, sem poluição sonora e do ar, era, pois, paradisíaca pasárgada.

Em que aspectos se aproximaria a rua São José da rua São Francisco, primeira aberta na comunidade Socopo, espaço em análise neste texto? Além, é claro, do nome em homenagem a um santo? Ficamos imaginando. Como os poemas são inspiradores, a partir da leitura destes nós fizemos novos questionamentos: como os migrantes que se estabeleceram no povoado desde a década de 1960 e 1970 viviam nos anos 1980, período em que o povoado foi crescendo ao ponto de se estabelecer como bairro no ano de 1988? Quais trabalhos realizavam? Como se divertiam, ou faziam suas consultas médicas? De que forma a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez continuou atuando no local no período, e como essa atuação alterou a dinâmica cotidiana das famílias que eram atendidas por ela? Estas e muitas outras perguntas norteiam as informações que vamos contar/narrar a partir de agora sobre o bairro Socopo.

Nos encaminhamos, pois, a enveredar pelas ruas do Bairro Socopo. E nelas reconhecer as práticas cotidianas da comunidade. Afinal, as práticas cotidianas são informações privilegiadas que informam sobre um lugar. Morar num mesmo bairro implica uma convivência diária com outras pessoas, esta por sua vez, se estabelece por meio de conveniências sociais, que se sistematizam a partir das circunstâncias históricas e do lugar

social de cada sujeito envolvido na trama cotidiana do lugar. “O bairro se define como a organização coletiva de trajetórias individuais” (MAYOL, 1997, p.46).

Como visto até este ponto do texto, as origens do bairro remontam à construção do empreendimento Socopo – Cidade Jardim, destinado aos moradores abastados do centro de Teresina, no entanto, a população do bairro criado em 1988, em dados recentes, foi apontada como sendo composta, em sua maioria, por trabalhadores assalariados. Quem atualmente caminha pelo bairro, ou passa em suas ruas num automóvel privado ou pelo transporte coletivo, observará que existem misturadas uma gama de casas humildes com casas de alto padrão e alguns condomínios de luxo. Partindo dessa realidade presente, nos perguntamos mais uma vez: este bairro é pasárgada de pobre e milionário? Seria este um fator para que esse espaço com tantas características rurais tenha sido elevado à categoria de bairro no ano de 1988? Afinal, desde os anos 1950 é um espaço em que sujeitos de diferentes classes sociais convivem entre si e com a natureza pouco explorada, que é cenário confortável e ao mesmo tempo, pano de fundo para os contrastes sociais presentes no local.

Ao longo de toda essa pesquisa, após todos os argumentos apresentado, defendemos que, o redirecionamento dos interesses do Estado, representado pelo PET II, se fez presente apenas após a inserção daquele espaço à história da cidade por meio das ações postas em práticas pelos empresários e especuladores de terra do empreendimento Socopo. Mas que após a chegada mais efetiva do poder estatal, o povoado acabou se beneficiando, e por mais que fosse, no final dos anos 1980, uma área pouco habitada, já fora inserida ao espaço urbano da cidade, sobretudo, porque aquele plano, visava garantir o controle da expansão da cidade até os anos 2000. A partir disso, então, surge o objetivo deste capítulo: representar as experiências do grupo social composto de migrantes pobres que passaram a viver no Socopo e compreender se suas expectativas foram sendo sanadas no novo bairro da cidade.

Pois, é fato que, durante a maior parte das entrevistas realizadas nesta pesquisa, a grande maioria das pessoas ouvidas relataram que haviam nascido em algum interior de municípios do Piauí, e que, em busca de trabalho e/ou de estudos, vieram para Teresina. E esta mudança espacial definitiva não implicou apenas mudanças nas práticas de trabalho e estudo desses sujeitos. Um novo sistema de valores e de comportamento foi sendo imposto a essas pessoas. A respeito da organização de uma coletividade em bairros, Pierre Mayol explique que

(...) a coletividade é um lugar social que induz um comportamento prático mediante o qual todo usuário se ajusta ao processo geral do reconhecimento, concedendo uma parte de si mesmo à jurisdição do outro. Um indivíduo que nasce ou se instala em um bairro é obrigado a levar em conta o seu seio social, inserir-se nele para poder viver aí. “Obrigado” não deve ser entendido só em sentido repressivo, mas também enquanto “isso obriga”, lhe cria obrigações, etimologicamente laços/vínculos. A

prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. (MAYOL, 1997, p.47)

Em suma, a vida na cidade impôs que os migrantes, nossos depoentes, assumissem novos papéis sociais, os quais, no dia-a-dia, poderiam até entrar em conflito com os antigos, bem como lhes “obrigou” a criar novos vínculos e comportamentos. Observamos, por exemplo, ser comum que na casa da maioria dos entrevistados tivesse um abrigo no fundo do quintal para acomodar muitos animais, como galinhas e porcos. É comum ainda, nos dias atuais, que pessoas gritem o nome dos vizinhos de dentro de casa e façam vozerias no meio da rua que podem ser ouvidas pelos moradores de quase toda a rua. Certos hábitos não se perderam nem mesmo com as imposições de regras de bom costume na cidade ou por leis oficiais. Algumas práticas consideradas do meio rural foram proibidas por meio da lei nº 1940/1988, que instituía o Código de Posturas do Município, na tentativa de tornar o semblante da cidade cada vez mais urbano. Entretanto, no caso do Socopo, por ser um bairro de fronteira, localizado no extremo leste/nordeste da área urbana de Teresina e povoado por migrantes de origem rural, essas distinções, ainda nos dias atuais têm suas definições pouco estabelecidas, quiçá no final dos anos 1980. Por exemplo, por mais que o capítulo V dessa lei versasse sobre as medidas referentes aos animais e informasse que fosse proibida a engorda de porcos no perímetro urbano, muitas eram e ainda hoje são as famílias do bairro que adotam essa prática (TERESINA, 1988).

Ou seja, diante da modernização do espaço existia tensões entre tradição e mudança. Antes e depois da implantação do PET II, o Socopo, bem como vários outros bairros de Teresina, se apresentavam enquanto espaços de conflito entre o novo e o antigo.

O novo no urbano estava relacionado à novidade na arquitetura, na urbanidade, na civilidade, no estético, no higiênico, na mobilidade, nos transportes de massa, nas tecnologias, na racionalidade técnica e na racionalização do conhecimento em nome da qualidade de vida, ainda que aqui e ali, estes se voltassem contra seus criadores. A tradição podia ser percebida em hábitos e costumes como o uso de transporte de tração animal, na criação de animais ou cultivo de plantas nos quintais com fins alimentícios ou ainda no uso de fogões a lenha que favorecia a permanência da madeira como combustível na cozinha. Ou seja, estas práticas bastante recorrentes no ambiente ruralesco conflitavam, ao ponto que se tornavam incompatíveis, com o modo de vida urbano, tido como moderno. (LIMA, 2016, p.229)

Isso ocorria porque a grande maioria dos novos moradores de Teresina, que passavam a viver nos novos bairros localizados nas franjas da cidade adotavam as práticas e atividades que sabiam exercer, que são elas, quase que exclusivamente, práticas rurais. Como consequência disso, estas entravam em conflito com algumas práticas propagadas na cultura cidadina, consideradas modernas e passavam a significar o atraso, o velho, o antimoderno.

Exemplo disso também verificamos logo nos primeiros momentos de contato com os entrevistados⁸³, ao ouvir as memórias desses sujeitos, chamou atenção, no que diz respeito aos mais velhos, a fala carregada de expressões informais, com erros na pronúncia da língua e composta por dizeres populares. Fato que é muito comum entre as pessoas que não têm acesso a instrução formal e que residiram por muitos anos em área rurais. Não apenas as permanências no modo de falar, mas nas crenças e nos conhecimentos que traziam do seu local de origem iriam compor as conversas estabelecidas com os novos vizinhos. Sim, a ideia de ter um vizinho para muitos era também uma novidade naquele contexto. Como muitas dessas pessoas viviam em fazendas e sítios no interior, não era comum a convivência diária com muitas pessoas, tendo em vista, que nos espaços do campo, as casas têm muitas vezes quilômetros de distância umas das outras. Ou seja, no bairro Socopo, os migrantes reinventaram os modos de vida dos povoados rurais de onde vieram, traduzidos em comportamentos, linguagens e relações de vizinhança.

Esses e outros aspectos podem ser analisados através do estudo do cotidiano. Maria Izilda Santos de Matos, aponta, por exemplo, que um dos temas fundamentais que a Nova História trouxe para as investigações feitas no campo, foi a “descoberta do político no âmbito do cotidiano” (2002, p.22), de maneira que, na esfera do privado e do íntimo também há política, não se ficando esta mais restrita somente ao poder das instituições públicas e do Estado. Ora, não seria uma ação política o que fez o Ir. Montieiro ao vender terrenos para os trabalhadores da escola Santo Afonso? Além disso, adotar a perspectiva de fazer história por meio das práticas cotidianas, permite, acima de tudo, que exploremos “as experiências históricas de homens e mulheres cuja a identidade foi tão frequentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem” (MATOS, 2002, p.24) e que são também sujeitos que fazem e vivem a política, portanto, não são passivos perante a história, mas construtores dela.

Dessa maneira, como o ciclo social que se consolidou na comunidade⁸⁴ organizada nos arredores da EASAR no povoado/bairro Socopo durante os anos 1980 girava em torno de atividades de trabalho, estudo, lazer e religião, partiremos destes aspectos para continuar esta narrativa. Em grande parte, as primeiras pesquisas voltadas para o cotidiano no Brasil se dedicavam somente ao estudo do cotidiano do trabalho, por que este tem um “papel

⁸³ Ao longo desta pesquisa foram realizadas ao todo nove entrevistas do tipo história de vida. Sendo que, muitos dos acontecimentos que marcaram a história de vida desses entrevistados foram apresentadas ao longo dos três capítulos que compõem este texto.

⁸⁴ Na pesquisa, entende-se comunidade como um agrupamento de pessoas que vivem dentro de uma mesma área geográfica, rural ou urbana, unidas por interesses comuns e que participam das condições gerais de vida dessa área.

fundamental para a sobrevivência e também pelo fato de ocupar grande parte da vida cotidiana” (MATOS, 2002, p.25), no nosso estudo, muitas evidências nos levaram a tratar desse campo da vida também com muita ênfase, porém, capitanearemos discussões para além dele.

Nesta dinâmica, elucidaremos alguns personagens essenciais do bairro, como as crianças, a mãe de família, o pequeno comerciante e o padre, porque falar de bairro implica sempre tratar das relações estabelecidas entre as pessoas e o mundo físico e social.

Enfim, inserido num quadro social conflitante, e num espaço singular na história da ocupação do solo teresinense, o Socopo terá o seu cotidiano como assunto de destaque. Então, para enriquecer o que estamos a dissertar, nada mais oportuno do que ir em busca por capturar cenas do movimento do cotidiano nesse espaço. Para tanto, lançamos mão de alguns elementos essenciais a serem apresentados, a saber: o trabalho, o lazer e as práticas de educação e evangelização exercidos no Socopo durante o recorte temporal desse capítulo.

Além de ser o território onde se localiza as residências privadas dos entrevistados, para caracterizar-se como um bairro, o Socopo, durante os anos 1980, deveria possuir certa estrutura física para tal, ou, no mínimo, ter condições para implantá-la. De fato, o que se verificou a partir das lembranças dos depoentes, é que o Socopo, nesse período, enquadrava-se no seguinte conceito de bairro rural “O bairro rural é composto de um grupo social formado de famílias que se dedicam ao mesmo tipo de trabalho e professam a mesma religião (LUCENA, 1998, p.406), ou seja, era habitado por pessoas de famílias pobres, católicas e que tinham origem de outras cidades do interior do estado.

Neste sentido, muitos dos lugares públicos (e também privados, a exemplo da EASAR) que compunham o local, se configuravam como espaços de proximidade, no qual os moradores tinham a oportunidade de dividir necessidades, compartilhar experiências e até mesmo confraternizar. Aos olhos de Pierre Mayol, aprendiz de Michel de Certeau, os lugares que compõem um bairro são espaços privilegiados para o pesquisador/observador que visa verificar a sociabilidade dos usuários. Portanto, o que aqui chamamos de lugar de proximidade, lugar de encontro, ou mesmo apenas lugar, são “onde se elaboram hierarquias típicas da rua, onde se espanam os papéis sociais do bairro (a criança, o homem, a mulher etc), onde se “massificam” as convenções sobre as quais se entendem as personagens momentaneamente reunidas no mesmo palco” (MAYOL, 1996, p.53).

Um lugar público que ganhou destaque na memória dos moradores do bairro foi o chafariz. Isto porque, como o serviço de água encanada ainda não havia sido instalado no local

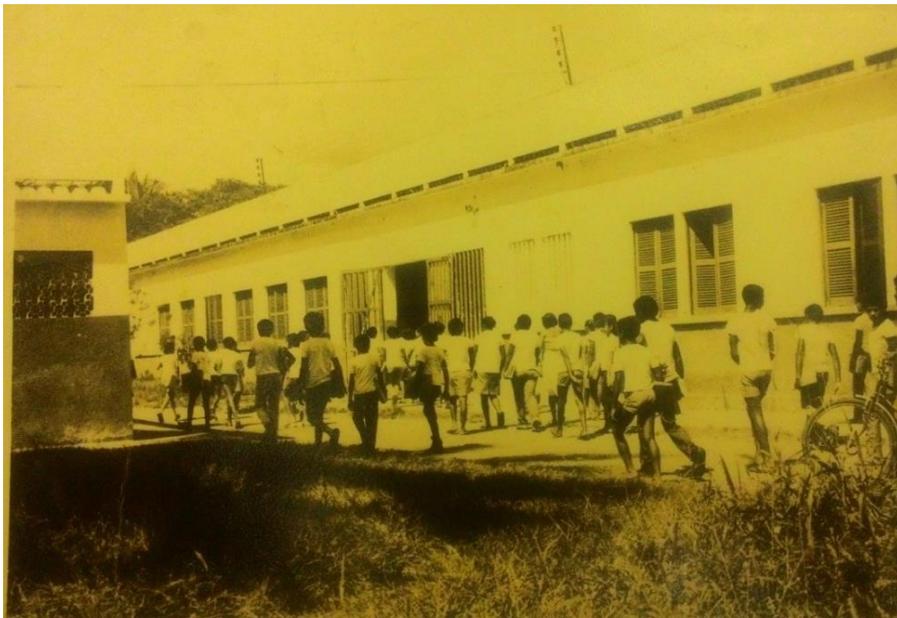
até o final dos anos 1980, a maneira com que os moradores adquiriam água limpa para suprir suas necessidades era por meio desse chafariz.

Como informamos anteriormente neste texto, nos anos 1960 e 1970, foi por meio de uma torneira de água instalada nos arredores da Escola Santo Afonso, que a família de Dona Raimunda Sousa conseguia água limpa para suprir necessidades. Depois, as memórias informam também sobre um poço público aberto na primeira rua da comunidade. E somente, após a implantação do PET II, a comunidade teve acesso a um chafariz, construído pela prefeitura municipal. Esse espaço, de acordo com os relatos, era bastante frequentado desde muito cedo da manhã. Vilani Mota, informou ser bastante comum que os pais das famílias pedissem aos seus filhos que fossem ao chafariz pegar água e trazer em baldes para suas residências, ela mesmo afirma ter feito muito essa atividade. Por ser uma atividade recorrente no cotidiano da moradora, o chafariz era um local de encontro dela com alguns de seus colegas.

Na época, no chafariz nós buscávamos a água né, porque não tinha a água encanada né, nas residências, então o único acesso a água que nós tínhamos era no chafariz. A comunidade toda, das ruas próximas, no bairro Socopo fazia uso dessa água. Nós buscávamos em vasilhames várias vezes para poder encher as vasilhas em casa. Eu, meus amigos, os pais dos amigos, todo mundo, a comunidade toda buscava água nesse chafariz. E lá eu lembro que nesse chafariz iniciou só com uma torneira e fazia filas grandes, ficava uma latinha atrás da outra, mas aí enchia e íamos deixar em casa e aí voltava de novo para pegar mais. E lá, enquanto tava esperando a água encher nós brincávamos, a molecada pegava água, aí brincávamos. Eu lembro que nós gostávamos muito de brincar, brincar da bandeira, do chinelo. Enquanto tava na fila, enquanto não chegava a nossa vez, a gente ficava brincando (MOTA, 2016).

Em geral, as crianças da comunidade, quando não estavam em suas casas, ou, como relembrou Vilani Mota, brincando e ao mesmo tempo pegando água no chafariz para ajudar nas tarefas domiciliares, estavam na Escola Santo Afonso, realizando suas atividades escolares e/ou profissionalizantes. As crianças de idade mais avançada, estudavam no turno da tarde, pois da 5ª a 8ª série só existia turmas nesse horário, e as menores, que cursavam da 1ª a 4ª série, frequentavam a escola pela manhã. Portanto, logo bem cedo da manhã e também de meio dia em diante, a paisagem da comunidade passava a contar com a presença dessas crianças indo ou retornando da escola. O que se via eram crianças e/ou jovens bem humildes, trajadas com o fardamento escolar, um caderno e pouco material escolar e, em geral, com chinelo de dedo no pé. Temos um registro fotográfico, de época, que ilustra bem isso.

Fotografia 18 - Estudantes chegando na EASAR, para mais um dia de aula.



Fonte: Acervo particular da Prof.^a Conceição Rodrigues.

Como é possível observar, as crianças e jovens iam a escola a pé ou de bicicleta, sendo este meio de transporte normalmente o mais utilizado por aqueles que viam dos povoados mais distantes. Francisco Coutinho recorda que “esse pessoal vinha de bicicleta, o pessoal que vinha do São Geraldo acho que dá 10, 12 Km, aqui pra Pedra Mole dá uns 5 Km. Pro Soinho deve dá uns 5km, daqui pro Morros deve dá uns 4Km” (COUTINHO, 2016). Dessa maneira, os alunos que iam de bicicleta ou na garupa de um amigo, pedalavam por consideráveis distâncias. Até porque, este ainda era o transporte mais eficiente à disposição, já que “nessa época não tinha ônibus. Nessa época o ônibus de Socopo ele vinha como se fosse uma viagem para o interior, ele vinha de manhã” (COUTINHO, 2016).

A escola, por tudo que já foi abordado neste texto, representava um dos lugares de sociabilidade mais consumido no Socopo, portanto, era um lugar de proximidade e de trocas de experiências tanto entre os estudantes, quanto destes com os profissionais da educação e seus familiares. Ainda que fosse um espaço privado, a escola recebia, em diversos momentos, sobretudo durante algumas festividades que realizava, visitantes, que não necessariamente faziam parte da comunidade escolar. Além disso, a escola, enquanto local destinado a formação intelectual, religiosa e cultural, também proporcionava vivências diferenciadas para o alunado, as quais, muito provavelmente, só eram praticadas/consumidas por esses estudantes no interior da escola, como, por exemplo, a audiência de bandas musicais e de peças teatrais.

Fotografia 19 - Banda de músicos da Prefeitura toca no pátio da escola, em 1979.



Fonte: Acervo particular da Prof.^a Conceição Rodrigues.

Não sabemos qual data comemorativa estava sendo festejada com a presença da banda de músicos da Prefeitura, no entanto, podemos supor, que se tratava de um evento civil. Enfim, outras fotografias do mesmo período nos permitem identificar que, o local de reunião de todos os estudantes era o pátio da escola, afinal, nele aconteciam os mais variados tipos de solenidades e ritos. Lá também ocorria, inclusive, missas, pois por muito tempo, na comunidade Socopo não havia um prédio para celebração de missas. Portanto, quando era necessário realizar missas na escola confessional, estas ocorriam no pátio da escola (ver fotografia 20). Atualmente, a escola conta com mais um prédio com salas de aula e lanchonete, duas quadras poliesportivas e vários outros espaços de recreação, mas no período em análise neste texto, a escola se resumia ao espaço do prédio que é possível vermos nas fotografias 18, 19 e 20.

Fotografia 20 - Missa realizada no pátio central da escola.



Fonte: Acervo particular da Prof.^a Conceição Rodrigues.

A própria arquitetura do prédio nos indica que o pátio construído no centro fora planejado para a ocorrência das atividades que necessitariam da presença maciça do alunado. Pois, dessa forma, todas as salas de aulas davam para o pátio, permitindo assim a rápida circulação de um grande número de alunos, bem como a acomodação destes de maneira rápida, pois não demandaria grandes deslocamentos entre as salas de aula e o espaço de encontro.

A instituição escolar, por ela mesma, é um lugar que reproduz as conveniências sociais⁸⁵, de maneira que, sua função, desde os primórdios, é afastar do cotidiano os comportamentos transgressores e desviantes. No contexto em análise, a EASAR era quem cumpria esse papel perante a sociedade que alcançava. Até porque, as escolas em geral, mantêm relações muito estreitas com as conveniências sociais de uma dada sociedade, num dado contexto histórico. A respeito disso, a escola era a portadora das imposições educacionais realizadas no período, sobretudo daquelas que se direcionavam para o campo da moral. A ex-estudante Vilani Mota, em suas falas, corrobora para que afirmemos isso.

Eu me recordo também de padres e irmãos que eram nossos professores da disciplina de Educação Moral e Cívica. Tinha o Pe. Clóvis, que eu lembro, foi meu professor uma série de Educação Moral e Cívica, tivemos um irmão também, mais ou menos uns dois três irmãos que foram meus professores, eu lembro de um que não era nem brasileiro, era da, se não me engano, da China ou era Japão, passou um tempo com a gente, sendo nosso professor. (...)Eu creio que essa escola foi a base de tudo, eu posso dizer que o Santo Afonso foi a base de tudo pra mim, para minhas colegas da época, o Santo Afonso foi a base de tudo, com ensinamentos bons, tanto da leitura, quando

⁸⁵ “A conveniência é o gerenciamento simbólico da face pública de cada um de nós desde que nos achamos na rua. A conveniência é simultaneamente o modo pelo qual se é percebido e o meio obrigatório de se permanecer submisso a ela: no fundo, ela exige que se evite toda dissonância no jogo dos comportamentos, e toda ruptura qualitativa na percepção do meio social. Por isso é que produz comportamentos estereotipados, ‘prêt-à-porter’ sociais, que têm por função possibilitar o reconhecimento de não importa quem em não importa que lugar (MAYOL, 1996, p.49).

dos ensinamentos cristãos pelos padres. Com eles, com a escola e com eles, nos ajudou muito na nossa formação. A escola foi muito próspera para nossa vida. (...) Com tudo isso, eu creio que eles estavam sempre trabalhando para sermos boas pessoas tanto no estudo, como na vida. (MOTA, 2016)

Este relato demonstra que a antiga aluna assumiu o comportamento estereotipado e mais conveniente socialmente. Uma marca simbólica na sua vida do processo educacional brasileiro que se estabeleceu durante a maior parte da ditadura militar brasileira. Que foi, incorporada, também pela educação jesuítica.

Os preceitos morais da doutrina cristã eram reforçados durante as aulas da disciplina Educação Moral e Cívica⁸⁶. Mas, é possível supor que numa escola confessional não era apenas durante as aulas dessa disciplina que os ensinamentos da moral cristã se faziam presentes. Os estudantes da EASAR, tinham também as aulas de catequese aos finais de semana para reforçar a aprendizagem e regulação desses preceitos. Esses sujeitos, com a instalação oficial de uma Igreja Católica na comunidade, passaram a ter ampliados muitos outros momentos em que estabeleceriam contato com o universo cristão. Em meados dos anos 1980, não somente a escola seria a marca da presença da Igreja Católica naquela região. Isso porque, a própria Diocese de Teresina, com o apoio da instituição Santo Afonso que lhes cedeu parte do terreno, tornou a Igreja construída ao lado do prédio da escola o prédio sede de uma nova Paróquia: a Paróquia do Divino Espírito Santo. A seguir, transcrevemos o documento que oficializou essa empreitada:

Decreto de criação

Sendo ouvidos os conselheiros arquidiocesanos e os Revmos. Párocos das Paróquias de São José Operário – Nossa Senhora de Fátima -, São Cristóvão e o Superior Provincial dos Padres Jesuítas – pelo presente Decreto fica erigida canonicamente a Paróquia de Socopo sob a invocação do Divino Espírito Santo – com sede na Igreja anexa à Escola Santo Afonso Rodrigues, dos Padres Jesuítas, no Km 9, Rodovia PI 2 – que assim se constitui Igreja-Matriz – com os direitos e privilégios que lhe são concedidos pelo Direito Canônico e normas Diocesanas.

(...)

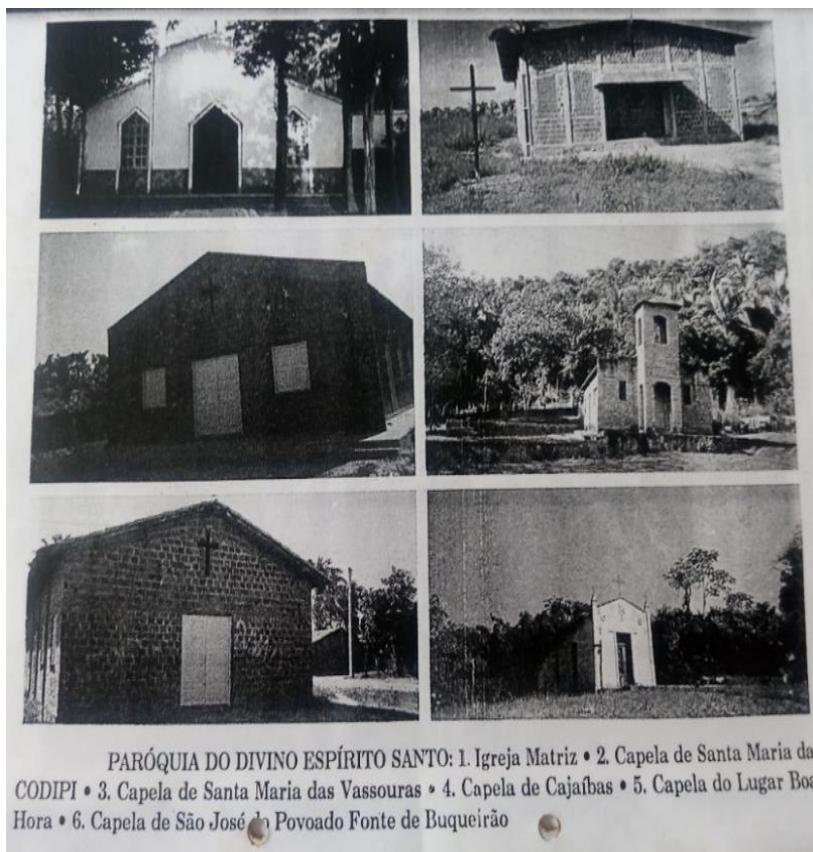
Dada e passada na Cúria Metropolitana de Teresina, aos 21 dias do mês de setembro, festividades de São Mateus, do ano de 1981.

Dom José Freire Falcão (Arcebispo Metropolitano de Teresina) (ARQUIDIOCESE DE TERESINA, 1981).

Anexado ao documento informado acima, haviam também fotografias das capelas que iriam compor a Paróquia, veja-as a seguir:

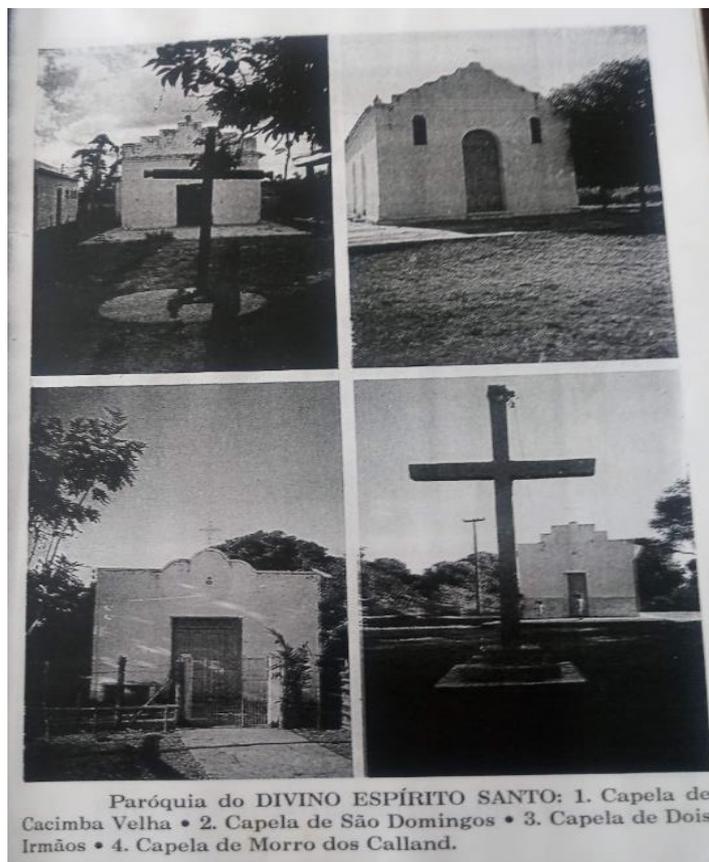
⁸⁶ “Em 1961 foi reintegrada ao currículo escolar brasileiro sob o formato de prática educativa por meio da Lei n. 4024/1961 que promulgava a partir de uma prática multidisciplinar e ações extraclasse a formação de bons hábitos aos educandos. (...) foram nos anos entre 1960-1980 que essa disciplina obteve maior visibilidade representando uma estratégia societária no âmbito escolar para se fazer inculcar preceitos de civilidades em tempos autoritários. No contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a disciplina de EMC foi empregada como instrumento condicionador do comportamento dos indivíduos com vistas ao enquadramento social dentro de específicos ideais de homem civilizado” (GUSMÃO e HONORATO, 2019, p.5-6).

Fotografia 21 - Igreja Matriz e capelas da Paróquia Divino Espírito Santo.



Fonte: (ARQUEDIOCESE DE TERESINA, 1981)

Fotografia 22 - Capelas que compunham a Paróquia do Divino Espírito Santo.



Fonte: (ARQUEDIOCESE DE TERESINA, 1981)

A localidade dessas capelas mostrava que o campo de atuação da recém fundada paróquia se direcionava para atender e atingir aos grupos familiares que viviam nos arredores da comunidade Socopo, o que, comprova a ideia de que estas áreas do município, não somente o bairro Socopo, estavam em vias de crescimento populacional, por isso mesmo a necessidade de fundar mais uma paróquia na arquidiocese de Teresina.

Desse modo, a Igreja do Divino Espírito Santo passou a ser mais um espaço de proximidade, bem como de reprodução de conveniências sociais do bairro Socopo. Pudemos assim identificá-la, uma vez que, os relatos orais obtidos elucidaram que a Igreja Matriz, construída como um anexo da Escola Agrícola Santo Rodriguez durante os anos 1980 e início dos anos 1990, se constituía como um espaço de convivência, manifestação da fé cristã e um elemento espacial fixo que, respaldava o caráter organizacional urbano daquela região.

É importante ressaltarmos que durante este período a direção da paróquia e da EASAR estiveram sobre a administração do Padre jesuíta Humberto Pietrogrande, sujeito cuja atuação foi citada por muitos dos entrevistados. Dessa forma, consideramos necessário mencionar a

trajetória de vida e da atuação desse religioso, averiguando, assim, como sua prática enquanto representante da Igreja Católica, esteve intrinsecamente relacionada com o crescimento e desenvolvimento do recém-criado bairro.

Para abordarmos a atuação da Igreja Católica, representada na figura do Pe. Humberto Pietogrande, durante os primeiros anos do recém-fundado bairro Socopo, nos guiamos pelo livro fonte *Padre Humberto Pietrogrande: 50 anos de missão no Brasil*. A obra é uma coletânea de textos, organizada por Mariano Silva, um morador do bairro Socopo, que se motivou em escrever sobre a história de vida e obra do religioso, como forma de, segundo o autor, “reconhecer o trabalho de Padre Humberto, que é digno de todas as honras e homenagens” (SILVA, 2012, p.2). Percebe-se, pelo tom de fascínio verificado na escrita, que a obra, apresenta uma breve trajetória de vida desse religioso, bem como sua atuação enquanto líder da Igreja Católica. No entanto, o autor se explica, não se trata de um livro acadêmico, mas comemorativo.

Sabendo disso e dos riscos que uma escrita encantada pode trazer para trabalhos como este, que se preocupa com a verossimilhança das informações apresentadas com os acontecimentos do passado, ressaltamos que, todos os aspectos a seguir apresentados são fruto de um aprimorado esforço para fugirmos das armadilhas que o encantamento sobre o objeto pode causar, por isso mesmo, abordamos o livro como fonte histórica a partir do momento em que as informações que mais utilizamos e ressaltaremos a seguir dizem respeito a trechos de entrevista que o próprio protagonista da obra concedeu ao organizador e a outras fontes que são apresentadas no decorrer do livro.

O Pe. Humberto Pietrogrande, nasceu na cidade de Padova, na Itália, em 01 de abril de 1930. Desde criança, estudou em escolas católicas e se mostrou ser um sujeito de grande fé. Com o fim da segunda guerra mundial, cujo algumas batalhas atingiram a cidade natal do jovem Humberto, este ingressou no grupo político de jovens católicos denominado Ação Católica. De acordo com o religioso foi naquele contexto que teria descoberto a sua vocação, “pois efetivamente era uma carreira muito intensa, os problemas eram grandes, o engajamento era maravilhoso, as vezes não se tinham tempo nem para dormir” (SILVA, 2012, p.10). No entanto, tendo participado de alguns retiros inicianos, o jovem percebeu que sua vocação não seria apenas política, mas também religiosa. A partir disso, decidiu entrar na Companhia de Jesus, como noviciado na cidade de Lonigo.

Após fazer os votos de pobreza, castidade e obediência, o jovem de fé, num dia de aula no curso de Filosofia que estava realizando na cidade de Gallarate, recebeu a visita do Provincial da Bahia do Brasil, Pe. Daínes, que tinha ido falar aos estudantes sobre os problemas existentes na sua província. Ou seja, fazendo um apelo para que os jovens noviciados

encarassem a missão de colaborar com o projeto jesuíta em terras brasileiras. Era setembro de 1961, quando Humberto foi convocado a entrar em missão em solo brasileiro.

No Brasil, Humberto foi enviado para o estado do Rio Grande do Sul, para estudar Teologia, cidade onde ele tornou-se padre, em ordenação ocorrida no dia 7 de dezembro de 1964. Após este acontecimento, o agora Padre, em serviço, foi enviado para atuar no Espírito Santo, junto a comunidades rurais povoadas por imigrantes italianos, assim como ele, que, naquele contexto, estavam sofrendo com as agruras e problemas que atingiram o campo brasileiro naquele contexto, já tão mencionados neste texto.

Conhecer os problemas reais enfrentados por essas comunidades de imigrantes, teria despertado no jovem padre uma vontade de intervir e, portanto, ajudar. E a maneira que ele encontrou para melhor oportunizar a transformação do cotidiano daquelas famílias, foi oportunizar aos jovens da região acesso a uma educação profissionalizante, capaz de lhes orientar para a produção agrícola.

A partir de então, o Padre Humberto desenvolveu projetos a serem implantados na região, a citar a

criação do centro de Ação Comunitária que daria suporte a uma série de atividades ao mesmo tempo formativas e integrativas das pessoas e comunidades, a adoção da Escola Família Agrícola, modelo adequado à promoção do jovem e da comunidade rural, a criação de Centro de Formação de Pessoal e a implantação de serviços de saúde que evoluíram rapidamente para a construção de um Centro Comunitário de Saúde (SILVA, 2012, p. 28).

Como é de costume e habitual na ordem, o provincial Padre Fábio Bértoli lhe convocou para uma nova missão, que seria servir à igreja no estado do Piauí, local que segundo ele, o Padre Humberto seria capaz de “se inserir com sua experiência, seus objetivos e a sua missão evangelizadora” (SILVA, 2012, p. 49). Convite este que foi prontamente aceito pelo Pe Pietrogrande.

Ao chegar no Piauí, após viagem investigativa pelo nordeste, o Padre, juntamente com outros jesuítas escolheram a comunidade Socopo para transplantar as experiências positivas que havia logrado no Espírito Santo, “tendo como sede e base do trabalho a escola Santo Afonso Rodriguez e a Paróquia do Divino Espírito Santo” (SILVA, 2012, p. 50). Sua atuação na paróquia se direcionou para a promoção da educação e ao atendimento da população através do complemento dos serviços oferecidos no posto de saúde Mama-Mia, que passou a oferecer para a comunidade serviços de pré-natal, odontologia, alimentação e nutrição.

No entanto, suas iniciativas enquanto líder da Paróquia do Divino Espírito Santo, não se restringiram à comunidade Socopo, e o mesmo, percebendo a demanda da região por mais e novos serviços de saúde e educação, procurou apoio junto à Prefeitura Municipal para a

construção de um hospital no bairro Pedra Mole, localizado próximo ao bairro Socopo e também instituído como bairro através do PET II. Assim, em 25 de novembro de 1993, foi inaugurado o Hospital São Carlos Borromeo.

Nesse mesmo período, através da FUNACI (Fundação Pe. Antonio Dante Civieiro), entidade social fundada pelo religioso, o padre criou um novo espaço de acolhimento social na comunidade Socopo, por meio da instalação de uma creche. Na ocasião, o padre oportunizou formação e emprego para egressos da Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez, uma vez que estes novos profissionais desenvolveriam seus trabalhos nas áreas de higiene, alimentação, desenvolvimento psicomotor, sensorial e educacional. Esta iniciativa, representa uma aliança entre a Igreja Católica, na figura do Pe. Humberto Pietrogrande, e a administração municipal de Teresina, favorecendo aos interesses de ambas as partes.

Verificamos, por meio da análise da trajetória profissional do Pe. Humberto Pietrogrande, que suas iniciativas voltadas para o desenvolvimento e promoção do homem carente do Piauí, constituíram-se interesse comum com a ação governamental do período. Sobretudo, porque na época, após a implantação do PET II, era objetivo dos administradores locais ampliar a prestação de serviços naquela localidade, mas também, da Igreja Católica em dar continuidade aos projetos sociais que desenvolvem naquela região desde o distante ano de 1960, quando do retorno das atividades jesuítas em Teresina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: “HABITAR É NARRATIVIZAR”⁸⁷

Pensar a trajetória de formação de um bairro periférico de uma cidade também periférica dentro do contexto nacional brasileiro e a expansão urbana dessa cidade em seu sentido leste foram os desafios dessa pesquisa. As particularidades que envolveram o percurso de uso e ocupação do solo nomeado em homenagem a empresa Sociedade Construtora do Poti no município de Teresina nos possibilitaram entender alguns emaranhados de fios da história a respeito do processo de urbanização e expansão urbana de Teresina.

A respeito disso, verificamos que nos anos 1950, o governo federal buscou criar condições para impulsionar a industrialização no Brasil. A ação política, porém, não esteve sozinha nessa iniciativa, pois, partia também da classe que compunha a burguesia nacional o interesse por desenvolver a infraestrutura do país, para que o comércio de bens industrializados se destacasse. Exemplo dessa aliança pode ser verificada no estado do Piauí, a partir da iniciativa empresarial denominada SOCOPO Ltda.

Simultâneo ao processo de industrialização, ou mesmo em detrimento dele, como fora o caso piauiense, que nunca de fato chegou a ser industrializado, ocorreu no Brasil um aumento do processo de urbanização, fenômeno que significa o aumento da população que vive em cidades em relação à população total, logo, entende-se que este processo implica a diminuição da população rural.

No Piauí, a industrialização não foi, vias de fato, implementada, o que se verificou a partir da década de 1950 foi apenas o crescimento do número de indústrias, no entanto, essa atividade não se destacou perante as demais atividades econômicas já consolidadas no estado: a pecuária e a agricultura. Todavia, foi no contexto de crescimento da urbanização da capital do estado; Teresina, bem como da ampliação do mercado industrial, que verificamos, nesta pesquisa, uma aposta empreendedora, encabeçada por dois jovens ricos piauienses, que se voltava para o ramo imobiliário e para a extração e venda de água mineral.

Esta iniciativa privada, num primeiro plano, pode parecer ínfima, mas o que analisamos ao longo desta pesquisa, foi que estes negócios, na pacata Teresina dos anos 1950, representaram a “abertura de portas” para o seu crescimento espacial no sentido Leste. Isso porque, foi a partir desse momento que se verificou na capital o desenvolvimento da prática de

⁸⁷ Título tomado de empréstimo de uma citação de Pierre Mayol, realizada em *A Invenção do Cotidiano: morar e Cozinhar*. Assim fizemos, para ressaltar que consideramos o momento das considerações finais o arremate dessa narrativa, como não produzimos ciências exatas, nenhuma das práticas e relatos produzidos neste texto se respaldam na imutabilidade de um fenômeno natural irreversível. Muitos relatos e narrativas ainda poderão e devem ser produzidos a respeito da cidade de Teresina e do bairro Socopo, restritamente. Finalizamos então com a sensação de termos narrado uma atitude que por si só existe apenas no campo da narrativa, o habitar na cidade de Teresina durante a segunda metade do século XX.

considerar a terra também como uma mercadoria de grande rentabilidade comercial. Terra parada, não mais significava apenas poder e um bem material agregador de status, mas também um mercado promissor. A partir dessa compreensão, defendemos a ideia de que a iniciativa Socopo- Cidade Jardim foi não somente uma aposta empreendedora, mas uma ousada ação e promoção do mercado capitalista sobre as terras teresinenses. Afinal, foi a partir dessa iniciativa que as fontes demonstram ter ocorrido um “boom” na ação promotora imobiliária da cidade. Teresina, pois, adequava-se mais e mais a lógica da produção espacial capitalista.

Como consequência disso, ocorreu uma investida (corrida) para a capital por parte da população rural do estado e até de outros estados, vindo, estes últimos, especificamente, fugindo das secas que assolavam sua terra natal no período. Toda essa gente via-se atraída pela oferta de múltiplos serviços que a capital oferecia.

Simultâneo a estes processos do campo econômico, com a instalação de uma escola jesuíta na localidade Socopo, nos anos 1960, a área ganhou mais um atrativo, agora educacional. Em suma, podemos concluir que a Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez se estabeleceu enquanto um fixo da paisagem do povoado, e que sua atuação favoreceu à comunidade local, bem como as comunidades dos arredores, consumirem o espaço do povoado em diversos aspectos.

A instituição interferiu na organização espacial a medida em que, possibilitou que alguns moradores da localidade adquirissem terrenos próprios para morarem, ofereceu serviços médicos e odontológicos e disponibilizou, por um período, até uma ambulância para atender as necessidades dos moradores. Com isso, podemos inferir que foram válidas as contribuições dessa presença jesuítica para aquela comunidade que se instalou no seu entorno.

Então, é válido aludir que dentre os objetivos missionários, educacionais e até mesmo de disseminação da fé, estariam também envolvidos aqueles que oportunizaram a ampliação do espaço físico da cidade em direção dos prédios instalados pela Companhia de Jesus no povoado Socopo. Ou seja, ao longo de todo o segundo capítulo, obtivemos percepções de Teresina e do povoado Socopo na segunda metade do século XX e com isso, entendemos quão importante foi a presença dos inacianos para a educação e, também para a realização de outras atividades do cotidiano das pessoas humildes e simples que mantiveram relações com os religiosos responsáveis pela instituição Escola Agrícola Santo Afonso Rodriguez.

A escola jesuíta instalada no povoado Socopo e o empreendimento Socopo-Cidade Jardim, foram dois investimentos primordiais daquela localidade que a tornavam diferenciada perante os demais povoados do município de Teresina, de maneira tal que, ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, este espaço foi sendo alterado para atender a uma comunidade de

migrantes que foram nesse período se instalando no local., e com isso, ganhando cada vez mais visibilidade das pessoas migrantes e não-migrantes da cidade.

Por fim, enfatizamos também que durante as últimas décadas do século XX se intensificou o processo de migração interna no Piauí, o que contribuiu para o adensamento da periferia ao redor do seu núcleo central, o que fez surgir novos bairros pobres na cidade. Se verificou, no entanto, que o poder público, no período, alegando problemas financeiros, acabou sendo omissos com o povo que vivia nesses novos espaços da cidade. Atuação enfática do Estado com relação à organização do espaço urbano da cidade e a ampliação dos serviços básicos se verificou apenas em meados da década de 1960, quando da elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) e nas duas décadas seguintes, com a implantação do Plano Estrutura de Teresina I (1977) e do Plano Estrutural de Teresina II (1988). Estabelecemos, então, a compreensão de que todos esses processos políticos, econômicos e sociais combinados criaram condições para que a localidade do empreendimento Socopo se adensasse num núcleo populacional, composto por migrantes pobres oriundos de interiores do Piauí e passasse a se enquadrar na área destinada ao crescimento urbano do município.

Abordamos, no entanto, que de todas as forças que atuaram sobre este espaço, a que mais nos interessou, por ser também a mais efetiva, foi aquela realizada pelos migrantes que passaram a viver nesta região, afinal, por meio de seus relatos de vida, pudemos inseri-los como sujeitos da história, não ignoramos as suas identidades, pelo contrário, fomos reafirmando que sem a atuação e condução destes sobre o processo, a história da localidade seria outra.

Este trabalho, portanto, em nível de dissertação de mestrado, é um dos primeiros a tratar com tanta especificidade sobre o direcionamento de projetos urbanos e sociais para o extremo leste de Teresina, pretendemos assim, explicar que o povoado Socopo, ao longo de mais de quatro décadas, foi um espaço do município que contribuiu para a antecipação espacial da cidade para esta região, bem como foi lócus de diversas experiências fundamentais para a constituição da cidade, sobretudo, se levarmos em consideração as experiências formativas oportunizadas pela Escola Agrícola Santo Rodriguez, representante direta da Igreja Católica nesta localidade. Dessa forma, e por estas conclusões, o seguinte texto assegura sua relevância e primazia.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Charles. O uso da terra nas cidades. In: DAVIS, Kingsley (org). **Cidades: a urbanização da humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972. p. 133-144.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, Francisco Golçalves de. **Urbanismo, moradia e Ditadura: dos conjuntos da Era Vargas a política habitacional do Regime Militar**. Disponível em: <http://cartografianorturna.com/artigo/urbanismo-moradia-e-ditadura-dos-conjuntos-da-era-vargas-a-politica-habitacional-do-regime-militar/>. Acesso em 13.08.2019.
- AMADO, Janaína. **O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral**. Revista História: São Paulo, v.14, p.125-136, 1995.
- ANDRADE, Carlos Drummond. **Amar se aprende amando: poesia de convívio e de humor**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3ªed. São Paulo: Moderna. 2006.
- ARAÚJO, Cristina Cunha de: **TRILHAS E ESTRADAS: a formação dos bairros Fátima e Jockey Clube (1960-1980)**. Dissertação. Universidade Federal do Piauí em 2009.
- ARAÚJO, Maria Celina Soares d'. **Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.
- ARAÚJO, Warrington Wallace Veras de. **Dom Avelar Brandão Vilela, entre o texto e o contexto: trajetórias e representações do arcebispo do Piauí (1956-1971)**. Teresina: PI: Dissertação – Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2008.
- BACELLAR, Olavo Ivahoé de B. LIMA, Gerson Portela. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina, Fundação CEPRO, 1990.
- BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2006. 304 p. Cap. 18. p. 219- 229.
- BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e Fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BOSI, Ecleia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. In: **Revista Espaço Plural**. Ano VIII, nº 17, 2007, (p.66-72).

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1ª Ed, 1996.

_____. **Memória histórica da Secretaria de Educação**. Teresina. Secretaria de Educação. 1985.

BUENO, Ayrton Portilho Bueno; JUNIOR, Jose Hamilton L. Leal. A segregação planejada: o plano de modernização de Teresina. In. **V Seminário Internacional de Investigación em Urbanismo. Universitat Politècnica de Catalunya**. Barcelona, 2013. p, 710-716.

BUENO, Paulo Henrique de Carvalho. LIMA, Antônia Jesuíta de. Centralidade dos serviços de saúde de Teresina (PI): constituição e dinâmica. In: **Qualit@s Revista Eletrônica**, Paraíba, Vol.17, nº 1. 2015.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e não escrita. In: FERREIRA. Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da História Oral**. 8º Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMARA DOS DEPUTADOS, 2020. **Clidenor Freitas** - biografia. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/130742/biografia>>. Acesso em 08 de fev. de 2020.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto. 9ª ed. 2018.

CARLOS. Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO JR, Dagoberto. **História Episcopal do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras. 1980.

CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. **O bispo de todos os tempos**: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela. Teresina: PI: EDUFPI, 2013.

CASTELO BRANCO, Antônio Frederico Vilarinho. **A ação do estado e do mercado imobiliário no processo de segregação sócio espacial em bairros da zona leste de Teresina**. Tese defendida na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2012.

CHAVES. Monsenhor. **Obras Completas**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

DAVIS, Kingsley. A Urbanização da Humanidade. In: **Cidades**: a urbanização da humanidade. Rio de Janeiro, Zahar editores. 1972.

DELGADO. Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FAÇANHA. Antônio Cardoso. A evolução urbana de Teresina: passado, presente e... . Teresina. In: **Carta CEPRO**, v.22, n.1, (p.59-69), jan. /jun. 2003.

_____. **Desmistificando a Geografia**: Espaço, Tempo e Imagens. Teresina. EDUFPI, 2004.

FAGNER, Raimundo. Pedras que cantam. In: **Pedras que cantam**. Rio de Janeiro: RCA, 1991. Faixa 9. CD.

FERREIRA, Edgar Pires. **A mística dos Parentesco**. 2015. Disponível em: <<https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=9106>>. Acesso em 08. Fev. 2020.

FERREIRA, Jerusa Pires. Campo e cidade: uma história de voz de poetas e de seus protagonistas. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Diário de notícias**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DI%C3%81RIO%20DE%20NOT%C3%8DCIAS%20%28Rio%20de%20Janeiro%29.pdf>. Acesso em 19.08.2019.

FERREIRA, V.C.S. **História e Memória de um lugar-fronteira**: a região da grande Socopo em Teresina-PI (1952-1970) Monografia (Graduação em Licenciatura Plena em História). Teresina, Universidade Federal do Piauí, 2016.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. SOUSA NETO, Marcelo de. **Nasce um bairro, renasce a esperança**: história e memória de moradores do Conjunto Habitacional Dirceu Arcoverde. Teresina: EDUFPI, 2017.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**- 4ªed. São Paulo: Cortez, 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado (1549-2003)**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2003.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. KLAUS, Viviane. Entre Tradição e Inovação: percursos da história da educação de uma instituição jesuíta (Unisinos – 1953-2016). In: **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: v.41, n.especial, dez. 2016. p. 1485-1506.

GUSMÃO, Daniele Cristina Frediani. HONORATO, Tony. Ideais de homem civilizado nos livros didáticos de educação moral e cívica na Ditadura Civil Militar. In: **Revista História da Educação**, v,23, 2019.

HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo- SP: Editora revista dos tribunais LTDA, 1990.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista brasileira de História da Educação**. Campinas: SP. v. 01, n. 1,2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun- São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.

LIMA, Jurandir Gonçalves. **Memórias afetivas de Teresina**: Tensões entre Tradição e Modernidade no Processo de Modernização da cidade (1970-2000). Tese de Doutorado – Universidade Federal de Pernambuco. 2016.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Limites da utopia: cidade e modernização no Brasil desenvolvimentista (Florianópolis, década de 1950). **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, v. 27, n. 53, jan-jun, 2007.

LOPES. Antônio de Pádua Carvalho. Os discursos em torno do retorno dos jesuítas ao Piauí na década de 1960: o Colégio Diocesano entre continuidades e rupturas. In: SOUSA. Carlos Ângelo de Meneses Sousa. CAVALCANTE. Maria Juraci Maia. **Os jesuítas no Brasil**: entre a Colônia e a República. Brasília- DF: Unesco, 2016.

LUCENA. Célia Toledo. Memórias de famílias migrantes: imagens do lugar de origem. In: **Projeto História**, São Paulo, nov.1998.

MATOS. Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e Cultura**: História, Cidade e Trabalho. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MAYOL. Pierre. O bairro. In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

MIRIAN. Francisca. A. Tito Filho – Dados Biográficos. In: **Recanto das letras**. 2011. Disponível em: < <https://www.recantodasletras.com.br/homenagens/3121632>>. Acesso em 08 de fev.2020.

MOURA, Iara Conceição Guerra de Miranda. A Produção Escriturística do Centenário de Teresina (PI).In: XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. **Anais eletrônicos**. Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427772349_ARQUIVO_simposionacional2015.pdf>. Acesso em: 21de junho de 2019.

NASCIMENTO. Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

NASCIMENTO. Francisco Alcides do. **Imprensa e imagens**: a construção de representações do Piauí e Teresina através de jornais diários na década de 1970. CLIO. Série História do Nordeste (UFPE), V.281, p.1-26, 2010.

NORA. Pierre. **Entre Memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 1984.

OLIVEIRA. Stanley BRAZ DE. **A Geo-história de Teresina na perspectiva das ações da Igreja católica, no âmbito da educação**: 1903-1963. Tese do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará. 2014.

PEREIRA, Luciana de Lima. **A Igreja Católica em “tempos mundanos”**: a luta pela construção de uma Neocristandade em Teresina (1948-1960). Teresina: PI: Dissertação – Mestrado em História do Brasil, UFPI, 2008.

QUEIROZ. Teresinha. **Educação no Piauí** (1880-1930). Imperatriz, MA: Ética, 2008.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RISÉRIO. Antonio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2013.

SANTOS. Kleber Montezuma Fagundes dos. **O movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina (1978-1982)**. Dissertação defendida na Universidade Federal do Piauí. Teresina, 1995.

SANTOS, Mariana Rodrigues Oliveira dos. **Mapa de localização do bairro Socopo, zona leste de Teresina - Piauí**. [s.n.t], 2020.

SANTOS, Maurício Feitosa dos. Seca, migrações e pobreza no centenário de Teresina: narrativas e crítica social sob o olhar da imprensa. **Revista Tempos Históricos**. Paraná, v.21, n.1, 2017.

SANTOS. Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA. Alessandra Rosa da. **A cidade jardim de Ebenezer Howard**: um estudo de sua influência para a circulação de ideias e modelos no urbanismo do século XX. Dissertação defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2014.

SILVA. Mariano. **Padre Humberto Pietrogrande**: 50 anos de missão no Brasil. Vitória, ES: Ed. Alternativo, 2012.

SILVA, Gracielly Portela da. **Expansão do espaço urbano recente de Teresina (PI)**: uma análise do setor habitacional. Mestrado em Geografia- Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.

SILVA. Thais Leal. **Teresina rompe as fronteiras de seu desenho em xadrez: a atuação do governo estadual (1975- 1979)**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. 2016. [Monografia de conclusão de curso].

SOUSA. Sara Raquel Cardoso Teixeira de. VIANA. Bartira Araújo da Silva. Verticalização urbana de Teresina – PI: considerações a respeito da produção do espaço a partir da construção vertical. In: **InterEspaço** - Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. v.5, nº 16. Grajaú-MA, jan-abr. 2019.

PORTELLI, Alessandro. **Sonhos ucrônicos**: memórias e possíveis mundo dos trabalhadores. Projeto História. São Paulo, n.10, dez.1993.

RIOUX, Jean- Pierre. Pode-se fazer uma História do presente? In: CHAUVEAU, Agnés (org.). **Questões para a História do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

VELASQUES. Musa Clara Chaves. **O Cruzeiro**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/cruzeiro-o>. Acesso em 25. Ago. 2019.

VELHO, Gilberto. O Bairro. In: **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. 6.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. p.17-28

WOLFF, Silvia. Jardim América: da casa de alguns a território preservado da metrópole? Preservação dos bairros (desde o modelo e concepção). In: **Rev. CPC**, São Paulo, n.22 especial, p.217-232, abr. 2017.

FONTES

BRASIL. **BNH**. 1977. Disponível em: file:///C:/Users/viv%C3%ADam/Downloads/documentos_bnh_-_textos_e_tabelas.pdf. Acesso em 24 ago.2019.

BRASIL. Bruno. **O CRUZEIRO**. 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-cruzeiro/>. Acesso em 25.ago.2019.

BRASIL, Decreto lei nº 31149/1952. **Portal da legislação**. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/104847-autoriza-a-sociedade-construtora-poty-limitada-socopo-a-pesquisar-ugua-mineral-no-municipio-de-teresina-estado-do-piauu.html> Acesso em: 10/12/2015.

BRASIL. IBGE. **População do Brasil, das unidades da federação e dos municípios das capitais (estimativa)**. 1944. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 04 de junho de 2019.

BRASIL. IBGE. **População Recenseada**. 1950. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 04 de junho de 2019.

BRASIL. IBGE. **Resultados preliminares do recenseamento geral**. 1960. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 04 de junho de 2019.

BRASIL. **Lei nº 4 380/64**, de 21 de agosto de 1964, Brasília, DF, ago 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4380.htm. Acesso em: 25.ago.2019.

BUZAR. Benedito. **O ITAPECURUENSE ZUZU NAHUZ**. Disponível em: <http://www.academiamaranhense.org.br/blog/o-itapecuruense-zuzu-nahuz/>. Acesso em 25 de ago. de 2019.

COSTA, José Luiz da. SOCOPO – Cidade Jardim. **A Noite Ilustrada**. 12 de fevereiro de 1952. p.32-33. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=120588&pesq=Socopo&pasta=ano%20195>. Acesso em 2 de junho de 2019.

COLÉGIO DIOCESANO SÃO FRANCISCO DE SALES. **Diocesano: 90 anos educando para a beleza da paz (1906-1996)**. Teresina. 1996.

CUNHA E SILVA. Idéia Feliz. **O Dia**, Teresina, 31 de janeiro de 1960. N°718. Ano IX. p.06.

ESCOLA SANTO AFONSO RODRIGUEZ. **Relação dos Padres diretores da escola e suas principais ações**. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. **Biblioteca**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=441831>>. Acesso em 08 de fev. de 2020.

JONH. Roberto. **Migração tira 4% do povo piauiense para outras partes**. Jornal da Manhã, 18 de Abril de 1980, p.6.

NAHUZ. Zuzu C. Notas de Viagem. Jornal **CORREIO DO NORDESTE**, 1954. s.p.

O Centenário de Teresina. Revista **O Cruzeiro**. 20 de setembro de 1952. p.60.

O DIA, Jornal. Teresina, 29 de julho de 1951.

OS PROBLEMAS DA SECA. **Jornal do Piauí**, 30 de junho de 1951, p.4.

Perfil de Teresina - PMT, 1993.

Plano Estrutural de Teresina II (II PET) – Diário Oficial do Município. n. 109, 21 de dezembro, 1988.

Qualquer povoação pode ter sua própria fôrça elétrica. **Jornal do Piauí**. 17 de maio de 1956. p.7.

REGO, José Fernandes do. NORDESTE RESSEQUIDO E DESAJUDADO. **Diário de Notícias**, 4. Mai. 1952 ,p.7.

TERESINA. **Lei nº 1030/65**, de 25 de junho de 1965. Teresina, PI, jun, 1965.

TERESINA. **Lei nº 1.933/88**, de 16 de agosto de 1988, Teresina, PI, ago 1988.

TERESINA. **Lei nº 1.934/88**, de 16 de agosto de 1988, Teresina, PI, ago 1988.

TERESINA. **Lei nº 1.935/88**, de 16 de agosto de 1988, Teresina, PI, ago 1988.

TERESINA. Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Teresina**.1969.

ENTREVISTAS

COUTINHO. Teresinha da Silva. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 23 de outubro de 2015.

LIMA. José Ferreira. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 02 de janeiro de 2016.

MOTA, Vilani de Sousa. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 19 de junho de 2016.

NASCIMENTO. Francisca Maria do. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina, 25 de junho de 2016.

SILVA. Cândida. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina. 22 de maio de 2019.

SOUSA. Catarina Vitória de. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina. 29 de junho de 2019.

SOUSA, Francisco Coutinho de. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina. 23 de junho de 2016.

SOUSA. Raimunda Gomes de. **Entrevista concedida a Víviam Cathaline de Sousa Ferreira.** Teresina. 02 de setembro de 2015.